

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
TESE DE DOUTORADO

CRISTINA ALTMANN

A POLÍTICA NO “FEMININO”: diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015)

Porto Alegre, 2019

CRISTINA ALTMANN

A POLÍTICA NO “FEMININO”: diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini

Porto Alegre, 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Altmann, Cristina

A POLÍTICA NO "FEMININO": diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015) / Cristina Altmann. -- 2019.
167 f.

Orientador: Odaci Luiz Coradini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Elites Políticas. 2. Recrutamento. 3. Mulheres.
4. Recursos Sociais. 5. Carreiras Políticas. I.
Coradini, Odaci Luiz, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa de pesquisa que viabilizou a realização do curso de doutorado e a minha permanência na universidade pública;

Ao professor Odaci Luiz Coradini, pela orientação do trabalho de pesquisa e acima de tudo, pelo exemplo de dedicação ao trabalho e de competência acadêmica;

Aos professores Fabiano Engelman (UFRGS) e Eliana Tavares dos Reis (UFMA), pelas contribuições proferidas durante a banca de qualificação que ajudaram na reelaboração do desenho da pesquisa;

Ao professor Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS), pela acolhida nesta universidade e por todo o apoio recebido;

Ao professor Alvaro Augusto de Borba Barreto (UFPel), pela confiança e pelos incentivos que ajudaram na decisão de ingressar no curso de doutorado;

Às colegas de curso Roberta Resende e Sara Epitácio, por todos os bons momentos e principalmente pela amizade sincera que tornou e tornará a vida mais alegre;

À Dieni Rodrigues, Iná Grabin, Laíne Wagner e Mariluci Vargas, pela amizade de sempre, por terem me acompanhado na conexão Pelotas-Porto Alegre, por todos os encontros, o carinho, as discussões, as trocas, “gracias” por tudo;

À Rochele Dias Castelli, pelo trabalho competente, afetuoso, paciente e transformador que abriu o caminho para a escrita do trabalho e a finalização deste ciclo de vida;

Aos meus pais, Margith Altmann e Astor Altmann (*in memoriam*), por toda a torcida e o apoio à realização do curso;

À minha irmã, Taís Altmann, pela amizade e por todas as acolhidas em Porto Alegre;

Ao Icaro Engler, companheiro de vida, por todo o amor, compreensão, amizade, apoio e paciência que tornaram esta travessia possível e mais leve, sempre.

RESUMO

O problema da tese diz respeito as relações entre as bases de recursos sociais que estão na origem dos investimentos bem-sucedidos relativamente raros de mulheres na ocupação de cargos eletivos, de um lado, e a variedade de definições em torno da “participação feminina” e das carreiras políticas acessadas, de outro. O universo empírico da pesquisa compreende os trajetos de 208 mulheres que assumiram mandatos na Câmara de Deputados entre os anos de 1950 e 2015. A hipótese que norteia o estudo é a da diversificação das bases sociais de entrada subjacentes aos percursos analisados, sobretudo a partir da década de 1990, quando o padrão das herdeiras de notabilidades de grupos familiares entra em concorrência mais direta com princípios de legitimação relacionados aos recursos associativos. Estes modos de apresentação, no entanto, guardam relação com outros trunfos que são combinados ao longo dos trajetos das agentes, evidenciando a multiplicidade dos créditos sociais que estão na origem dos investimentos na ocupação de cargos políticos. Além disso, tratou-se de evidenciar as condições “femininas” de acesso às carreiras nesse domínio de competição, marcadas em geral por frágeis recursos relacionados à ocupação de cargos e por estratégias de especialização em postos de “gestão social” e de caráter local, menos valorizados nas disputas político-eleitorais. Estas possibilidades de carreiras, entretanto, variam de acordo com os processos de diversificação dos princípios de legitimação em voga e estão relacionadas, em suma, com as diferentes bases dos recursos sociais detidos pelas agentes.

Palavras-chave: Elites políticas; Recrutamento; Mulheres; Recursos Sociais; Carreiras Políticas.

ABSTRACT

The problem of the thesis is the relations between social resources bases that are in the origin of fewness successful investments of women in the occupation of elective positions, on one side, and the variety of settings around the “female participation” and the conquered political careers, on the other. The empirical universe of this research is the trajectory of 208 women who have assumed political mandate in the Chamber of Deputies between 1950 and 2015. The hypothesis that guides the study is the diversification of social bases of entry in the routes analyzed, especially since the 1990s, when the pattern of heirs of family groups notables competes with principles of legitimation related to associative resources. These modes of presentation, however, are related to other assets that are combined along the paths of the agents, evidencing the multiplicity of social credits that are in the origin of the investments in the occupation of political positions. In addition, it treated to evidence the “female” conditions of access to careers in this field of competition, usually marked by few resources related to the occupation of positions and by strategies of specialization in positions of "social management" and of local character, less valued in political-electoral disputes. These career possibilities, however, vary according to the processes of diversification of the general principles of legitimation and are related, in short, to the different bases of social resources held by agents.

Keywords: Political Elites; Recruitment; Women; Social Resources; Political Careers.

RESUMÉ

Le problème de la thèse concerne les relations entre les bases de ressources sociales qui sont à l'origine du peu d'investissements réussis de femmes dans l'occupation de postes électifs, d'une part, et la variété des définitions autour de "participation féminine" et des carrières politiques suivies, de l'autre. L'univers empirique de cette recherche est la trajectoire de 208 femmes qui ont assumé un mandat politique à la Chambre des députées entre 1950 et 2015. L'hypothèse qui guide cette étude est la diversification des bases sociales d'entrée dans les itinéraires analysés, surtout depuis les années 1990, lorsque la structure des héritiers des groupes familiaux notables entre en concurrence avec les principes de légitimation liés aux ressources associatives. Ces modes de présentation, cependant, sont liés à d'autres atouts qui sont sur les trajectoires des agents, mettre en évidence la multiplicité des crédits sociaux à l'origine des investissements dans l'occupation de postes politiques. En outre, traitait pour mettre en évidence les conditions « féminines » d'accès aux carrières dans ce domaine de la concurrence, marqués généralement par des ressources fragiles liées à l'occupation de postes et par des stratégies de spécialisation dans les postes de "gestion sociale" et de caractère local moins valorisé dans les enjeux politiques électoraux. Ces possibilités de carrière varient, toutefois, selon les processus de diversification des principes de légitimité en vogue et sont liés, en résumé, aux différentes bases des ressources sociales détenues par les agents.

Mots-clés: Élités politiques; Recrutement; Femmes; Ressources sociales; Carrières politiques.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Eixos de análise e indicadores correspondentes utilizados na elaboração do estudo	19
Quadro 2 – Carreiras políticas de acordo com os recursos sociais dos itinerários de mulheres ocupantes de mandatos na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015	124
Tabela 1 – Presença de familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	57
Tabela 2 – Presença de familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público de acordo com as regiões eleitorais de origem de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	58
Tabela 3 – Presença de familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1980 e 2015, em números absolutos	59
Tabela 4 – Posse de títulos universitários de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	61
Tabela 5 – Posse de títulos universitários de acordo com a região eleitoral de origem de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	62
Tabela 6 – Posse de títulos universitários de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados, entre 1980 e 2015, em números absolutos	63
Tabela 7 – Classificações profissionais autodeclaradas por mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais	67
Tabela 8 – Vínculos associativos de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	69
Tabela 9 – Vínculos associativos de acordo com as regiões de origem eleitoral dos itinerários de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	70
Tabela 10 – Vínculos associativos de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1980 e 2015, em números absolutos.....	71
Tabela 11 – Modalidades de vínculos associativos nos trajetos das agentes dotadas de recursos de parentesco com detentor(es) de carreiras políticas que ingressaram na Câmara entre 1950 e 2015	87
Tabela 12 - Modalidades de vínculos associativos de acordo com as filiações partidárias das agentes sem recursos de parentesco que ingressaram na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015	99

Tabela 13 – Idade de entrada em posto eletivo de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais	109
Tabela 14 – Idade de entrada em postos eletivos de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	109
Tabela 15 – Idade de entrada em posto eletivo de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2015, em números absolutos	110
Tabela 16 – Forma de entrada em cargo político de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais	112
Tabela 17 – Forma de entrada em cargo político de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	113
Tabela 18 – Forma de entrada em cargo político de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2015, em números absolutos	114
Tabela 19 – Primeiro posto eletivo de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais ...	115
Tabela 20 – Primeiro cargo eletivo de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos	116
Tabela 21 – Primeiro cargo eletivo de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2015, em números absolutos	117
Tabela 22 – Duração das carreiras eletivas de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000, em números absolutos e percentuais	118
Tabela 23 – Duração das carreiras eletivas de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000, em números absolutos	119
Tabela 24 – Duração das carreiras eletivas de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2000, em números absolutos	119
Tabela 25 – Tipo de carreira eletiva de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000, em números absolutos e percentuais	121
Tabela 26 – Tipos de carreiras eletivas de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000, em números absolutos.....	122
Tabela 27 – Tipos de carreiras eletivas de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2000, em números absolutos	122

LISTA DE SIGLAS

AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente
ADEFAL – Associação de Deficientes Físicos de Alagoas
APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LBV – Legião Brasileira da Boa Vontade
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONEDEF – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Socialista Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PV – Partido Verde

SUMÁRIO

1 Introdução	11
1.1 Problema, discussão e hipótese	11
1.2 Operacionalização da pesquisa e fontes	16
1.3 Apresentação dos capítulos	20
2 A política “no feminino”: recursos sociais de entrada e carreiras políticas de mulheres como objeto de análise	26
2.1 Bases sociais de entrada das mulheres nas competições políticas	28
2.2 Carreiras políticas “no feminino”	36
2.3 Debates nacionais sobre as formas de entrada e as carreiras políticas de mulheres.	42
3 As bases de recursos sociais nos acessos do “feminino” aos mandatos parlamentares	52
3.1 Recursos de tradição política familiar	54
3.2 Recursos escolares como formas de apresentação	60
3.3 Recursos “profissionais”	65
3.4 Modalidades de vínculos associativos nas apresentações de mulheres	68
3.5 Conclusão	76
4 Entre o parentesco e as formas de associativismo: combinação de recursos em trajetos sociais	80
4.1 Parentesco e recursos sociais em trajetos de herdeiras	81
4.2 Para além do parentesco: as formas de associativismo como base de entrada	91
4.3 Quando o parentesco e o militância se encontram	100
4.4 Conclusão	103
5 Carreiras políticas “no feminino”	105
5.1 Idade de entrada em cargos eletivos	107
5.2 Entrada pela via dos cargos de indicação ou eletivos	111
5.3 Cargos eletivos de entrada	114
5.4 Duração das carreiras eletivas	117
5.5 Tipos de carreiras em função dos cargos ocupados	120
5.6 Conclusão	123
6 Conclusão	126
7 Referências	136
8 Anexos	140

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema, hipótese e discussão

A presente tese está inserida, inicialmente, em uma agenda de trabalhos que têm se dedicado ao estudo das modalidades concretas, históricas e contingentes dos processos de legitimação¹ do “político” em contextos periféricos, que envolvem uma gama complexa e heterogênea de bases sociais de recursos herdados e adquiridos por parte dos agentes individuais e/ou coletivos ao longo de seus percursos mediante um trabalho ativo de construção e de atualização. Trata-se assim de um esforço no sentido da compreensão das diferentes condições sociais a partir das quais determinados agentes sentem-se autorizados e são também investidos – por determinados públicos, eleitores, apoiadores, enfim – tendo em vista a ocupação de posições associadas ao poder político.

De forma específica, o trabalho aborda os processos de entrada e as condições das carreiras políticas de mulheres que ingressaram na Câmara de Deputados a partir dos anos 1950, quando este público até então relativamente raro no espaço político passa a entrar nesse domínio de disputas. Do ponto de vista analítico e conceitual, *os processos de entrada na política* são considerados aqui de forma estrita como aqueles que remetem para os atributos sociais a partir dos quais as diferentes agentes passam a investir no exercício de atividades eletivas², atributos estes que guardam relação com as diferentes formas de socialização que incidem na construção de disposições e de interesses diante das atividades políticas pelos/as agentes (LÉVÊQUE, 1996).

Além do exame das condições sociais dos processos de entrada em cargos políticos e parlamentares deste público relativamente raro nas posições associadas ao poder político, interessa também a análise das condições de permanência nesse espaço e as chances sociais de continuidade nesse domínio predominantemente masculino. Para

¹ - De acordo com Lagroye (1985), os processos de legitimação das relações de poder são sempre relativos e tributários de uma série de fatores históricos e sociais, que implicam por sua vez valores, normas, códigos de conduta, assim como desigualdades, violências e assimetrias em termos de recursos de poder (individuais e/ou por parte de grupos).

² - Ainda que pudessem ser considerados sobre pontos de vista mais amplos, no sentido das formas de socialização de agentes que ascendem à um mundo de representações políticas, ou como iniciação em itinerários de engajamento em organizações militantes, por exemplo. Sobre os diferentes cursos sociais que antecedem e especificam as formas de entrada na política, ver Lévêque, 1996.

tanto, a noção de *carreira política* é utilizada aqui com o intuito de identificar as posições que são sucessivamente ocupadas pelas agentes que ingressaram em mandatos parlamentares na Câmara de Deputados, o que permite dimensionar não só as possibilidades mesmas de permanência em carreiras de especialização político-eleitoral, mas também as possibilidades variadas em termos das estratégias de carreira e dos nichos de intervenção privilegiados.

O “feminino”, por sua vez, é considerado por dois ângulos de vista distintos e relacionados entre si. Inicialmente, é tomado na sua atribuição primeira dos estudos que tomaram o “segundo sexo” como objeto de análise e utilizaram o “feminino” como forma de qualificar um novo ou potencial tipo de categoria social – as “mulheres” – que passava a ser debatido no interior das ciências humanas e sociais (SCOTT, 1995; PERROT, 2006). Em seguida, o “feminino” deixa de ser tomado como sinônimo de uma categoria social para remeter as possibilidades distintas de competências, de qualidades, de valores e de papéis associados ao universo tido como “feminino” e que podem ser transpostos para o espaço das posições políticas, ou seja, passa a ser tratado como um tipo de recurso social que é objeto de lutas estratégicas entre as diferentes categorias de agentes (GUIONNET E NEVEU, 2005; ACHIN, DORLIN E RENNES, 2008).

Assim, além da consideração dos efeitos dos trunfos associados aos diferentes recursos de posição social, que passaram a ser incorporados nos estudos teórico-empíricos sobre as lógicas de recrutamento político e parlamentar no contexto francês dos anos 1980³, alguns estudos recentes sobre os processos de profissionalização política, influenciados pelas vertentes feministas em sua diversidade de postulações, têm incorporado o problema das construções e diferenciações de gênero no espaço das posições políticas e se questionado não apenas sobre as lógicas de exclusão e de autoexclusão que produzem distanciamentos e sentimentos de desinteresse ou de desautorização diante do universo das questões “políticas” (BOURDIEU, 1979, 1990), mas também sobre as condições sociais de inclusão das mulheres nessas disputas e a variedade dos usos do “feminino” que são produzidas e atualizadas em tais espaços.

Enquanto nos anos 1990, nos Estados Unidos, autoras como Pippa Norris (1993, 1995, 1997) são representativas de abordagens centradas antes na explicação dos distanciamentos ou das inclusões do “feminino” em relação aos espaços institucionais do

³ - Quando a ideia de que agentes privilegiados pelas hierarquias sociais e dotados de mais recursos tendem a ocupar posições também privilegiadas nas hierarquias políticas (Gaxie, 1980) foi tomada como um ponto pacífico e necessário nos estudos sobre as bases sociais da profissionalização política.

poder político com base em critérios de formatação de normas legais de sistemas que favorecem ou ampliam essas possibilidades (sistemas eleitorais majoritários ou proporcionais, métodos de seleção partidários mais ou menos inclusivos e “democráticos”, etc.), o viés recorrente dos trabalhos na França para o problema da sub-representação de mulheres no campo político privilegiou explicações baseadas nas lógicas sociais de exclusão e de autoexclusão operacionalizadas e atualizadas a partir de um conjunto de predisposições e de domínios de inscrição que estão diretamente associados às construções, às diferenciações e às hierarquizações entre os sexos.

Uma série de mudanças sociais, culturais e econômicas, especialmente produzidas na segunda metade do século XX e em proporções distintas a depender das configurações históricas de cada sociedade e contexto, estão associadas às entradas do público feminino nas arenas masculinas de disputas por posições, cargos e prestígios de ordem política. Dentre algumas dessas principais mudanças, o acesso crescente das mulheres aos recursos escolares, combinado com as atividades econômicas produtivas e assalariadas estariam possibilitado o distanciamento em relação à determinados valores e esquemas de pensamento mais tradicionais e assentados em bases morais e religiosas (GUIONNET E NEVEU, 2005), cujos fundamentos estão inscritos na centralidade dos papéis sociais familiares e do âmbito privado-doméstico como fonte de realização pessoal-feminina.

No entanto, esses arranjos de mudanças sociais em torno da ampliação dos processos de escolarização feminina e de suas inserções em atividades econômicas remuneradas, assim como dos afastamentos (relativos) das atividades domésticas, das funções reprodutivas e dos novos modelos familiares experimentados, menos dependentes de modelos masculinos de autoridade e de sustentação econômica, obviamente não correspondem a algum esquema linear ou uniforme de progressão, e são mais presentes em alguns meios sociais do que outros, principalmente nas categorias privilegiadas em termos da posse de recursos econômicos, culturais e escolares (BOURDIEU, 1990).

Para além dos debates entre correntes do “feminismo” em suas variantes de abordagens e de objetos de análise e/ou normatividades, interessa aqui especialmente o problema da relação entre as construções sociais de gênero, de um lado, e de outro, as possibilidades de reprodução dessas lógicas no âmbito das modalidades de investimentos, de apresentação e de afirmação nas disputas travadas como políticas. Sobretudo na França, os debates impulsionados pelo movimento feminista em suas diferentes frentes começaram a ter impactos mais diretos na agenda de estudos sobre recrutamento e

profissionalização política a partir dos anos 1990 e 2000, quando as discussões em torno dos princípios sexuados de visão e de divisão do mundo social e das afinidades ou formas de correspondência entre sexos e lugares sociais (SCHULTEIS, 1995) foram intensificados.

Esta agenda de debates a respeito das condições relativamente singulares de entrada das mulheres nos espaços de disputas eleitorais, suas estratégias de apresentação e de carreira, assim como sobre a ocupação de posições distintas (porque subalternas) no interior do campo político quando comparadas às galgadas pelo público masculino (SINEAU, 2011), serve como referência para a construção do objeto desta pesquisa na medida em que as diferenciações de gênero são tomadas, do ponto de vista da análise, como um tipo particular de recurso social (ACHIN, DORLIN E RENNES, 2008) que implica predisposições e constrangimentos, mas também outras possibilidades de formas de apresentação, potencialmente distintas daquelas acessíveis e credíveis ao público masculino (FREEDMAN, 1997; DULONG E LÉVÊQUE, 2002; LATTÉ; ACHIN E PAOLETTI, 2002; DULONG, 2003; LÉVÊQUE, 2005; NAVARRE, 2014) e que devem ser investigadas.

O problema, portanto, que orientou a presente tese diz respeito as relações entre as modalidades de recursos sociais que estão na origem das entradas relativamente raras de mulheres na ocupação de cargos eletivos, de um lado, e a variedade de definições e de carreiras nesse espaço de disputas por postos “políticos”, de outro. Ou seja: trata-se de buscar os condicionantes sociais da variedade de usos de credenciais tidas como “femininas” a depender dos trunfos que podem ser acionados, assim como das possibilidades de afirmação operacionalizadas nesse circuito de posições predominantemente masculino.

O conjunto inicial de preocupações que guiaram esta pesquisa diz respeito assim aos seguintes questionamentos: Quem são, do ponto de vista das suas origens sociais, de seus percursos escolares, profissionais e de engajamento, essas agentes que, a partir de determinado momento de suas biografias, passam a investir na ocupação de mandatos parlamentares em escala nacional? Que tipos de trunfos sociais são acionados como formas de apresentação e de legitimação? Quais os tipos de carreiras são os mais recorrentes para esse público? Há variações históricas encontradas a respeito destas questões? Os atributos sociais detidos guardam relação com diferentes possibilidades de carreiras políticas?

Ficam excluídas do escopo do trabalho preocupações de cunho normativo e prescritivo no sentido da defesa de determinados itinerários, recursos, repertórios ou “modelos” tidos como mais ou menos legítimos, desejáveis ou apropriados social e politicamente, assim como são dispensadas as oposições entre arranjos de entrada tidos como “arcaicos/atrasados” ou “modernos/evoluídos”, por vezes presentes nas próprias disputas em voga no universo das agentes cujos trajetos são tomados como objeto de análise e reificadas nas agendas de pesquisa no âmbito das ciências sociais e humanas em geral.

As oposições entre recursos de parentesco e ideais de “dependência” política, de um lado, e entre recursos associados a formas de militância e ideais de “autonomia” política, de outro lado, não são tomadas como pontos de partida para a análise, diferentemente de boa parte dos estudos nacionais sobre “mulheres” e “política” que reproduzem esse tipo de visão (PINHEIRO, 2006; MARQUES, 2010; PINTO E SILVEIRA, 2018). Do mesmo modo, as inserções das mulheres nestes espaços de competição por cargos políticos não são tomadas como um fenômeno social “naturalmente bom”, “positivo” e “moderno” (BARREIRA, 2006), nem são consideradas *a priori* como um tipo de “participação diferencial” em função dos “avanços sociais” que acompanham os processos de entrada das mulheres na política (AVELAR, 2001).

Tais processos são tomados, sobretudo, como algo a ser explicado do ponto de vista de seus condicionantes sociais e de suas variações históricas e/ou a depender dos diferentes grupos de agentes políticos/as que estão inseridos/as no espaço político. O universo empírico da pesquisa compreendeu os itinerários do conjunto de 208 mulheres que foram eleitas e/ou assumiram mandatos⁴ na Câmara de Deputados entre os anos de 1950 e 2015. O período relativamente extenso de tempo e a inclusão de todas aquelas que conseguiram galgar tais posições, independentemente de recortes em função das regiões eleitorais de origem, dos pertencimentos partidários ou ainda no sentido das longevidades de carreira, possibilitou um tratamento sistemático acerca dos movimentos de variação em termos dos perfis e das características sociais predominantes, assim como permitiu que fossem estabelecidas determinadas associações entre estes perfis e determinados critérios de diferenciação dos trajetos.

⁴ - Foram incluídas sistematicamente no estudo todas aquelas que assumiram mandatos na Câmara durante o período especificado, independentemente de terem sido eleitas como titulares ou assumido como suplentes por determinado período.

A hipótese que norteia o estudo é a da diversificação das bases sociais de entrada subjacentes aos percursos analisados, sobretudo a partir da década de 1990, quando o padrão predominante das herdeiras de notabilidades de grupos familiares entra em concorrência mais direta com princípios de legitimação relacionados aos recursos associativos. Estes modos de apresentação, no entanto, guardam relação com outros trunfos que são combinados ao longo dos trajetos das agentes, evidenciando a multiplicidade dos créditos sociais que estão na origem dos investimentos na ocupação de cargos políticos.

Além disso, tratou-se de evidenciar as condições “femininas” de acesso às carreiras nesse domínio de competição, marcadas em geral por frágeis recursos relacionados à ocupação de cargos e por estratégias de especialização em postos de “gestão social” e de caráter local, menos valorizados nas disputas político-eleitorais. Estas possibilidades de carreiras, entretanto, variam de acordo com os processos de diversificação dos princípios de legitimação em voga e estão relacionadas, em suma, com as diferentes bases dos recursos sociais detidos pelas agentes.

1.2 Operacionalização da pesquisa e fontes

O trabalho foi desenvolvido a partir de dois movimentos distintos e inter-relacionados. O primeiro movimento, no sentido de uma construção sociográfica, consistiu em um esforço de caracterização dos atributos sociais das agentes que compuseram o universo da pesquisa, o que implicou considerar desde as origens familiares e suas “marcas” de origem, até os recursos acumulados ao longo dos trajetos e através de inserções as mais variadas (recursos escolares, ocupação de cargos, militâncias, inserções profissionais, e assim por diante). Significa considerar, inicialmente, os efeitos de origem e de trajetória (BOURDIEU, 1979) que atravessam os percursos individuais e coletivos em diferentes momentos e cujos esforços de objetivação contribuem para o entendimento das modalidades de disputas, de hierarquizações e de posições travadas e atualizadas em determinados âmbitos das atividades sociais.

De forma relacionada e complementar, o segundo movimento consistiu em uma análise de cunho qualitativo acerca das estratégias de apropriação e de uso desses trunfos sociais como formas de legitimação das posições sucessivamente ocupadas. Ou seja, não é a posse ou o desprovimento de determinados recursos em si ou por si só que passa a ser considerada, mas as possibilidades e as combinações ao mesmo tempo práticas e

simbólicas de acionamento desses atributos, classificações e “qualidades” a partir de certos contextos, inserções e concepções (familiares, escolares, militantes, etc.) que se colocam como desafio de análise.

Com vistas à identificação de perfis e dos recursos passíveis de serem mobilizados pelas agentes em questão, foram analisadas as fichas biográficas parlamentares disponibilizadas para a consulta pública no próprio site da Câmara de Deputados. A consulta a este tipo de material, especialmente com a utilização do filtro da variável “sexo”, possibilitou a confecção de uma listagem das 208 mulheres que ocuparam o cargo de deputada federal no período compreendido entre os anos de 1950 e 2015. Foram incluídas nessa listagem todas aquelas que ocuparam o cargo, independentemente de determinados “filtros” como pertencimentos partidários ou tempo de permanência nessas mesmas posições.

As fichas biográficas parlamentares incluem informações bastante variadas e o seu preenchimento é condicionado pela disposição estratégica de mobilizar e/ou ocultar determinados traços ou experiências em termos dos percursos individuais por parte das agentes sociais. A partir desse material, foi possível mapear informações referentes: a) dados como filiação partidária, origem geográfica, região pela qual foi eleita e laços de filiação; b) aos recursos escolares disponíveis e acionados (nível de instrução, posse de diploma(s) superior(es), instituição e curso(s) frequentado(s); c) as classificações e os itinerários profissionais mobilizados como apresentação de si; d) as formas de engajamentos e os vínculos associativos os mais variados reivindicados como “currículo pessoal”; e e) os cargos “públicos” ocupados e/ou eletivos ocupados previamente à entrada na Câmara.

O aprofundamento quanto aos trunfos de origem social e suas atualizações ao longo dos itinerários e das posições sucessivamente ocupadas, no sentido das características sociais dos grupos familiares de origem e dos recursos adquiridos posteriormente, foi operacionalizado com base em um segundo tipo de fonte tradicionalmente utilizado em pesquisas de caráter sociográfico, qual seja: a busca por verbetes de apresentação biográfica no banco de informações do projeto “Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro” (doravante DHBB), cujos esforços de seleção de “personalidades” não estão desprovidos, é claro, de finalidades como a consagração social.

Esse tipo de fonte apresenta uma série de similitudes com a primeira, as fichas biográficas parlamentares, e em muitos casos, as informações disponibilizadas são

praticamente as mesmas. No entanto, principalmente para as agentes “renomadas”, ou seja, para aquelas dotadas de posições de maior prestígio e reconhecimento galgados ao longo dos percursos, há um esforço de apresentação mais explícito e detalhado nesse segundo tipo de material. Isso inclui os pertencimentos familiares, por exemplo, quando as agentes são oriundas de grupos familiares cujos antecedentes envolvem carreiras políticas, em especial, e as alianças matrimoniais tecidas nos trajetos e que, para uma parte bastante considerável do universo, são imprescindíveis para a compreensão dos fatores subjacentes as inserções em disputas político-eleitorais.

Assim, o trabalho de pesquisa incluiu, além de uma busca pelo “perfil” das deputadas no banco de informações produzidas via DHBB, uma coleta e análise de verbetes relacionados aos laços de filiação paterna e dos cônjuges das mesmas, com vistas simultaneamente a uma caracterização mais sistemática dos grupos familiares de origem como das estratégias matrimoniais realizadas, que pesam tanto sobre as posições sociais como sobre o conjunto das disposições e das tomadas de posição operacionalizadas durante os trajetos das agentes.

Novamente, para os casos de agentes “conhecidas” e dotadas de trunfos de intervenção (escolares, econômicos, familiares, partidários, cargos ocupados), os verbetes do DHBB tendem a refletir e a reproduzir as formas de apresentação acionadas pelas próprias agentes, mobilizando por vezes narrativas de origens “humildes” e percursos de “superação” pela via do “trabalho” e/ou da “escola”, ou “famílias que valorizam a educação” e assim por diante. Em suma, apenas para pontuar que não se está diante de um conjunto de informações independentes de suas condições sociais de produção e que as intencionalidades de maior ou menor consagração que marcam a fabricação ou a ausência⁵ dessas fontes é algo que precisa ser considerado em sua construção metodológica.

Para as primeiras ocupantes de mandatos na Câmara, entre os anos 1950 e 1970, a marca de “pioneirismo” aparece registrada em outros tipos de fontes como o “Dicionário Mulheres do Brasil”, publicado em 2000. Ainda que para um número bastante restrito de casos (10 percursos) o dicionário foi utilizado de modo complementar. Da mesma forma como no dicionário mencionado anteriormente, as escolhas dos nomes incluídos como

⁵ - Cabe também uma pontuação quanto às condições ou não de atualização desses verbetes de apresentação de ocupantes de cargos na Câmara de Deputados a partir dos anos 2010, pois há um conjunto de 24 casos (das eleitas em 2011 e em 2015) para as quais não há registros, independentemente de suas características sociais e em termos de percursos de adesões e cargos ocupados.

“dignos” de “resgate” e de “divulgação” também remetem à condições, posições e trunfos específicos de agentes situados socialmente em circuitos de maior ou menor reconhecimento.

O quadro a seguir apresenta e sintetiza as dimensões de análise e os indicadores correspondentes utilizados na elaboração do estudo:

Quadro 1 – Eixos de análise e indicadores correspondentes utilizados na elaboração do estudo

Dimensões de análise	Indicadores
Origem social e geográfica	Profissão do pai e naturalidade em termos de origem geográfica (capital ou interior).
Recursos de herança política familiar	Ocupação de cargos por membro(s) da família de origem e/ou construída via relação matrimonial.
Recursos escolares	Grau de escolaridade; instituições de ensino superior pública ou privada, em regiões do interior ou capital; curso/área de formação de nível superior.
Itinerários profissionais	Ocupações e sucessão de atividades acionadas como “histórico profissional”.
Itinerários de engajamentos	Vínculos de participação e/ou cargos em grupos militantes, partidários, entidades sociais, profissionais, etc. mobilizados como constitutivos da “história pessoal”.
Itinerários de ocupação de cargos	Ocupação de cargos de indicação ou públicos; idade do primeiro cargo eletivo; primeiro cargo eletivo ocupado; número de mandatos eletivos; cargo mais alto ocupado.

Fonte: Elaboração própria.

1.3 Apresentação dos capítulos

Na primeira parte do trabalho, são apresentados os referenciais teórico-metodológicos que contribuíram ao desenvolvimento da presente pesquisa. Estes referenciais contemplam os estudos sobre os processos de recrutamento e de profissionalização política de mulheres produzidos no contexto histórico da França, sobretudo no que se refere à dimensão primeira dos condicionantes e dos efeitos das construções e das desigualdades de gênero nos percursos de entrada e nas carreiras políticas. Em seguida, a segunda dimensão de análise diz respeito aos fatores que interferem nas possibilidades sociais distintas de carreiras no interior do próprio universo

das mulheres eleitas em diferentes contextos, por diferentes grupos partidários e também dotadas de diferentes tipos de recursos sociais.

Nessa perspectiva, as lógicas de sub-representação “feminina” nos espaços do poder político, assim como os lugares distintos e subalternos ocupados no interior dos mesmos pelas *femmes politiques*, só podem ser elucidados a partir da construção de análises que contemplem simultaneamente os fatores estruturais dependentes do funcionamento do campo político e os fatores ligados às representações simbólicas que constituem os papéis de sexo e que estão na origem das competências sociais distintas em função do gênero que são convertidas para o *métier* político (DULONG, 2003; ACHIN, 2004; GUIONNET E NEVEU, 2004; ACHIN E LÉVÊQUE, 2006; SINEAU, 2011; NAVARRE, 2014).

O capítulo traz também um esforço de diálogo com os estudos nacionais que tratam da temática “mulheres” e “política”, principalmente no que se refere aos recursos detidos pelas agentes que ingressaram nas competições por cargos parlamentares e os seus percursos nesse meio de disputas. Três aspectos destas formulações são destacados como insuficientes ou inadequados ao problema proposto nesta tese que tenta de alguma forma superá-los.

O primeiro deles diz respeito à reprodução de uma visão normativa sobre determinados tipos de recursos ou de trajetos sociais que seriam os mais desejáveis politicamente. Em segundo lugar, a oposição *a priori* e estática entre “tipos de capitais” e a desconsideração dos múltiplos recursos que incidem de modo simultâneo sobre as entradas no espaço da política. Em terceiro lugar, ainda que os estudos nacionais tenham avançado na consideração das diferenciações de gênero que atravessam de modo específico as formas de atuação parlamentar e a conformação de nichos “femininos” de intervenção em seus itinerários de participação em comissões legislativas e posições de poder no interior do espaço da Câmara de Deputados, eles não se dispõem a oferecer uma visão histórica e/ou sistemática sobre as possibilidades de carreiras políticas mais acessíveis às mulheres, e têm subestimado a relação entre as diferentes bases dos recursos sociais detidos pelas agentes e as diferentes formas de acesso e de permanência nesse meio particular de competição.

Na segunda parte do trabalho, são apresentadas as bases sociais de entrada das mulheres com passagens pela Câmara de Deputados durante o período analisado, especialmente relacionadas com os recursos de tradição política familiar (presença de

familiar ocupante de cargo público), os recursos escolares (títulos universitários) e aqueles que remetem para uma diversidade de trunfos associativos, baseados em formas variadas de “participação social” em “grupos”, “causas”, “movimentos sociais”, “organizações” e assim por diante. Estes recursos são dimensionados a partir de uma perspectiva histórica e também de acordo com as filiações partidárias em voga, o que contribui para a constatação dos processos de diversificação das bases sociais de entrada subjacentes aos trajetos que compõem o universo da pesquisa em função dessas duas ordens de fatores.

Esta diversificação dos recursos sociais que estão na origem dos investimentos bem-sucedidos de mulheres em cargos político-eleitorais se dá em especial a partir da década de 1990, quando há um movimento no sentido de um aumento expressivo nos usos de itinerários e de apresentações centradas em vínculos com organizações militantes de esquerda e associativas em geral, e o padrão até então recorrente de agentes dotadas de recursos de parentesco com “políticos” entra em concorrência, portanto, com outras formas de legitimação política.

O processo de diversificação das bases de legitimação detidas não significa, contudo, que os recursos de tradição política familiar tenham deixado de incidir sobre as entradas de mulheres em cargos parlamentares. Diferentemente do que ocorreu em países centrais como França e Alemanha, onde as formas de transmissão de notabilidades políticas familiares não têm se demonstrado como um fator determinante nas fontes de recrutamento de mulheres a postos legislativos nacionais e as credenciais relativas aos trajetos de escolarização, das inserções profissionais e dos itinerários de engajamento têm se demonstrado centrais para a compreensão das dinâmicas de profissionalização política (ACHIN, 2005), na configuração em pauta, o peso das relações familiares convertidas em formas de autorização e de apresentação política permanece relevante ao longo de todo o período analisado, e apresenta modalidades relativamente distintas daquelas válidas para “os herdeiros políticos”.

As alianças matrimoniais se constituem como o principal tipo de trunfo mobilizado, especialmente em partidos como o PDS/PP, o PMDB, o PFL/DEM. No sentido contrário, no polo menos marcado por recursos de parentesco e herança política familiar, estão as agentes filiadas a partidos como o PCdoB, o PT e ao PSDB, cujas formas de entrada estão antes associadas com esferas de outras ordens, tais como socialização escolar, associativa e/ou profissional.

A posse de diplomas universitários e, portanto, de recursos escolares elevados, aparece como um tipo de recurso que pode ser creditado à ampla maioria das mulheres ocupantes de cargos parlamentares, independentemente das filiações partidárias e/ou dos períodos históricos em questão. Há especificidades no sentido das formações escolares e das atividades profissionais mais convertidas pelas agentes em formas de apresentação política – em relação aos seus homólogos masculinos –, que remetem para áreas fortemente imbricadas com os domínios de atuação tidos socialmente como “femininos” e que raramente são elencadas pela bibliografia como “competências profissionais” associadas ao *métier* político (DOGAN, 1999; OFEERLÉ, 1999; WILLEMEZ, 1999).

Quando as apresentações profissionais são examinadas, ainda que as atividades tradicionalmente associadas ao *métier* político masculino apareçam no universo das apresentações das deputadas eleitas – as mais recorrentes são advocacia, funcionalismo público, empresariado, jornalismo e medicina –, elas possuem um peso reduzido diante da categoria do professorado (ACHIN, 2005), que corresponde a maior parte das atividades acionadas nos “históricos pessoais” em praticamente todos os agrupamentos partidários e também ao longo do período.

A ênfase em outros tipos de ocupações de nível superior reforçam o peso dos recursos escolares nas apresentações políticas, e o mapeamento destas ocupações reforçam, por sua vez, as contribuições da bibliografia no sentido de que as diferenciações de gênero construídas pelas dinâmicas de socialização dos gêneros nas várias esferas da vida social e em particular no espaço de aquisição de competências escolares e profissionais tendem a se reproduzir nos espaços da política (GUIONNET E NEVEU, 2005; ACHIN, 2005).

Quanto aos recursos de ordem associativa, como indicado acima, se estes eram bastante raros nas apresentações das mulheres eleitas entre as décadas de 1950 e 1970 e eram antes relacionados com formas de participação social como o “voluntariado social” e a “filantropia”, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 eles passam a ser recorrentes e diversificados para outras esferas de atuação, tais como o “sindicalismo”, a “política estudantil”, os “movimentos populares”, as “organizações não-governamentais” e os “conselhos públicos” dedicados ao tratamento de uma diversidade de “problemas” e “públicos” sociais. Como demonstrado na tese e sugerido anteriormente em outros trabalhos (CORADINI, 2001; 2005; 2007), estas modalidades de vínculos associativos variam de modo significativo de acordo com as filiações partidárias e os critérios de recrutamento em voga em determinados partidos.

Na terceira parte do trabalho, o objetivo está em avançar na compreensão das modalidades de combinação dos recursos sociais que estão na origem dos percursos analisados. Não significa que as tradicionais oposições entre “capital político familiar” e “capital delegado dos movimentos sociais” não estejam colocadas em um conjunto dos trajetos, no entanto, para tantos outros é preciso relativizar estas diferenciações – seja porque dentre as “herdeiras políticas” há formas de “participação social” que são reivindicadas como trunfos de apresentação, seja porque há recursos de tradição política familiar que também estão presentes nos percursos das “deputadas militantes” e são frequentemente acionados nas disputas por cargos políticos.

Os recursos de parentesco, desse modo, não estão desvinculados de outras fontes de legitimação e são associados com outras formas de “qualidades” e inserções “sociais”, tais como a aquisição de títulos universitários e de “qualificações profissionais”, a ocupação de cargos públicos e/ou os itinerários de engajamento em “entidades” e em “obras sociais”. No caso das herdeiras, em especial nos percursos das “esposas políticas” – principal modalidade de recurso de parentesco presente nos trajetos das mulheres eleitas deputadas federais no período analisado –, estão em jogo operações de ativação de tradições relativas ao primeiro-damismo e também dos papéis de gênero construídos socialmente como “femininos”.

Na outra ponta, ligeiramente dotadas de recursos escolares (títulos universitários) mais elevados que as herdeiras, as portadoras de credenciais associativas mobilizam sobretudo as inserções em “grupos de mulheres”, “de professores”, em “entidades estudantis”, “profissionais” e relacionadas com a categoria do “funcionalismo público”. Estes itinerários de engajamento, como visto anteriormente, guardam alguma relação com as principais clivagens partidárias e os seus padrões de recrutamento. Nesse sentido, há uma forte concentração de apresentações centradas em recursos associativos nos trajetos das mulheres filiadas a siglas como PT, PCdoB e PSB, que começam a ser eleitas principalmente a partir da década de 1990.

No polo das agentes cujos percursos são marcados por recursos de herança política familiar e itinerários de militâncias em grupos e/ou partidos de esquerda, há dois tipos de situações mais comuns. No primeiro caso, as relações de militância em entidades estudantis ou “revolucionárias” compartilhadas “em casal” na juventude se desdobram posteriormente em estratégias também “casadas” de apresentação eleitoral. No segundo caso, os laços de parentesco e de socialização familiar nas “famílias de esquerda”

convergem para a reprodução de disposições no sentido da “missão” de “continuação” das “lutas” através do ingresso em carreiras políticas.

Na quarta e última parte do trabalho, são apresentadas as principais formas de entrada e as estratégias de carreiras das agentes em questão. Com base nas indicações da bibliografia pertinente (ACHIN, 2005; ACHIN E LÉVÊQUE, 2006; SINEAU, 2011; NAVARRE, 2014), o objetivo foi dimensionar as distintas possibilidades de carreiras políticas acessíveis ao universo considerado, no sentido das posições e dos cargos que foram sucessivamente ocupados pelas agentes ao longo dos seus respectivos trajetos. Para tanto, foram utilizadas como variáveis a idade de entrada em cargos eletivos, o primeiro mandato eletivo, o número de cargos eletivos ocupados e os tipos de mandatos ocupados.

Tratou-se assim de evidenciar as condições “femininas” de acesso às carreiras nesse domínio de competição, marcadas em geral por frágeis recursos relacionados à ocupação prévia de cargos; por estratégias de especialização em postos de “gestão social” e no âmbito dos legislativos locais, menos valorizados nas disputas político-eleitorais; e por passagens relativamente curtas em termos de tempo de duração dos cargos eletivos ocupados. Estas possibilidades de carreiras, entretanto, variam historicamente e de acordo com as diferentes bases dos recursos sociais detidos pelas agentes.

Nesse sentido, há mudanças que começam a ser processadas em termos dos trunfos galgados pelas agentes em especial a partir dos anos 1990, o que inclui um incremento das iniciações pela via da ocupação de cargos legislativos locais e de cargos públicos, assim como a viabilidade de carreiras que começam a ganhar contornos mais duradouros em relação às décadas anteriores e, em menor medida, a ocupação de cargos majoritários nos níveis municipal e estadual.

Por fim, dentre as portadoras de trunfos relativos às heranças políticas familiares, as entradas tendem a ocorrer em idades ligeiramente tardias e “pelo alto”, na esfera do “legislativo nacional”. Além disso, são mais frequentes as nomeações para “cargos públicos” previamente aos ingressos na Câmara de Deputados. Dentre as agentes cujos trajetos sociais são antes relacionados com os recursos de base associativa, as entradas em cargos eletivos ocorrem em períodos relativamente precoces e os ingressos se dão principalmente nos “legislativos municipais”. Há diferenças também quanto ao tempo de duração das carreiras e aos tipos de cargos mais acessíveis. No caso das herdeiras de notabilidades políticas familiares, as carreiras tendem a ser mais centradas na ocupação de mandatos na própria Câmara de Deputados e menos longevas. No caso das portadoras

de créditos associativos e/ou militantes, as carreiras tendem a ser mais longevas e incluem a ocupação de postos legislativos em níveis de competição em tese menos valorizados (municípios e/ou estados).

A natureza dos cargos políticos ocupados previamente às entradas na Câmara de Deputados ou aqueles ocupados em algum momento dos trajetos analisados, por fim, indica que as discussões em torno da construção social de carreiras políticas “femininas” centradas “no social” (DULONG E LÉVÊUQUE, 2002; DULONG, 2003; ACHIN, 2005; SINEAU, 2011) também encontram correspondência no contexto do presente estudo. A diversificação dos modos de entrada e dos tipos de postos ocupados pelas mulheres em função dos recursos detidos não necessariamente diz respeito aos “temas” e às “áreas” de atuação construídas como “femininas”.

Se nos trajetos das agentes dotadas de recursos de tradição política familiar, há mais trunfos políticos associados com a ocupação prévia de cargos de “gestão do social”, dentre as agentes com recursos ligados a formas variadas de militâncias, o “social” e a “educação” aparecem como as principais áreas “políticas” de intervenção das mulheres, áreas estas que tradicionalmente remetem para a construção de competências sociais tidas como “femininas” e que estão relacionadas com os processos de socialização de gênero atualizados em várias esferas do social.

2 A POLÍTICA “NO FEMININO”: RECURSOS SOCIAIS DE ENTRADA E CARREIRAS POLÍTICAS DE MULHERES COMO OBJETOS DE ANÁLISE

Este capítulo inicial tem como objetivo apresentar os referenciais teórico-metodológicos que serviram como base para o desenvolvimento do trabalho. Os estudos sobre os processos de seleção e de afirmação das elites políticas no Brasil raramente têm considerado as relações existentes entre as construções de gênero, de um lado, e as posições sucessivamente ocupadas pelos/as agentes sociais nos espaços do poder político. Como será discutido a seguir, a desconsideração da variável de gênero nesse tipo de estudos tende a reproduzir uma visão abstrata da “classe política” incapaz de pensar a totalidade das clivagens sociais que incidem sobre as suas dinâmicas de seleção, e que vão além de quesitos como “origens sociais” e as suas chances correlatas de ascensão em domínios variados de intervenção.

Um dos objetivos desta parte inicial da pesquisa consiste em discutir, com base em um conjunto de estudos sobre os processos sociais de recrutamento e de profissionalização política de mulheres produzidos especialmente na França, contexto de origem desse tipo de preocupação analítica, os condicionantes e os efeitos das divisões de gênero nas carreiras políticas, assim como dos fatores que interferem nas possibilidades sociais distintas de carreiras dentre o próprio universo das mulheres eleitas em diferentes contextos, por diferentes grupos partidários e também dotadas de diferentes tipos de recursos sociais.

Nessa perspectiva, a compreensão dos processos sociais que contribuem para a permanência das lógicas de sub-representação feminina e de monopolização masculina dos postos políticos exige a superação de um debate sobre as formas distintas de engenharia institucional⁶ e a pressuposição de seus efeitos esperados ou pretendidos. Na

⁶ - Dentre os condicionantes associados de forma mais direta às regras de funcionamento e de hierarquização das disputas entre os agentes do campo político, as regras institucionais dos distintos modelos de votação que compõem os sistemas políticos são consideradas como fatores que interferem nas possibilidades de uma maior ou menor abertura para os públicos historicamente desprovidos de recursos para o *métier* político, o que inclui as mulheres. Os modelos majoritários de votação, nesse sentido, contribuiriam para a manutenção dos processos de recondução dos homens *sortants* aos cargos públicos, ou seja, daqueles que já acessaram mandatos eletivos e que são mais facilmente reconduzidos para estas posições porque desfrutam de recursos para tanto – econômicos, redes de contatos, notabilidades “pessoais” e assim por diante. As listas proporcionais, de modo distinto, têm apresentado historicamente condições mais favoráveis para o acesso de mulheres e de outros grupos desfavorecidos socialmente às disputas por cargos políticos (ACHIN E LÉVÊQUE, 2006, p. 73).

agenda de debates das francesas sobre a emergência histórica dos percursos de profissionalização e das bases de legitimação das *femmes politiques*, os esforços convergem no sentido da articulação de análises que contemplem simultaneamente os fatores estruturais dependentes do funcionamento do campo político e os fatores simbólicos ligados às representações dos papéis de sexo e do próprio *métier* político (DULONG, 2003; ACHIN, 2004; GUIONNET E NEVEU, 2004; ACHIN E LÉVÊQUE, 2006; SINEAU, 2011; NAVARRE, 2014). Tais elementos, longe de generalizações *a priori*, só podem ser elucidados na medida em que são considerados os contextos históricos e sociais dos países nos quais se desenrolam os processos de entrada das mulheres nas disputas por cargos políticos.

Na terceira e última parte do capítulo são apresentadas as discussões dos estudos nacionais sobre a agenda de “mulheres” e “política”, principalmente no que se refere aos recursos detidos pelas mulheres que passam a investir nas competições por cargos parlamentares e os seus percursos nesse meio de disputas (COSTA, 1998; PINHEIRO, 2006; BARREIRA, 2006; MARQUES, 2010; PINTO E SILVEIRA, 2018). O viés normativo expresso por vezes nas formas mais desejáveis de “capitais” que autorizam a “boa representação” ou a “representação autônoma” das mulheres é destacado como um problema desse tipo de produção, assim como as oposições *a priori* entre os tipos de recursos que estão na origem dos itinerários sociais dos/as agentes que passam a competir politicamente.

Além da desconsideração dos múltiplos recursos que incidem sobre as entradas dos/as agentes nas disputas por postos políticos, os estudos nacionais sobre as carreiras políticas de mulheres têm em sua maioria subjugado as relações existentes entre as diferentes bases de recursos sociais e as diferentes formas de acesso e de permanência no espaço da política que se apresentam às suas competidoras, insistindo antes nas diferenciações de gênero que incidem de modo específico sobre o trabalho parlamentar de deputados e de deputadas e nos seus itinerários de participação em comissões legislativas e posições de poder no interior do espaço da Câmara de Deputados.

Se a hipótese que consiste na conformação de determinados nichos de atuação parlamentar (expressos em diferentes “temas”, “problemas”, “causas” e assim por diante) em função das diferenças de gênero, levantada para outros contextos históricos e sociais, parece ter tido uma repercussão mais direta nos estudos nacionais, permanece em aberto, como será demonstrado, a construção de uma análise sistemática acerca das diferentes e múltiplas bases sociais que conformam as entradas de mulheres nos espaços da política e

as suas diferentes possibilidades de carreiras permanece como algo a ser realizado. Se as chances de carreiras políticas “bem-sucedidas” – mais longevas, com cargos de maior prestígio político, e menos atreladas às defesas de “temas sociais” e de “públicos minoritários” – são relativamente maiores entre os homens do que entre as mulheres, também é possível pensar que dentro o universo restrito das mulheres eleitas, alguns tipos de trunfos sociais podem autorizar igualmente carreiras mais ou menos “exitosas” e diversificadas do ponto de vista dos seus cargos, longevidades e/ou repertórios de intervenção política.

2.1 Bases sociais de entrada das mulheres nas competições políticas

Como já apontado pela bibliografia pertinente, as chances sociais de propensão ao engajamento em algum tipo de atividade política e de “sucesso” nesse meio particular de disputas guarda relação com as características sociais de seus pretendentes e dos recursos que podem ser investidos na competição política (LÉVÊQUE, 1996). Os processos de entrada no espaço da política, por esta perspectiva, não podem ser compreendidos sem a alusão aos atributos ou itinerários sociais que predisõem os/as agentes para esse tipo de atividade e que estão na origem das diferentes modalidades de acesso às disputas por cargos de “prestígio político”.

Este esforço de objetivação dos atributos sociais que estão na origem dos trajetos das *femmes politiques*, que emerge como categoria social na segunda metade do século XX na maior parte dos sistemas políticos, torna-se particularmente útil como ferramenta de análise porque permite o diálogo com os estudos mais clássicos sobre profissionalização política que consideravam os *hommes politiques* como uma espécie de categoria abstrata e universal, imune às divisões e às hierarquias de gênero (ACHIN, DORLIN E RENNES, 2008).

Quando são observados os itinerários de mulheres que conseguiram ascender até as posições mais raras do sistema político, as de chefe de estado – duplamente raras porque altamente valorizadas na hierarquia de postos políticos e incomuns dentro o universo de mulheres eleitas –, é possível distinguir claramente um movimento de diversificação das credenciais sociais que passam a ser convertidas em trunfos de legitimação. Principalmente a partir dos anos 1990, a primeira geração de mulheres

“viúvas”⁷ ou de “herdeiras” eleitas chefes de estado em países da Ásia e na América do Sul e que galgaram essas posições entre os anos 1970 e 1990, em conjunturas críticas e raramente eleitas pelo sufrágio universal, entra em concorrência com perfis mais diversificados⁸, menos dependentes dos esquemas de transmissão de notabilidades políticas familiares e mais relacionados com as formações escolares, os percursos de engajamento e as atuações profissionais das agentes (ACHIN, DORLIN E RENNES, 2008, p. 6-7).

Ao considerar os perfis das mulheres que galgaram mandatos parlamentares em eleições nacionais no contexto específico da França, por exemplo, as mulheres tendem a apresentar recursos escolares mais elevados e também a apresentar itinerários caracterizados por fatores de socialização política familiar mais recorrentes se comparados aos de seus homólogos homens (GUINET E NEVEU, 2004, p. 204). O estudo comparado de Achin (2005) sobre os percursos de deputadas francesas e alemãs evidencia que historicamente o peso dos recursos de parentesco seria mais expressivo no caso das mulheres eleitas na França, porém praticamente inexistente no caso das eleitas ao parlamento alemão, cujos processos de recrutamento seriam antes marcados por fatores associados aos seus itinerários escolares, profissionais e de engajamentos em geral.

O esforço inicial de objetivação das origens familiares das deputadas eleitas nos dois países evidencia uma forte correlação entre a origem social das mulheres e as filiações partidárias das mesmas, indicando a conformação de determinadas correspondências entre perfis de parlamentares e determinados grupos partidários. De

⁷ - No conjunto das viúvas que ascendem ao poder após o assassinato de seus maridos estão: Suhbaataryn Yanjmaa, que assume o posto de chefe de estado na Mongólia entre 1953 e 1954; Isabel Péron, na Argentina, em 1974; Lydia Gueiler Tejada, na Bolívia, entre 1979 e 1980; e Violeta Chamorro, presidente da Nicarágua de 1990 a 1997. Janet Jagan foi a primeira mulher eleita através do sufrágio universal da América do Sul (na Guiana, entre 1997 e 1999). Com a morte do presidente eleito, que era seu marido, ela assumiu o posto. Janet, assim como o esposo, vinha de itinerários militantes em grupos de esquerda. Há ainda o grupo das “primeiras-ministras herdeiras”: Indira Gandhi na Índia, primeiro na década de 1960, depois nos anos 1980; Benazir Bhutto, no Paquistão (1988-1990 e depois entre 1993-1995) e Chadrika Kumaratunga, no Sri Lanka (1994-2005). Ver Achin, Dorlin e Rennes (2008, p. 6).

⁸ - Nos sistemas políticos ocidentais dos países mais centrais, as chefes de estado aparecem um pouco mais tarde, especialmente nos países nórdicos: Vigdis Finnbogadottir, na Islândia, entre 1980 e 1996; Mary Robinson, na Irlanda, entre 1990 a 1997; Margaret Thatcher, no Reino Unido, de 1979 a 1990; Gro Harlem Brundtland, na Noruega, de 1986 e 1996, e Edith Cresson, na França, entre 1991 e 1992. Nos países do continente americano, apenas em 2006, no Chile, com a figura de Michelle Bachelet, eleita pelo sufrágio universal, é que se pode falar de um capital político sem relações com os sistemas de parentesco. Antes disso, Eva Peron (Argentina), Lidia Gueiler (Bolívia), Rosalia Arteaga (Equador), Janet Jagan (Guiana) já tinham sido eleitas com base em recursos de ordem “familiar”. Ver Achin, Dorlin e Rennes (2008, p. 7).

acordo com o estudo de Achin (2005, p. 107), se as categorias sociais mais desfavorecidas (agricultores, trabalhadores, empregados, etc.) tem sido relativamente pouco representadas nos parlamentos dos dois países, os dados indicariam para um processo de ascensão social realizado pelas filhas oriundas destas categorias que aparece historicamente mais associado aos percursos partidários “à esquerda” no espectro político.

As diferenças entre as formas de capitais herdados também incluem a constatação de uma maior transmissão de recursos de herança política familiar no caso das deputadas francesas em comparação aos percursos das deputadas alemãs. Se, do ponto de vista do conjunto do universo, a hereditariedade política “pura” é relativamente rara e os recursos familiares mais valorizados para as carreiras políticas são de ordem econômica e/ou em termos de socialização cultural com o universo das “questões políticas”, vale a consideração de que no contexto da França os aspectos de tradição política familiar são mais recorrentes nos trajetos das deputadas do que no caso alemão.

Quanto aos recursos escolares detidos, estes também aparecem relacionados com as lógicas de recrutamento de determinados partidos políticos e as diferenças dos sistemas educativos em questão – enquanto as mulheres teriam mais acesso às “fileiras clássicas literárias” na França, o sistema socio-educacional alemão teria favorecido as formações técnicas e comerciais em geral e também para o universo das mulheres. A inferioridade dos capitais escolares das deputadas francesas se explicaria em parte pela origem social modesta das mulheres eleitas pelos partidos mais à esquerda, como o Partido Comunista Francês, em especial.

A observação das profissões de origem das mulheres que galgaram mandatos parlamentares evidencia com mais força as especificidades que cercam os recursos sociais e o universo de competências profissionais “femininas” associadas com o *métier* político. Isso porque há uma proeminência de profissões intelectuais superiores, sobretudo relacionadas com o exercício de atividades educacionais, em ambos os casos. Novamente há uma forte relação entre determinados partidos e determinadas propriedades sociais, e os percentuais de agentes com profissões mais intermediárias (menos escolarizadas) são mais elevados dentre as deputadas com filiações partidárias situadas mais à esquerda.

De toda forma, chama a atenção o fato de que os tradicionais “viveiros” profissionais masculinos encontram-se reduzidos no universo geral das atividades desempenhadas pelas mulheres previamente aos seus cargos parlamentares. Enquanto as atividades ligadas à educação representam cerca de 25% das profissões de origem das

deputadas alemãs e francesas, as categorias profissionais que são sistematicamente mais importantes no universo masculino, como as profissões jurídicas, liberais e ligadas aos ramos empresarial e administrativo, não ultrapassam 10% quando são considerados os trajetos das mulheres eleitas nos dois países.

De outro lado, categorias como *femmes au foyer* (“donas de casa”), inexistentes para o universo masculino, representam aproximadamente 15% das mulheres que chegaram ao parlamento na Alemanha, evidenciando novamente as divisões de gênero que atravessam o universo das classificações e dos recursos profissionais que podem ser mais facilmente convertidas ou transportadas para as atividades políticas (Achin, 2005, p. 144). As lógicas de divisão sexual do trabalho forjadas socialmente jogariam assim, em síntese, um papel importante sobre o recrutamento de parlamentares homens e mulheres, sendo ainda conjugadas com os processos específicos de recrutamento político que variam de acordo com os grupos e as filiações partidárias.

A comparação de Achin (2004) dos percursos de entrada das mulheres nos parlamentos da França e da Alemanha entre os anos 1945 e 2000, é sugestiva a respeito das diferentes formas de inserção nas organizações partidárias e os seus impactos na representatividade formal nos parlamentos. Ainda que no contexto da sociedade francesa as posições femininas ocupadas em variados domínios sociais – tais como relações familiares, escolares, de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos – revele um processo histórico de conquista ampliada de direitos individuais e de diversificação dos espaços de atuação⁹ em relação ao caso alemão, os índices de representação política de mulheres são inversamente menos expressivos¹⁰ no contexto da França.

Esse aparente paradoxo entre “ordem social” e “ordem política” suscita, do ponto de vista da análise, a consideração de fatores relacionados aos contextos e às formas de intervenção dos grupos de mulheres e/ou feministas nos diferentes países e a sua relação com os engajamentos e as posições de poder ocupadas no interior das organizações partidárias, que monopolizam os acessos aos postos políticos em geral.

No caso da Alemanha, haveria uma relação mais nítida entre o aumento de mulheres entre os “quadros militantes” e “chefes partidários”, de um lado, e o crescimento do índice de mulheres eleitas no parlamento, de outro – em parte devido às estratégias de

⁹ - Foram considerados como indicadores os índices de escolarização e a variedade das áreas de formação escolar, assim como os índices de mulheres com filhos/as que desempenham atividades econômicas remuneradas, as legislações mais ou menos liberais sobre o direito ao corpo e ao aborto (ACHIN, 2005).

¹⁰ - Enquanto os índices de mulheres no parlamento alemão no final da década de 1990 girava em torno dos 30%, no caso da França esses índices eram, no mesmo período, três vezes menores (ACHIN, 2005).

organização de “departamentos” e de “organizações femininas autônomas” no interior dos partidos, cujas “direções” masculinas, por sua vez, teriam sido mais permeáveis às reivindicações dos setores de mulheres escolarizadas e engajadas que começaram a se intensificar a partir do final da década de 1960.

Os efeitos destas mobilizações sobre os processos de recrutamento consistiriam então em uma integração precoce de setores dos movimentos de mulheres e feministas no campo político e em posições de poder mais elevadas no interior das organizações partidárias. No caso da França, diferentemente, as mobilizações dos grupos de mulheres e feministas não teriam surtido o mesmo tipo de efeito, em parte devido ao fato de que esses coletivos não seriam caracterizados por concepções e estratégias de inserção mais próximas dos partidos, reforçando assim a distância existente entre os engajamentos sociais e as instituições políticas tradicionais (ACHIN, 2004, p. 91-94).

As frágeis inserções partidárias das mulheres no interior dos partidos políticos guardariam relação também com os tipos de itinerários de engajamentos sociais que são mais vinculados ao “feminino”, as “associações de proximidade”, tais como as entidades escolares, as comunitárias e/ou religiosas – em detrimento das associações historicamente mais vinculadas ao campo político, como as centrais sindicais e de determinadas categorias profissionais (ACHIN E LÉVÊQUE, 2006, p. 53). Isso ajudaria a explicar em parte a fragilidade dos recursos políticos detidos pela maioria das mulheres e a necessidade de outras fontes de legitimação nas disputas eleitorais.

No caso da França, fatores políticos e conjunturais relacionados com a ascensão crescente de setores vinculados à uma “esquerda plural” aos governos, mais feminizados e receptivos as demandas dos movimentos feministas, e com o agravamento de uma crise de legitimidade dos políticos e dos partidos, teriam contribuído para a aprovação da reforma pela paridade de gênero no início dos anos 2000 (DULONG, 2003). Entretanto, ao contrário de uma alteração substancial dos processos de entrada e das posições ocupadas pelas mulheres no campo político, como esperavam alguns setores dos movimentos que pautavam a sua aprovação, a reforma paritária teria surtido como um de seus principais efeitos a valorização conjuntural de uma “identidade feminina” e dos “valores femininos” como recursos que podem ser mobilizados nas competições por cargos públicos (ACHIN E LÉVÊQUE, 2006).

Os estudos sobre os usos políticos do “feminino” e da “feminilidade” como recurso de legitimação, em especial nesse contexto posterior à aprovação da lei da paridade de gênero, têm insistido sobre o papel das “crises políticas” e das próprias

estratégias e interesses de autopreservação dos agentes já estabelecidos no campo político como condições que estão na origem destas novas estratégias de apresentação (DULONG, 2005). A relativa ampliação do espaço de abertura às mulheres seria possível especialmente em momentos históricos marcados pela profusão de discursos midiáticos de crise com relação à “representação” e à “classe política”, classe política esta que por sua vez, intensificaria suas apostas nas candidaturas de mulheres, tidas como aquelas a quem cabe “humanizar” a política em função das qualidades que simultaneamente lhes são imputadas e que elas também reivindicam.

Dulong (2005) contribui com a agenda de pesquisas em torno dos usos do “feminino” como recurso político ao problematizar as condições de legitimação das mulheres no cenário eleitoral francês nas duas principais conjunturas nas quais se desdobra uma entrada mais massiva das mulheres no jogo político, inicialmente como eleitoras, em 1945, e num segundo momento mais marcadamente como candidatas, após a aprovação da lei da paridade, nas eleições municipais de 2001. Segundo a autora, nas duas configurações, a legitimação da entrada das mulheres na política e a própria construção das identidades femininas são largamente submissas às lógicas de funcionamento do próprio campo político, com seus interesses corporativistas de renovação e de autopreservação (DULONG, 2005, p. 436).

Mesmo considerando o caráter bastante distinto dos contextos políticos em questão, ela chama a atenção para um traço comum entre ambos, qual seja: os usos de qualidades reputadas como “femininas” como uma espécie de estratégia no sentido da renovação e manutenção do jogo político. Assim, em dois momentos marcados pela profusão de discursos de “crise” e de “descrédito” nos partidos e nos políticos profissionais, a condição “feminina” teria sido convertida em um tipo particular de estratégia de legitimação dos já estabelecidos, apresentada e reivindicada sobretudo como uma forma de “humanizar” e “renovar” o exercício das práticas políticas.

A observação das apresentações das candidatas em tais contextos mostraria que, independentemente de características como idade, cidade, profissão, experiências militantes e vínculos partidários, as mulheres se apresentariam frequentemente como “mais” ou “menos” que os homens – mais “disponíveis”, “próximas”, “conciliadoras”, ou ainda menos “fanáticas”, “ambiciosas” – evidenciando assim estratégias de legitimação apoiadas, de alguma forma, em questões relacionadas à condição de “gênero” (DULONG, 2005, p. 435).

Dulong argumenta que estes usos do feminino como recurso político não implicariam necessariamente dinâmicas sociais onde a “condição mulher” seja retratada ou reivindicada para além dos papéis tradicionalmente estabelecidos como das mulheres, pelo contrário, estariam em jogo signos de reforço aos estereótipos inscritos no senso comum e de reativação dos esquemas de dominação masculina já inscritos nos valores e nas práticas dos/as agentes. As figuras de “mães”, “esposas” e “donas de casa” seriam frequentemente reivindicadas, fazendo com que, mesmo no espaço político, construído simbolicamente como “público”, os papéis “femininos” continuem restritos à uma dimensão “privada” da vida social (Idem, p. 440-442).

De outro modo, ao analisar as apresentações dos(as) candidatos(as) parisienses às eleições legislativas de 2002, Lévêque (2005) identificou estratégias de apresentação bastante uniformizadas e sem variações significativas entre candidaturas de homens e de mulheres. Para ambos, os recursos coletivos seriam os mais mobilizados e o uso de recursos pessoais não estaria mais presente nas candidaturas de mulheres, como poderia se esperar. Esses não usos da marca de gênero no contexto específico analisado¹¹ estariam relacionados à dois fatores principais.

De um lado, de forma mais conjuntural, devido ao fato de que as eleições legislativas nacionais são tidas como um espaço fortemente e duplamente concorrencial, seja considerando as disputas internas ao partido, seja considerando a competição geral entre os/as candidatos/as de todos os partidos, o que deixaria pouco espaço para a reivindicação de questões supostamente mais específicas e exigiria uma combinação de vários tipos de recursos, especialmente os incentivos e os apoios partidários.

O “gênero” ou o “feminino”, por si só, neste contexto fortemente concorrencial, teria um valor muito relativo e contingente enquanto uma estratégia de legitimação eleitoral. De outro lado, a própria imutabilidade das regras do jogo político impediria ou tornaria extremamente difícil o acesso à competição política de novos ingressantes portadores de atributos e de valores que poderiam subverter ou pôr em perigo as lógicas do campo político (LÉVÊQUE, 2005, p. 517).

Dulong e Lévêque (2002), de forma semelhante, sugerem que o caráter duplamente relativo do gênero como recurso político nos espaços de competição eleitoral

¹¹ - A autora adverte para a dificuldade de que o tratamento quantitativo da escolha arbitrária de um conjunto de variáveis não daria conta de apreender detalhes sobre os quais poderia se fundar uma diferença sexual das estratégias de apresentação de si, impedindo uma análise mais “fina” dos espaços e dos momentos nos quais o “gênero” pode ser acionado (LÉVÊQUE, 2005).

está associado a dois aspectos principais. Primeiro, devido ao fato de que o mesmo tende a ser mobilizado especialmente pelas mulheres mais novatas em relação ao campo político, ou seja, por aquelas que não dispõem de recursos coletivos e maiores apoios partidários. Em segundo lugar, os usos do “gênero” não seriam mais que uma possibilidade de recursos dentre os outros considerando as lutas internas que se travam nos partidos e em torno das constituições das listas e de seus critérios de seleção, sendo, portanto, um recurso marcadamente insuficiente face às regras normativas e pragmáticas do jogo político (Idem, p. 95).

A constituição da “condição feminina” em recurso simbólico nas competições político-eleitorais dependeria assim, em síntese, ao mesmo tempo do desenvolvimento de certas disposições individuais por parte das mulheres, e de aspectos mais conjunturais do contexto em questão, que podem incluir desde o tipo de disputa política (mais local ou nacional, mais ou menos competitiva), os tratamentos midiáticos forjados durante os períodos de campanha, até as lutas internas aos partidos em suas dinâmicas de constituição das listas de candidaturas. O valor do “gênero” enquanto um recurso estratégico é tido, nesse sentido, como um objeto permanente de lutas simbólicas também considerando as dinâmicas sociais internas aos partidos, especialmente em termos da sua composição social, das concepções forjadas e também dos conflitos existentes.

Quanto às lógicas práticas de recrutamento político de mulheres, segundo Latté (2002), os circuitos tradicionalmente válidos para o universo masculino dos engajamentos partidários e associativos tendem a ser menos evidentes quando são analisados os percursos de mulheres candidatas e eleitas, e portanto, os menos pertinentes para dar conta da tarefa de analisar os seus trajetos de entrada na política. As redes de sociabilidade implicadas em relações pessoais e de amizades seriam assim um aspecto fundamental para a compreensão dos condicionantes sociais que tornam possíveis os seus processos de recrutamento, em especial no âmbito das disputas locais menos competitivas por postos políticos.

A partir de um estudo sobre as lógicas práticas de recrutamento de mulheres e os processos de seleção de candidaturas partidárias em uma esfera local de poder, Latté (2002) chamou a atenção para o que seria um dos efeitos políticos possíveis da lei de paridade de gênero no contexto da França, o reforço dos laços pessoais e de dependência estabelecidos entre as candidatas novatas recrutadas para as candidaturas, dotadas de frágeis recursos militantes e partidários, e as lideranças masculinas estabelecidas no interior das organizações partidárias. A partir do encontro entre os perfis das novatas e

das lideranças masculinas já consolidadas, haveria um reforço dos mecanismos de personalização do recrutamento político e também de hierarquização política em função do gênero (LATTÉ, 2002, p. 71-72).

Mesmo após a aprovação da lei de paridade no contexto francês e da produção de uma imagem mais mista dos espaços da política (DULONG e MATONTI, 2006), os trabalhos são unânimes na compreensão de que a nova conjuntura ofereceria estímulos paradoxais: de um lado, um “chamado às mulheres” para uma “integração” às esferas de representação parlamentar; de outro, as dinâmicas do próprio campo político não permitiriam possibilidades objetivas de ascensão, restando à elas condições de recrutamento diferenciadas e também de níveis de competição desiguais.

Em um cenário cada vez mais disputado e protagonizado por agentes profissionalizados, cujas estratégias de legitimação estariam assentadas em uma diversidade de recursos políticos mais coletivos, sobraria às mulheres, sobretudo às novatas, uma espécie de integração exclusiva no jogo político, mesmo após a aprovação de medidas institucionais visando à paridade de gênero, dadas as condições sociais desiguais de posse de recursos para as disputas no campo político. Direcionadas sobretudo aos papéis sociais “privados” que lhes são atribuídos culturalmente, a posse de recursos coletivos tidos como políticos seria ainda uma possibilidade social reservada aos homens, o que dificultaria a entrada de mulheres no campo político.

2.2 Carreiras políticas “no feminino”

Como visto anteriormente, a compreensão em torno das diferentes formas de entrada na política exige inicialmente a articulação entre níveis de análise que deem conta simultaneamente do encontro entre certas disposições individuais e atributos sociais específicos, de um lado, e determinadas formas de recrutamento político por organizações e/ou grupos de atuação, de outro. Em um passo adiante, a compreensão em torno dos processos de entrada na política implica a consideração das posições que vão sendo sucessivamente ocupadas pelos/as agentes recrutados/as nestas diferentes circunstâncias e as condições também distintas de “sucesso” nesses contextos de engajamento político (LÉVÊQUE, 1996).

De modo específico, a relação entre as divisões de gênero e as condições distintas de atuação e de permanência em carreiras políticas torna-se particularmente útil em termos de análise na medida em que um conjunto de trabalhos que tratam desta

problemática têm apontado para a conformação de determinados nichos de atuação política em função do gênero assim como para a hierarquização das carreiras de homens (mais valorizadas) e de mulheres (menos valorizadas) no interior das disputas do campo político, em especial no caso francês (GUINNET E NEVEU, 2005; ACHIN, 2005; ACHIN E LÉVÊQUE, 2006; SINEAU, 2011; NAVARRE, 2014).

Nessa perspectiva, os modelos sociais herdados da distinção de papéis e das predisposições de gênero que são incorporadas e atualizadas ao longo dos percursos, assim como os constrangimentos do próprio campo político, convergiriam para a construção de domínios distintos de competências políticas tidas como “femininas” ou “masculinas” (Achin e Lévêque, 2006, p. 76). Guionnet e Neveu (2005) ponderam ser difícil inclusive distinguir, do ponto de vista da análise, o limite entre os *habitus* de gênero, no sentido das predisposições e dos valores que são incorporados e atualizados pelos/as agentes ao longo de seus trajetos sociais, e o que seriam as *estratégias identitárias* de gênero na política, no sentido das concepções e das formas de intervenção que são assumidas pelos/as mesmos/as agentes no domínio das atividades políticas.

Com o intuito de dimensionar os efeitos da socialização de gênero sobre os tipos de competências políticas construídas como masculinas ou femininas, alguns estudos como o de Achin (2005) têm recorrido à observação das formas de distribuição dos/as agentes investidos/as de mandatos parlamentares entre as “comissões legislativas”, tomadas como espaços privilegiados de intervenção onde concepções e práticas sobre as atividades políticas são reconhecidas pelos/as agentes tanto no interior do campo político, como pelos públicos exteriores, grupos de apoio e eleitorado em geral. Estas formas de distribuição dos/as deputados/as entre as comissões estão circunscritas a determinados fatores sociais e individuais que podem ser mais ou menos facilmente identificados, que incluem as predisposições individuais dos/as mesmos/as em função de suas origens sociais, atuação profissional e possíveis engajamentos, assim como a antiguidade e a envergadura dos recursos políticos detidos, os postos partidários ocupados e o acúmulo de mandatos exercidos (ACHIN, 2005, p. 185).

Se estas “escolhas” envolvem simultaneamente fatores relacionados com as visões de mundo e os recursos detidos pelos/agentes, e também as condições próprias de competição do jogo político, estudos como o de Achin (2005) são sugestivos a respeito do peso histórico do fator gênero na conformação de determinadas áreas de intervenção

política. Tanto na França quanto na Alemanha¹², as mulheres deputadas têm sido dirigidas majoritariamente para as comissões que implicam competências tradicionalmente consideradas como femininas – “social”, “família”, “saúde”, “cultura”, “juventude” e “esporte”. Nos dois países, menos de um quarto das deputadas eleitas integraram comissões mais prestigiadas como “assuntos econômicos”, “legislação” ou “assuntos estrangeiros”, enquanto a maioria integrou comissões consideradas próximas do universo de competências sociais femininas (Idem, p. 183-193).

Ainda que as profissões de origem das mulheres eleitas possam ajudar a explicar em parte esse direcionamento para determinadas áreas de intervenção política, não seriam por si mesmas suficientes para dar conta destas dinâmicas de especialização no interior das comissões de assuntos sociais e familiares e sua sub-representação nas comissões de maior prestígio político. A variável de gênero, por sua vez, apresentaria um peso relativo muito mais evidente quando se trata de entender as condições e as motivações que levam a estratégias distintas de atuação parlamentar no interior das instituições políticas (ACHIN, 2005, p. 192). Além disso, a distribuição dos/as deputados/as nas principais hierarquias de poder no interior das assembleias indicaria um forte monopólio masculino sobre estas posições, que raramente foram ocupadas por mulheres.

O trabalho de Sineau (2011) sobre os processos de entrada e de legitimação das mulheres no sistema político da França também reforça a hipótese da conformação de nichos de atuação políticos tidos como femininos e menos valorizados no interior das disputas por cargos. Ainda que a partir dos anos 1990 as mulheres tenham começado a galgar posições até então inacessíveis ao “público feminino” – como as indicações para os ministérios, por exemplo, supostamente de maior prestígio político –, a descrição dos postos ocupados indica que elas também têm sido majoritariamente recrutadas para os domínios de intervenção mais próximos do universo das responsabilidades familiares e das atividades domésticas.

Cabe pontuar que, se como visto anteriormente, as “fileiras de origem” das deputadas podem variar de modo significativo em função dos seus vínculos com determinadas organizações partidárias, quando se trata de analisar as posições ocupadas

¹² - O quadro de especialização das *femmes politiques* em domínios de atuação política menos valorizados é mais acentuado quando são considerados os trajetos de participação nas comissões das deputadas eleitas na França, onde mais de 50% delas se dirigiram para atuações nas comissões relacionadas com os “assuntos culturais”, “família”, “juventude”, “mulheres” e “esporte”. No caso das deputadas eleitas na Alemanha, esse índice cai para cerca de 30% e apontaria assim para uma maior diversificação do “feminino” em suas formas de intervenção política (ACHIN, 2005, p. 188).

pelas mulheres no interior das indicações para os postos de “alto escalão”, como os ministeriais, por exemplo, as práticas de recrutamento tendem a ser fortemente atravessadas pelos efeitos de gênero independentemente de se tratar dos partidos mais à direita ou à esquerda no espectro político (SINEAU, 2011), pois as mulheres tendem a ocupar nos diferentes governos e em conjunturas históricas distintas principalmente os cargos que remetem para algo que se poderia chamar de “gestão do social”.

Os modos de atribuição das competências e das posições ocupadas no interior do campo político permaneceriam assim reproduzindo uma lógica de divisão tradicional de tarefas entre os sexos (DULONG, 2003; ACHIN e LÉVÊQUE, 2006), seja em função dos recursos e das estratégias diferenciadas de legitimação acionadas para competir “politicamente”, seja no sentido objetivo das posições subordinadas que são as mais acessíveis às mulheres que participam das disputas por cargos desse tipo. Estas posições subordinadas ocupadas pelas mulheres no interior do campo político têm sido dimensionadas especialmente a partir da observação do tempo de permanência em mandatos eletivos e/ou funções públicas e do nível de competição e prestígio político dos cargos ocupados.

Parte da bibliografia tem demonstrado que no caso da França, além do acúmulo de um número menor de mandatos e, portanto, de um tempo reduzido de permanência em cargos políticos relativamente às carreiras políticas dos homens, as carreiras das mulheres tendem a progredir em especial na escala das “funções legislativas” de menor prestígio e de competição menos intensa, ou seja, aquelas que são situadas nas esferas locais e/ou regionais de poder e que seriam em tese mais acessíveis aos públicos sociais desprovidos de recursos políticos (ACHIN E LÉVÊQUE, 2006, p. 73-74). Esta lógica de restrição das inserções políticas das mulheres aos “mandatos de proximidade” guardaria relação com o fato de que as responsabilidades e as competências inscritas neste tipo de atuação estariam socialmente mais ajustadas aos papéis de gênero construídos como femininos e às posições desvalorizadas ocupadas pelas mulheres nos demais domínios de intervenção da vida social (relações familiares, profissionais, organizações políticas, etc.).

O fenômeno recente de entrada das mulheres nos conselhos regionais e no parlamento europeu teria sido facilitado pela novidade histórica destas arenas e pela falta de grupos de políticos estabelecidos nestes espaços, dando abertura para a ascensão de mulheres mais jovens e menos providas de recursos políticos. Estas deputadas, no entanto, não têm conseguido ascender para as posições de maior prestígio na hierarquia dos cargos políticos, o que frequentemente acontece no caso dos deputados eleitos para

as mesmas funções. As posições mais centrais ou elevadas no interior do sistema político, em síntese, que implicam recursos e redes de apoios ampliados, ainda são monopolizadas pelo público masculino (ACHIN e LÉVÊQUE, 2006, p. 67-68).

O estudo de Navarre (2014) sobre as condições sociais das possibilidades de ascensão política em trajetórias de mulheres que são iniciadas pela via dos postos legislativos locais é sugestivo a respeito da conjugação dos constrangimentos familiares, somados à fragilidade dos recursos políticos e às próprias concepções sobre o *métier* político que estão na origem dos nichos de especialização do feminino em “mandatos de proximidade” e dos raros percursos de ascensão nesse espaço de concorrência. O peso dos constrangimentos familiares, em primeiro lugar, consistiria não apenas na valorização social das relações e dos papéis familiares, mas também nas dificuldades de conciliação entre as atividades domésticas e as atividades políticas e suas exigências de deslocamentos geográficos e de rearranjos em termos das rotinas de (des)obrigações familiares.

Junto a isso, a fragilidade dos recursos políticos e as concepções baseadas em uma ética particularmente altruísta convergiriam para uma espécie de “ajustamento moral” às posições de subordinação ocupadas no campo político (NAVARRE, 2014). Compreendida de forma simultânea como um sentido simbólico e como atuação prática reivindicada especialmente pelas mulheres que dispõem de experiências políticas restritas para se legitimar no exercício de suas “funções eletivas”, a ética política altruísta seria marcada por um profundo sentimento de ingresso na política como um “dever” de “contato com os outros” e de política como “desinteresse pessoal”. Estas concepções de política ancoradas em valores éticos e altruísmo seriam recorrentes justamente nos discursos reivindicados pelas mulheres dotadas de frágeis recursos políticos e cujos destinos mais comuns seriam aqueles de especialização em mandatos locais e/ou de desengajamento após a ocupação destes mesmos postos.

Dentre as concepções mais em voga nestes percursos marcados pelo desengajamento após a ocupação de postos locais, as funções eletivas aparecem como um tipo de mudança biográfica suplementar às tarefas familiares e profissionais já desempenhadas e esta visão não se modifica ao longo dos mandatos. Geralmente recrutadas em idades já avançadas, sem familiaridade com o meio político e dotadas de vínculos militantes mais frágeis, para estas mulheres o abandono das atividades tende a ser representado como uma espécie de “liberação” de um espaço de disputas cujas formas

de iniciação não foram acompanhadas pela interiorização de novos valores ou maiores interesses de ascensão (NAVARRE, 2014, p. 93-94).

Nos trajetos de mulheres que galgaram cargos de maior prestígio no contexto específico analisado, do contrário, as concepções sobre o *métier* político parecem ser transformadas e progressivamente afastadas destes referenciais de uma “ética altruísta”. Para Navarre (2014, p. 87), as relações e principalmente os conflitos experimentados durante estes mandatos locais podem atuar em alguns casos como fatores potencializadores de uma mudança de percepção sobre “o que deve ser feito” e “como deve ser feito”.

Este processo de incorporação de novas concepções e práticas políticas inclui desde novas estratégias de aliança com personalidades locais e/ou de maior destaque nacional até a tessitura de novos engajamentos e a ocupação de cargos em “entidades” em geral e também nas organizações partidárias, condições estas que estariam presentes nos trajetos das mulheres eleitas para postos locais que galgaram carreiras políticas tidas como de ascensão.

Se até aqui o foco dos estudos está direcionado geralmente para as especificidades que cercam as diferentes formas de entrada e as possibilidades de carreiras políticas das mulheres relacionadas às de seus homólogos masculinos, o estudo comparado de Achin (2005) é novamente sugestivo a respeito das modalidades distintas de entrada e de carreiras políticas no interior do próprio “universo feminino”. Nesse sentido, a análise comparada dos trajetos das mulheres que foram eleitas para mandatos nos parlamentos da França e da Alemanha no período situado entre os anos 1945 e 2000 é mais uma vez útil para a necessidade de considerar as variáveis históricas e contextuais que incidem sobre os processos de recrutamento e as chances de permanência em carreiras políticas.

A comparação das vias de entrada na política do ponto de vista dos primeiros cargos ocupados indica que os acessos aos mandatos em legislativos locais são relativamente superiores no caso das mulheres eleitas ao parlamento francês, o que corresponde a praticamente metade do universo considerado. Nos trajetos das deputadas alemãs, a particularidade das estreias em cargos eletivos consiste no fato de que elas são mais bem distribuídas quando são considerados os níveis local e nacional (ACHIN, 2005, 167-170). Além disso, a comparação da longevidade das carreiras parlamentares apontou para diferenças que novamente reforçam a hipótese de uma maior abertura do campo

político para as mulheres no caso da Alemanha, cujas carreiras são em geral ligeiramente mais longevas¹³.

A longevidade das carreiras também pode guardar relação com as diferentes modalidades de engajamentos partidários, principalmente quando são considerados os percursos das deputadas alemãs. Na França, com exceção dos partidos comunistas, o tempo de exercício de mandatos aparece pouco relacionado com a variável referente às filiações partidárias (Idem, p. 179). Significa, em síntese, que as possibilidades de reeleição das deputadas podem variar de modo significativo a depender de determinados grupos e de seus processos de recrutamento¹⁴.

2.3 Debates nacionais sobre as formas de entrada e as carreiras políticas de mulheres

A oposição *a priori* entre vínculos com os “movimentos sociais”, de um lado, e os vínculos de parentesco, de outro, tem sido recorrente na maior parte dos estudos direcionados ao tema “mulheres” e “política” no Brasil e que de alguma forma estão preocupados em tratar das bases sociais do recrutamento de mulheres que acessaram cargos eletivos (PINHEIRO, 2006; BARREIRA, 2006; MARQUES, 2010; PINTO E SILVEIRA, 2018). Parte deste esforço tem sido mapear os atributos sociais mais presentes nos percursos destas mulheres que teriam contribuído para o rompimento das lógicas históricas de afastamento do campo político.

As discussões, nesse sentido, têm convergido na direção de que os tipos de capitais mais recorrentes nos percursos analisados seriam aqueles “delegados do próprio campo político”, que compreenderiam tanto os trajetos marcados pela inserção em movimentos sociais como aqueles marcados pela ocupação de cargos públicos em função da posse de determinados “conhecimentos técnicos”. Em seguida estaria o peso do capital familiar, ou seja, aquele delegado de famílias com tradição familiar na política, e por último o capital “convertido de outros campos sociais”, que consistiria naquele relacionado à

¹³ - Ainda que a ampla maioria das deputadas eleitas exerça um ou dois mandatos nos dois países (73% na Alemanha e 63% na França), os percentuais de mulheres que exerceram mais mandatos são superiores quando são considerados os trajetos das deputadas alemãs (33% exerceu entre três e cinco mandatos e 4% acima de cinco, enquanto na França esses índices são de 24% e 2%). VER ACHIN, 2005, p. 177.

¹⁴ - O caso do Partido Verde alemão é ilustrativo a esse respeito, haja vista que seus baixos índices de reeleição e a rotatividade dos nomes selecionados para as disputas eletivas estão relacionados com determinadas concepções a respeito da “política” que envolvem críticas às formas de hierarquia e de profissionalização política e a valorização das “bases” recrutadas pela organização (ACHIN, 2005, p. 179).

atuação de “personalidades” em geral, tais como artistas, esportistas, e outros indivíduos com projeção midiática (PINHEIRO, 2006).

De modo semelhante, Barreira (2006) destacou os vínculos com os movimentos sociais como o principal tipo de recurso recorrente na origem dos investimentos “femininos” em mandatos no Congresso, seguidos pelos usos de capital familiar e pelas formas de reconhecimento que seriam obtidas através da ocupação prévia de cargos eletivos. Novamente estes três tipos de recursos são os salientados: vínculos com os movimentos sociais, laços de parentesco e ocupação de cargos públicos.

Em Pinto e Silveira (2018), as militâncias em organizações estudantis, sindicais e partidárias, a ocupação de cargos públicos, e também as filiações partidárias mais à esquerda no espectro político, são tidas como fatores que convergiriam para as carreiras políticas relativamente longevas (e raras) de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados. O capital político familiar, por sua vez, estaria presente de modo excepcional em um pequeno número de trajetórias destas deputadas com carreiras longevas, e diferentemente das “mulheres militantes”, aquelas dotadas de capital político familiar raramente se valeriam de outros trunfos tais como a ocupação de outros cargos públicos.

Quanto aos estudos que buscaram mapear os trajetórias das deputadas marcadas pela posse de capital político de ordem familiar, independentemente da longevidade de suas carreiras, há um relativo consenso na indicação de que os vínculos matrimoniais seriam aqueles mais em voga na origem das investidas de mulheres em mandatos parlamentares, diferentemente do que ocorre nos trajetórias de homens parlamentares, cujos esquemas de transmissão de capital político familiar se dão em geral de “pai para filho” (PINHEIRO, 2006; MARQUES, 2010; MORITZ, 2017; PINTO E SILVEIRA, 2018).

O esforço de análise comparada sobre os usos da herança política familiar em percursos de homens e de mulheres, sugeriu-se que tais trunfos seriam mais determinantes nas carreiras políticas das mulheres¹⁵, principalmente porque aos homens caberiam socialmente outras formas de recursos acessíveis e mobilizáveis, sejam eles de ordem econômica ou do ponto de vista da ocupação prévia de cargos públicos (MIGUEL, MARQUES E MACHADO, 2015).

¹⁵ - Entretanto, isso não significa que o capital familiar tenha perdido relevância no universo dos homens parlamentares, pelo contrário. O aumento do uso de credenciais familiares no acesso a cargos políticos teria crescido de forma mais expressiva no universo dos homens do que no universo de mulheres eleitas (MIGUEL, MARQUES E MACHADO, 2015).

Um primeiro aspecto a ser discutido se refere à reprodução de uma visão normativa que considera justamente os trajetos militantes como os mais desejáveis e legítimos socialmente e os usos do capital familiar, contrariamente, como trunfos de acesso que desacreditam e/ou diminuem as suas portadoras, retratadas como “(...) *as deputadas que constituem-se em alguma medida em ‘fantoques’ daqueles que lhes delegaram capital político*” e que atuariam “*mais de acordo com estas orientações*” do que “*segundo convicções próprias*” (PINHEIRO, 2006, p. 110). De forma agregada, para esse grupo de deputadas há outro tipo de leitura política negativa, relacionada ao fato de que estas mulheres “(...) *não necessariamente desenvolverão um trabalho orientado para as mulheres ou para a defesa de seus interesses*” (Idem).

Quanto às deputadas oriundas de trajetos de militância, estas diferentemente são tidas como aquelas que “(...) *antes de se candidatarem, vivenciaram uma importante socialização política nesses espaços e se destacaram como lideranças comunitárias e sindicais*” (PINHEIRO, 2006, p. 112). Esta oposição entre militância e parentesco como distintas formas de entrada na política tende a assumir uma conotação de oposição entre a defesa de “ideais de autonomia” *versus* “ideais de dependência”, como se os vínculos com os movimentos sociais fossem uma espécie de garantia da defesa dos “reais” interesses “das mulheres”, e os vínculos com famílias políticas, por sua vez, fossem a garantia de que estas mulheres estarão a serviço de outros interesses que não aqueles que deveriam ser assumidos durante as suas intervenções nos espaços da política.

Esse tipo de viés também está presente em trabalhos como o de Costa (1998, p. 133), para quem “(...) *apesar do avanço do movimento de mulheres e a ampliação da representação feminina no legislativo federal e estadual, um fenômeno que se mantém é o da candidata esposa*”, que atuariam nesses espaços de representação política “(...) *como verdadeiras representantes dos interesses do marido e/ou família, de seus interesses privados*”. A relativização desse tipo de situação indesejada seria justa em alguns poucos “exemplos” de mulheres que mesmo se utilizando dos laços de parentesco, teriam conseguido “(...) *realizar seu mandato parlamentar com autonomia e compromisso com os interesses da nação*” (COSTA, 1998, p. 133).

Outro aspecto importante destes trabalhos diz respeito a abordagem dos tipos de capital que são convertidos para o espaço político como se eles fossem excludentes entre si, o que, como ver-se-á adiante, não dá conta da multiplicidade dos recursos acumulados pelas agentes que galgaram posições e carreiras políticas ao longo do período analisado. Ainda que as estratégias de acúmulo e de entrecruzamento destas formas diferenciadas

de legitimidades “femininas” tenham sido sugeridas, o tratamento destes entrecruzamentos permanece até aqui como algo a ser realizado.

Esse tipo de abordagem que trata dos recursos sociais detidos pelas agentes de forma isolada e estática pode ser facilmente identificado não apenas na oposição entre os recursos associados com determinados percursos de engajamento em organizações sociais, de um lado, e os recursos de parentesco, de outro, mas também nas discussões que giram em torno de um tipo relativamente raro de trunfo dentre o universo de mulheres eleitas, qual seja, a ocupação prévia de cargos públicos.

No trabalho de Pinheiro (2006), este acesso aos cargos públicos é tomado como sinônimo de um processo de “conversão de saberes técnicos e especializados”. Entretanto, ainda que esse tipo de associação prática entre determinadas formações escolares e/ou atividades profissionais e o acesso a cargos públicos relacionados com estas atuações profissionais possa estar colocada em alguns trajetos, como será demonstrado a seguir, ao invés de serem tomadas como fontes distintas de legitimação, tradição política familiar e ocupação de cargos públicos convergem em muitos trajetos no acesso aos mandatos parlamentares, em especial, daquelas com passagem pela Câmara de Deputados.

A associação entre determinados tipos de capital e determinados grupos partidários e seus processos distintos de recrutamento, por sua vez, já foi sugerida também em alguns trabalhos. Araújo (2001, P. 236) já havia indicado que enquanto nos partidos situados mais à direita no espectro ideológico o perfil predominante seria aquele de agentes oriundas de famílias com tradição na política, nos partidos de esquerda as inserções em movimentos sociais é que seriam as mais valorizadas como critério de seleção. Esta associação aparece também no estudo de Pinheiro (2006, P. 134), que apontou mais claramente nesta direção. As principais filiações partidárias associadas com os usos de capital familiar estariam situadas em partidos de centro e de direita, ao passo que os usos de “capital delegado dos movimentos sociais” estariam fortemente concentrados nos perfis das mulheres recrutadas pelos partidos de esquerda.

Os estudos nacionais sobre os perfis e os atributos sociais predominantes nos trajetos relativamente raros de mulheres ocupantes de mandatos políticos, assim como na bibliografia de origem francesa, atentaram igualmente para as diferenças de gênero relacionadas às áreas de formação escolar e de atuação profissional que podem ser mobilizadas nas apresentações político-eleitorais (PINHEIRO, 2006; MARQUES, 2010).

Para Marques (2010), dentre os homens as principais formações de nível superior declaradas seriam respectivamente direito, medicina e administração, enquanto dentre as mulheres, as principais áreas de formação seriam letras, direito e pedagogia (MARQUES, 2010). Já as tradicionais atividades profissionais associadas ao *métier* político masculino, tais como empresários, médicos, advogados e pecuaristas, não encontrariam correspondência no universo das mulheres eleitas, cujas principais profissões declaradas – professora, servidora pública e psicóloga – apontam para outros tipos de atuações e de competências construídas socialmente que podem ser transferidas para o espaço das disputas políticas.

Com relação a outros tipos de recursos, como aqueles de ordem econômica ou as inserções em espaços de visibilidade midiática, estes seriam mais acessíveis ao público masculino. No último quesito discutido pela bibliografia, referente às credenciais de participação em grupos e movimentos sociais, estas não só teriam um peso acentuado no universo das mulheres eleitas, como seriam dotadas de singularidades – quanto aos tipos de “movimentos” e/ou grupos de atuação. Se dentre os homens os vínculos com destaque seriam aqueles relacionados às inserções em sindicatos de caráter empresarial e patronal, os engajamentos das mulheres eleitas remeteriam antes para movimentos sociais “de outros tipos” (MARQUES, 2010, p. 23).

Em síntese, como pode-se constatar, as indicações da bibliografia nacional sobre os recursos sociais que estão na origem dos investimentos de mulheres em carreiras parlamentares possuem alguns pontos de aproximação com os diálogos da bibliografia francesa, que indicam em suma para os processos relativamente singulares de recrutamento das *femmes politiques* em comparação aos seus homólogos masculinos – maior influência de aspectos de socialização familiar, recursos escolares e competências profissionais distintas, outras modalidades vínculos de engajamentos, recursos partidários mais escassos e assim por diante.

Além dos diferentes tipos de trunfos sociais detidos e acionados nas competições políticas, à exemplo de parte da bibliografia francesa, os estudos nacionais sobre as carreiras políticas de mulheres vêm sugerindo desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000 que estas seriam marcadas também por certas especificidades de gênero (COSTA, 1998; AVELAR, 2001; PINHEIRO, 2006; BARREIRA, 2006), especialmente no sentido de que a maioria das mulheres ao ingressarem nas atividades políticas

tenderiam a desenvolver atividades semelhantes às realizadas no âmbito de suas obrigações familiares e domésticas.

Sem pretensão de um tratamento sistemático e/ou empírico destas questões, dois argumentos são utilizados por Costa (1998) como justificativa para as afirmações a respeito do lugar “do feminino” na política. O primeiro deles sugere que raramente as mulheres conseguem atingir os altos postos das hierarquias burocráticas, e que quando o fazem, fazem sob a condição da delimitação de determinados nichos de atuação, principalmente circunscritos a áreas como educação e bem-estar social. O segundo argumento está baseado na sugestão de que as mulheres eleitas para os legislativos, em especial, direcionariam as suas atividades parlamentares para determinados públicos sociais, tais como mulheres, crianças, idosos, etc.

Em Avelar (2001), esta constatação de uma “participação diferencial” das mulheres nos espaços da política aparece fortemente associada com uma visão de “progresso social”, haja vista que *“a participação das mulheres na elite política alarga o campo dos direitos humanos, civis e políticos”, “seus temas são outros”* assim como *“o conteúdo de suas políticas”* (Idem, p. 147). A partir de uma listagem das áreas temáticas priorizadas pelas mulheres eleitas para a Câmara de Deputados no período compreendido entre 1998 e 2002, as inserções em determinadas comissões parlamentares e as proposições legislativas apresentadas apontariam especialmente para atuações políticas identificadas com o universo social do feminino – “saúde materna e aborto”, “discriminação”, “crimes sexuais contra menores”, “licença gestante”, “adoção”, “emprego doméstico”, “atendimento às vítimas de violência sexual” e assim por diante, o que reforçaria a perspectiva da participação diferencial e “do benéfico avanço¹⁶ nas políticas sociais” resultante do ingresso das mulheres em cargos políticos.

As defesas políticas de “temas sociais” diretamente relacionados ao papel de cuidadoras exercido no âmbito doméstico e a atuação voltada para grupos sociais específicos, entendidos como vulneráveis e necessitados de apoio, constituiriam da mesma forma a marca central da produção legislativa das mulheres eleitas como deputadas federais (PINHEIRO, 2006). Esta “atuação no social” estaria expressa também,

¹⁶ - Nas palavras de Avelar (2001): *“Não há como negar o avanço nas políticas sociais diante dos dados aqui apresentados. Claramente, a questão feminista se confunde com a questão social, podendo-se mesmo denominá-las de a questão social do gênero. E é aí que as mulheres fazem diferença na política. Em qualquer país do mundo, a modernidade na política, a conduta ética em sentido pleno e a conduta humanista são fruto de políticas sociais que atendam tanto os segmentos sociais marginalizados, quanto aqueles discriminados”* (AVELAR, 2001, p. 143).

de um lado, na participação acentuada de mulheres em comissões como seguridade social e família, educação, cultura e desporto, e defesa do consumidor, e de outro lado, na participação relativamente rara em comissões tradicionalmente dominadas pelo público masculino, tais como finanças e tributação, fiscalização financeira e controle, ou constituição e justiça.

A distribuição das deputadas segundo as comissões guardaria assim correspondência com as representações sociais e os papéis de gênero que constroem estereótipos a partir dos quais as mulheres são dirigidas para as atividades de cunho social, mais próximas dos papéis desempenhados no espaço privado, enquanto aos homens caberia a ocupação de espaços mais competitivos, ligados ao mercado, às finanças, e assim por diante (Pinheiro, 2006, p. 174).

A consideração dos tipos de capital político que estão na origem dos trajetos das mulheres que conseguem acessar cargos públicos é sugerida por Pinheiro como uma ferramenta útil de análise sobre as atuações mais ou menos próximas “do social”. Esse tipo de nicho político seria mais forte entre as mulheres eleitas com base em capitais oriundos da participação em movimentos sociais, e menos recorrente no trabalho político das deputadas que construíram seus percursos profissionais de forma distinta daquelas tradicionalmente mais disponíveis e acessadas pelas mulheres, o que possibilitaria a formação de bases menos ligadas à pautas e grupos desfavorecidos socialmente. Além dos percursos profissionais, a ocupação de cargos públicos também é apontada como um tipo de recurso que possibilitaria atuações políticas menos centradas na “defesa do social” (PINHEIRO, 2006, p. 173).

Ainda assim, o mapeamento e a classificação das “áreas temáticas” das atividades parlamentares das mulheres apontariam para repertórios e estratégias de intervenção fortemente marcadas pela ênfase na defesa de causas e de grupos sociais específicos, as “minorias”, tanto no perfil das agentes cujo principal tipo de capital é aquele oriundo de formas variadas de militâncias, como no perfil das agentes dotadas de capital político familiar – os dois principais tipos de capital em questão no público considerado. Para as portadoras de “capitais oriundos de outros campos sociais”, principalmente o “midiático” (o que incluiria as atividades artísticas, esportivas, e “celebridades” em geral), e para as dotadas de capitais “propriamente políticos”, referentes à ocupação de cargos públicos, a especialização de atuação política “no social” seria menos recorrente.

A correspondência entre determinados tipos de formações escolares, percursos profissionais e militantes, de um lado, e determinadas formas de intervenção política e

parlamentar, é sugerida também por Barreira (2006). Para ela, entretanto, o empenho das mulheres nos repertórios de causas consideradas como típicas do universo feminino revelaria, antes de “avanços necessários” resultantes dos acessos desse público no *hall* de cargos políticos – como poderia se pensar a partir de Avelar (2001) –, a reprodução dos processos de divisão do trabalho social em função do gênero para a arena política.

Estas lógicas de reprodução das hierarquias sociais para as hierarquias políticas, diferentemente de simples “reflexos” ou “sintomas” das dinâmicas de concorrência e de divisão desigual do poder nos diversos âmbitos da vida social¹⁷, a autora considera que estas delimitações das áreas de intervenção de acordo com as divisões de gênero guardam relação com aspectos importantes de socialização escolar, dos trajetos profissionais e também militantes dos/as agentes que passam a acessar cargos e posições políticas.

O esforço de sair de um mapeamento das participações em comissões permanentes ou das áreas de produção legislativa para adentrar em uma análise de cunho qualitativo acerca das concepções e das práticas políticas relativamente singulares que caracterizam as atuações de mulheres no Congresso, em especial, foi operacionalizado por Barreira (2006) em uma série de entrevistas e de observações acerca dos discursos parlamentares. Dois aspectos, segundo a autora, caracterizariam essa singularidade. Em primeiro lugar, a perspectiva de colocação da mulher como “signatária de valores universais”, o que a tornaria potencialmente diferente dos agentes masculinos na esfera política. O segundo tipo de repertório mobilizaria a própria inexperiência das mulheres em cargos públicos como uma característica positiva, porque “fora das práticas tradicionais e espúrias de poder” (BARREIRA, 2006).

A discussão acerca dos “recortes temáticos” que conformam os discursos proferidos por parlamentares homens e mulheres, operacionalizada de forma comparada por Miguel e Feitosa (2009), reforçou igualmente a hipótese de uma especialização em nichos de temas políticos de acordo com as divisões de gênero. Tomados como indicadores das formas distintas de produção de sentidos sobre o mundo social, os

¹⁷ - *Observa-se que a presença das parlamentares em comissões está distribuída de forma desigual. As comissões cuja presença de mulheres é mais significativa são as seguintes: Educação e Cultura e Seguridade Social e Família. Muito embora seja possível atribuir a freqüência de mulheres nas comissões um sintoma de concorrência e divisão desigual do poder, é importante também considerar a tendência de que as representantes no Congresso dêem seqüência a causas pelas quais militaram ao longo do tempo. Nesse sentido, as profissões de professora e outras funções educativas, que caracterizam a ocupação de parte significativa de representantes, tanto na Câmara Federal como no Senado, podem relativizar a idéia da divisão hierárquica do trabalho político* (BARREIRA, 2006, p. 17).

discursos produzidos por mulheres tratam mais de “direitos humanos”, “família”, “direitos reprodutivos” e “infância e adolescência” enquanto aqueles produzidos por homens se concentram mais fortemente em temas como “política econômica” e “tributos”.

Há também indicações acerca da raridade de mulheres em posições de direção nas hierarquias tanto do trabalho legislativo em si quanto das organizações partidárias. O mapeamento das mulheres que galgaram trunfos relativos à ocupação de cargos de prestígio na condição de “lideranças de “bancadas” e de “blocos parlamentares”, ou ainda como “presidentes de comissões” ou da “mesa diretora”, apontaria de modo claro para a permanência dos acessos desiguais às posições de poder no interior da Câmara em função das divisões de gênero (BARREIRA, 2006, PINHEIRO, 2006). Às mulheres continuariam cabendo as posições de menor prestígio político e uma série de constrangimentos para a ascensão nas hierarquias das atividades parlamentares, aos homens continuariam cabendo as principais posições do ponto de vista das disputas por cargos e notabilidades.

No sentido ampliado das carreiras e dos cargos eletivos que são ocupados pelas mulheres, a divisão vertical do poder formal com base nas divisões de gênero é sugerida por Costa (1998), para quem na medida em que os cargos públicos se aproximam do “poder central”, diminui o número de mulheres que acessam estes mesmos cargos. Esta ocupação dos postos mais baixos nas hierarquias governamentais pelas mulheres, que é igualmente aventada para outros contextos, como no caso da França, na bibliografia nacional não aparece fundamentada em um algum estudo de caráter empírico e permanece como uma indicação de pesquisa a ser desenvolvida.

Os estudos nacionais sobre as carreiras políticas de mulheres, em síntese, têm privilegiado desse modo as hipóteses relacionadas principalmente às formas de especialização em determinados nichos de atuação parlamentar, com ênfase para “o social”, além de apontar para as frágeis posições de poder ocupadas no interior das hierarquias de cargos na Câmara de Deputados ou ainda no interior dos grupos e bancadas parlamentares – o que encontra algum tipo de correspondência, por assim dizer, nas questões levantadas também pela bibliografia francesa, como visto anteriormente. Os pontos de distanciamento entre esses dois tipos de produção, porém, dizem respeito às tentativas de compreensão analítica das carreiras políticas de mulheres para além da perspectiva da conformação de determinados nichos de especialização parlamentar, no

sentido mais amplo das posições que são sucessivamente ocupadas pelas agentes ao longo dos seus itinerários de ocupação de postos políticos.

Como indicado pela bibliografia pertinente, ainda que com significativas variações a depender dos contextos históricos e dos grupos partidários em questão, as carreiras políticas de mulheres tendem a apresentar determinadas singularidades relativamente às carreiras de seus homólogos masculinos, seja no que se refere às posições mais desvalorizadas que são ocupadas, com ênfase para os postos legislativos locais de menor prestígio político, seja no que se refere às maiores chances de breves passagens por estes cargos eletivos e portanto, de atuações parlamentares que não necessariamente se desdobram em percursos sociais de especialização política propriamente dita.

Cabe a consideração, por fim, de que são praticamente inexploradas nos estudos nacionais as relações existentes entre as diferentes formas de constituição das legitimidades “femininas” e as possibilidades também distintas de ocupação de posições mais ou menos prestigiadas no meio político e de carreiras mais ou menos breves nesse espaço de competição. A insuficiência desse tipo de abordagem centrado unicamente nas oposições e hierarquizações entre “entradas e carreiras masculinas” e “entradas e carreiras femininas” reside por vezes em uma visão essencialista construída sobre o universo da própria feminilidade, que deixa de ser contemplado nas suas diversidades, hierarquias e disputas.

Significa, em suma, que uma análise sistemática e com recorte temporal ampliado acerca das diferenciações em termos dos recursos que são detidos pelas suas portadoras, assim como das diferenciações de suas carreiras, no sentido das posições acessadas e acumuladas por elas, contribui de forma relevante com a agenda de pesquisas sobre as condições sociais e as possíveis variações históricas que estão na origem dos processos de recrutamento e das chances sociais de permanência deste público relativamente raro no espaço da política.

3 AS BASES DE RECURSOS SOCIAIS NOS ACESSOS DO “FEMININO” AOS MANDATOS PARLAMENTARES

Nesse capítulo buscou-se apresentar e discutir, mais especificamente no âmbito do conjunto das referências que têm se dedicado ao entendimento dos processos sexuados de recrutamento que marcam os itinerários e as carreiras de especialização político-eleitoral, os principais recursos sociais que estão na origem das investidas femininas em cargos desse tipo – tendo como universo empírico o conjunto dos percursos das mulheres que ocuparam cargos como deputadas federais no período compreendido entre os anos 1950 e 2015.

Depois de uma breve descrição geral do universo, no sentido de seus principais atributos e itinerários sociais, são apresentadas as variações das mesmas verificadas em uma perspectiva diacrônica. Como será demonstrado, os processos de diversificação das bases de entrada em circuitos de socialização política e de ocupação de cargos correspondentes são intensificados especialmente a partir do final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, quando o padrão predominante das herdeiras políticas, portadoras sobretudo de credenciais familiares de apresentação, entra em concorrência com outros tipos de crédito social que são acionados como formas de autorização nesse domínio particular de disputas.

A correspondência mais ou menos direta entre determinados atributos sociais de agentes individuais e/ou coletivos e determinadas modalidades de recrutamento, de profissionalização e em termos de carreiras políticas tem sido debatida no âmbito de um conjunto variado de trabalhos que podem ser categorizados sob a rubrica genérica de “sociologia política” ou de “sociologia do político”, sobretudo originados no contexto das ciências sociais na França. Esse conjunto de trabalhos, em seu sentido mais básico de formulação, busca apreender os condicionantes históricos e sociais associados à variedade de agentes e de manifestações “do político” a depender de certas configurações específicas mais ou menos objetivadas em instituições, grupos e formas de autoridade política.

A compreensão das condições de produção e de atualização de lutas políticas a partir da mobilização do constructo da oposição relativamente conhecida entre diferentes tipos de capital político de acordo com os recursos acumulados e acionados pelos seus detentores, mais ou menos individualizados e dependentes de recursos pessoais de notoriedade ou inscritos em bases de autorização vinculadas a organizações dotadas de

princípios e de hierarquias específicas (BOURDIEU, 1989; GAXIE, 1993), perpassa uma diversidade de formulações que guardam relação com o contexto histórico, social e político da França e implica portanto uma série de circunstâncias associadas à lógicas de diferenciação de espaços sociais (“campos”) que encerram fronteiras, normas, hierarquias, lutas, posições e códigos próprios de pertencimento internalizados e redefinidos sucessivamente pelos/as agentes.

Quando se trata, porém, de investigar a diversidade das bases de recursos sociais convertidas para o espaço das disputas e das posições “políticas” em contextos periféricos, há um conjunto de trabalhos nacionais que vêm reafirmando a insuficiência desse tipo de oposição *a priori* entre recursos de bases “coletivas” e “associativas” ou mais relacionados com trunfos individuais de prestígio social. Como apontou Coradini (2001), ainda que estas oposições estejam presentes, trata-se antes de buscar apreender as modalidades práticas de combinação das credenciais de “liderança” concebidas e atualizadas pelos/as agentes ao longo de seus trajetos e inserções nas competições políticas.

Nesse capítulo, em especial, são consideradas as variações quanto a três ordens de recursos sociais que estão fortemente imbricadas com os investimentos de mulheres em cargos parlamentares. Inicialmente, foram mapeados os laços de filiação e matrimoniais que, antes de serem tomados aqui de forma sistemática como indicadores de posição social das agentes cujos percursos compõem o universo empírico, são sobretudo reveladores dos esquemas de socialização e de transmissão das notabilidades familiares que estão na origem de pouco mais da metade das investidas de mulheres em cargos parlamentares.

Em um segundo momento, são mapeados os recursos escolares relativos a posse de diplomas universitários, um tipo de atributo social que corresponde a praticamente 80% dos percursos. Mais do que a posse em si de determinados títulos universitários, trata-se de mostrar como os processos de atribuição social de competências “profissionais” tidas como femininas também são reproduzidas para o espaço das posições políticas.

Isso porque, se, de um lado, os processos crescentes de escolarização de mulheres e das suas entradas no mercado de atividades remuneradas economicamente podem ser considerados como aspectos-chave no esforço de análise dos meios de inserção desse público relativamente raro no espaço das concorrências masculinas por posições de prestígio e de autoridade política; de outro lado, as áreas dos diplomas escolares e as

autoclassificações profissionais mais recorrentes remetem para as tradicionais lógicas de divisão sexual do trabalho¹⁸.

Em um terceiro momento do capítulo, são mapeados e analisados os vínculos associativos acionados pelas agentes como “marcas” de suas trajetórias sociais, trunfos estes que dizem respeito a modalidades bastante distintas de engajamento: desde os investimentos em atividades de voluntariado social, desde os anos 1960, até as formas mais tradicionais de militância, nos anos 1980, ou aquelas mais atuais, a partir dos anos 1990, como as intervenções em nome de “ongs” e “entidades sociais” ou as inserções nos espaços dos “conselhos públicos” (municipais e estaduais, principalmente).

Recursos de ordem familiar, associados a títulos escolares e vínculos associativos são tomados como as principais bases sociais que estão na origem dos processos de recrutamento, ainda que com variações significativas a depender dos períodos históricos, das diferentes regiões geográfico-eleitorais de atuação, e dos pertencimentos partidários. Tendo em vista ao mesmo tempo o número demasiadamente restrito de mulheres eleitas como deputadas entre os anos 1950 e 1970 (10 casos), assim como a diversidade das filiações a agrupamentos partidários organizados no período multipartidário dos anos 1945-1964 e no período bipartidário dos anos 1964-1979, as comparações em termos dos pertencimentos partidários são verificadas apenas após os rearranjos da reforma partidária de 1979, em um esforço de verificar a existência de correspondências entre determinadas propriedades sociais das agentes em questão e determinadas trajetórias mais coletivas e/ou partidárias.

3.1 Recursos de tradição política familiar

A operacionalização inicial do mapeamento das origens sociais das mulheres eleitas para a Câmara entre 1950 e 2015 através da identificação dos laços de filiação e das ocupações atribuídas ao país revelam uma dificuldade em termos de dados sistemáticos, haja vista que dentre os 208 casos que compõem o universo, para 17 deles não foi possível identificar a filiação e para 171 não há informações disponíveis em fontes como o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Ou seja, dentre os 192 percursos para

¹⁸ - Para Kergoat (2009, p. 67-68), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, sendo historicamente relacionada a cada sociedade. A destinação social prioritária de homens para as atividades produtivas e das mulheres para a esfera das atividades reprodutivas implica princípios de diferenciação entre atividades tidas como masculinas ou femininas e de hierarquização entre elas, porém suas modalidades práticas podem variar no tempo e no espaço.

os quais foram identificados os vínculos de filiação paterna, em apenas 21 deles foi possível identificar verbetes de “apresentação” no DHBB.

Essa falta de fontes que permitissem um mapeamento sistemático dos trunfos relacionados aos pertencimentos familiares de origem, por assim dizer, por si só parece apontar simultaneamente em duas direções: primeiro, como sugestiva de um conjunto predominante de itinerários sociais que não são marcados por trunfos de origem mais significativos em termos de recursos associados à grandes patrimônios econômicos e/ou notabilidades culturais e políticas; segundo, como sugestiva de que tratam-se de percursos menos inscritos em circuitos de posições e de carreiras “consolidadas” ou de “consagração” a ponto de estar colocado o problema das “não fontes”.

Ao examinar as páginas/sites pessoais de apresentação, foi possível mapear outros 25 casos onde há menção às origens familiares, sejam elas sob a forma de heranças nos extratos mais elevados em termos de recursos econômicos (como a filha de um produtor rural que vai fazer agronomia e retorna da faculdade para assumir os negócios de família, por exemplo), até aquelas que mobilizam registros simbólicos de origens “humildes” e de “superação pessoal” (indicadoras possivelmente de ascensão social em relação aos seus ascendentes), ou ainda as que acionam pertencimentos familiares mais específicos, como a herança de pais “missionários”, por exemplo.

Quando são tomados, enfim, os percursos para os quais foi possível identificar as ocupações atribuídas ao pai, há um primeiro grupo predominante de trajetos marcados pela herança de pais “políticos” (34 dos 46 casos). Ainda que os itinerários de ocupação de cargos de cunho político eleitoral e/ou públicos dos pais sejam bastante variados entre si, seja no que diz respeito às posições mais altas sucessivamente ocupadas e aos tempos de permanência em carreiras desse tipo, os laços de parentesco associados com formas de transmissão de notabilidades políticas aparecem como a principal modalidade de socialização e de patrimônio “familiar” passível de ser mapeada em se tratando do universo em pauta.

Para um segundo grupo – em termos de análise e não sob o ponto de vista dos agentes “reais”, que combinam uma diversidade de trunfos e de classificações profissionais –, há a menção à vínculos paternos associados ao exercício de ocupações que remetem para a posse de títulos universitários, principalmente advogados (11 casos), médicos (oito casos), mas também engenheiros (dois), economista e médico veterinário (um caso cada). Há ainda, em menor medida, aquelas que mobilizam credenciais paternas

associadas as atividades educacionais e/ou “intelectuais” (quatro professores, um “escritor” e um “teólogo”).

Em um terceiro grupo estão os percursos cujas credenciais profissionais paternas são menos próximas do universo escolar sem necessariamente implicar em uma desvalorização social, pelo contrário, pois remetem ao exercício de atividades empresariais e no ramo dos “negócios” (quatro pecuaristas e um empresário) ou que remetem as tradições de famílias “de militares” (quatro casos). No extremo oposto e no polo menos valorizado socialmente, em um último grupo, estão as origens familiares marcadas por posições sociais menos elevadas, cujos pais são ligados ao exercício de atividades manuais (um “artesão”), no campo (um caso de pai “camponês”) ou em contextos mais urbanos (“pedreiro”, “taxista”, um caso cada).

Em um passo adiante, mais significativos que os trunfos de herança transmitidos e construídos socialmente pela via dos núcleos familiares de origem, são aqueles que dizem respeito as alianças matrimoniais com cônjuges ocupantes de cargos eletivos e/ou públicos: 75 dentre os 208 percursos analisados (36%). Quando são tomados de forma conjunta os recursos de herança familiar e matrimoniais subjacentes as investidas de mulheres em mandatos parlamentares, esses esquemas familiares de socialização e de transmissão de notabilidades correspondem a mais da metade dos casos que compõem o universo da pesquisa (53% ou 110 dentre os 208 percursos).

Cabe a consideração de que estes 110 casos (dentre os 208) não incluem, por exemplo, as influências no âmbito das famílias de origem e/ou de casais que compartilham disposições, laços de militância ou participação em outros tipos de ativismo, apenas aquelas cujo(s) membro(s) familiar(es) ocuparam cargos de natureza político-eleitoral e públicos, o que viabiliza o mapeamento desse tipo de informação e, por outro lado, não dá conta de um mapeamento mais amplo dessas formas de transmissão de disposições para “pensar o mundo” ou formas de militância compartilhadas “em casal”.

Ainda assim, significa que diferentemente dos processos de entrada de mulheres em carreiras de profissionalização política em países como França e Alemanha, onde os índices de heranças familiares convertidas em trunfos eleitorais oscilam entre 20% e 3%, respectivamente (ACHIN, 2005, p. 108-109), e constituem um padrão minoritário quando comparado a outros tipos de capitais herdados e relacionados com as famílias de origem, sobretudo de caráter escolar, cultural e profissional, no caso em pauta constituem uma

das principais bases de recrutamento e de legitimação combinadas com outros tipos de créditos.

Os usos femininos desses recursos de herança familiar e matrimoniais no acesso a mandatos parlamentares, quando analisados sob o ponto de vista das diferentes conjunturas e dos períodos históricos compreendidos no intervalo de tempo considerado, se apresentam como um padrão majoritário – ainda que diminuam progressivamente entre as décadas de 1950 e de 1990 e na década de 2000 tenham a sua queda mais significativa, na década seguinte voltam novamente ao seu patamar dos períodos anteriores, como pode ser ilustrado e detalhado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Presença de familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	Total
Sim	07	17	31	22	33	110
Não	03	11	29	30	25	98
Total	10	28	60	52	58	208

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Entre as décadas de 1950 e 1970, dentre o seletivo grupo de mulheres que ingressam em cargos parlamentares, apenas uma pequena minoria não dispõe desse tipo de recurso (três dos 10 casos). Nos anos 1980 e 1990, os usos de credenciais familiares são ainda fortemente inscritos nos percursos analisados (17 dos 28 casos; 31 dos 60 casos). Na década de 2000, pela primeira vez, a proporção dos não usos desse tipo de credencial passa a ser predominante (30 dos 52 casos). Essa diminuição, contudo, não se mantém na década seguinte, quando as bases de recrutamento voltam a estar mais associadas com as lógicas dos apoios familiares e matrimoniais.

Também é possível encontrar variações de acordo com as regiões eleitorais de origem dos itinerários femininos analisados, ou seja, a depender das configurações regionais em questão, há usos mais ou menos intensificados destas credenciais familiares. Os usos são mais intensificados nos trajetos de mulheres oriundas, respectivamente, das regiões norte (31 dos 50 casos), centro-oeste (14 dos 23 casos), nordeste (21 dos 40 casos) e sudeste (38 de 75). Na região sul, de modo específico, a proporção de mulheres que assumiram mandatos parlamentares na Câmara cujos itinerários são marcados pela

presença de familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público é invertida, haja vista que dentre as 20 agentes, sete delas detinham algum vínculo desse tipo.

Tabela 2 – Presença de familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público de acordo com as regiões eleitorais de origem de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Familiar ocupante de cargo eletivo e/ou público	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Sim	31	21	14	37	07	110
Não	19	19	09	38	13	98
Total	50	40	23	75	20	208

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Ainda que a falta de estudos sistemáticos e de caráter comparado quanto às lógicas sociais de recrutamento parlamentar com base em variações regionais não permita a associação entre determinadas configurações históricas e socio-regionais e determinados padrões de recrutamento, por ora, a diversificação social das bases de entrada do feminino em postos políticos aparece como uma característica mais relacionada e intensificada no contexto da região sul e menos com as demais, especialmente nos casos das regiões norte e centro-oeste.

Para além dessas variações regionais, há também diferenças relativas aos recursos de tradição política familiar conforme os pertencimentos partidários das agentes, ainda que duas dificuldades de ordem mais geral estejam colocadas nesse tipo de questão. A primeira delas diz respeito ao fato de que ao longo do intervalo de tempo considerado há uma série de conjunturas políticas, ou seja, de condições, de constrangimentos, de estratégias de atuação e de sucessivos rearranjos dos principais grupos político-partidários, e por conta disso torna-se complicada uma análise de perspectiva diacrônica que busque identificar correspondências entre determinadas modalidades de recursos sociais e itinerários “partidários”.

A segunda dificuldade guarda relação com os sucessivos rearranjos dos pertencimentos partidários processados ao longo dos próprios itinerários individuais dos(as) agentes, algo que embora não seja tomado do ponto de vista normativo e na perspectiva corrente do “problema” das trocas partidárias, serve para relativizar as chances de relacionar e encontrar correspondências entre certas trajetórias coletivas, no sentido dos grupos político-partidários, e certas trajetórias individuais e seus recursos sociais correspondentes. No caso em pauta, por exemplo, dentre os 208 percursos

analisados, para mais da metade deles (118 ou 56%) foi possível mapear um histórico de inserções em mais de um partido.

Ainda assim, quando os percursos das agentes são analisados em função dos diferentes partidos, o peso social dos trunfos de parentesco aparece com mais força em itinerários vinculados a siglas como o PDS/PP, o PMDB, o PFL/DEM ou o PSB. No sentido contrário, ou seja, no polo marcado majoritariamente por trajetórias cujos recursos de entrada não remetem para as esferas das relações familiares e dos trunfos de herança política, estão as agentes filiadas ao PCdoB, ao PT e ao PSDB, cujos trunfos de iniciação em postos eletivos parecem mais relacionados a recursos de outras ordens, sobretudo escolares e associativos, como será visto adiante. A tabela a seguir apresenta estas informações.

Tabela 3 – Presença de familiar ocupante de cargo eletivo de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2015, em números absolutos

Familiar ocupante de cargo eletivo	PT	P M D B	PFL/ DEM	P S D B	PDS/ PP	PSB	PC do B	PTB	PDT	PSC	Outros	Total
Sim	10	26	13	07	13	08	02	06	05	05	09	104
Não	32	08	09	12	02	02	08	02	03	--	16	94
Total	42	34	22	19	15	10	10	08	08	05	25	198

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal. Foram consideradas as filiações partidárias de acordo com o partido pelo qual foram eleitas como deputadas. Foram considerados “outros” os partidos que elegeram menos de cinco deputadas ao longo do período.

O peso das relações familiares e das credenciais de herança política aparece relativamente circunscrito a determinados grupos partidários e seus critérios de seleção social, que interferem nas bases dos recursos que podem ser mais ou menos valorizadas nos circuitos internos das relações e das concepções em voga nas organizações¹⁹ (Gaxie, 1980). Acontece que os usos de vínculos e de notabilidades familiares como trunfos de iniciação e de legitimação em posições políticas envolvem um conjunto geralmente heterogêneo de operações sociais através das quais os/as agentes passam a investir em

¹⁹ - Em Gaxie (1980, p. 166-167), as organizações políticas podem impedir parcialmente as lógicas seletivas dominantes da competição política de reprodução das hierarquias sociais que tendem a favorecer os agentes dotados de recursos e posições sociais mais elevadas e/ou dominantes. Com base na análise dos processos de recrutamento político no contexto francês, Gaxie aponta que essas leis gerais de recrutamento se encontram particularizadas de acordo com as lógicas próprias das organizações partidárias.

recursos escolares e itinerários profissionais, no sentido das inserções em determinados grupos e causas e/ou tendo em vista a ocupação de cargos públicos.

A presença de membro(s) familiar(es) detentores de mandatos ou carreiras eletivas é tomada aqui como indicador do peso social das relações familiares nas bases de recrutamento femininas mais em voga, e está na origem de diferentes modalidades de combinação de recursos sociais e de formas de apresentação, o que inclui desde as agentes cujos percursos e estratégias de legitimação remetem diretamente aos legados familiares de origem e/ou construídos pela via das alianças matrimoniais, no caso das herdeiras e das “primeiras-damas”, até aquelas que combinam recursos de ordem familiar e itinerários de militância, por exemplo, e que investem em apresentações menos centradas nos usos desses legados familiares.

3.2 Recursos escolares como trunfos sociais e políticos

Quanto aos investimentos escolares, em especial, estes aparecem como marcadores sociais que podem indicar distintas possibilidades de acesso à recursos desigualmente distribuídos a depender das origens sociais dos/as agentes sociais e, portanto, das condições distintas de reprodução de disposições e “gostos” mais ou menos próximos do universo de investidas culturais e/ou educacionais (BOURDIEU, 1979). A consideração do nível de escolaridade, tomado aqui como indicativo destas diferentes modalidades de aquisição de trunfos escolares, indica um perfil predominante de mulheres dotadas de recursos escolares mais elevados e valorizados socialmente – 77% ao longo de todo o período e se forem incluídos os percursos cujos níveis de escolaridade abrangem a formação “superior” ou “pós-graduação”.

De outro lado, no polo daquelas menos dotadas de trunfos escolares, as formações de nível primário são praticamente raras (apenas três casos ou 1%); as de nível secundário (15 casos ou o equivalente a 7% do universo) e médio (13 casos ou 6%) são igualmente restritas. De forma intermediária, há ainda aquelas que passaram a declarar, principalmente a partir da década de 1990, o nível de escolaridade “ensino superior incompleto” (10 casos ou 5%), indicando por vezes investimentos ainda inconclusos em diplomas de nível superior, associados tanto às idades relativamente jovens de ingresso em cargos políticos e eleitorais como às formações universitárias em momentos biográficos mais tardios.

Quando a posse de títulos universitários é avaliada com base em uma perspectiva diacrônica, o aumento mais acentuado acontece a partir dos anos 1980: se dentre o seletor grupo de 10 mulheres ocupantes de cargos na Câmara entre os anos 1950 e 1970, seis delas cursaram o ensino superior e/ou pós-graduação; para as ingressantes em mandatos nos anos 1980 e 1990 esse índice chega aproximadamente a 80%; depois diminui para marca de 70% nos anos 2000 e volta a aumentar na década seguinte para o mesmo patamar (81%) das décadas anteriores. Apesar das oscilações verificadas, em suma, os percursos escolares analisados indicam uma forte e predominante associação entre a posse de diplomas universitários e as investidas em postos parlamentares na Câmara.

Tabela 4 – Posse de títulos universitários de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Posse de título universitário	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	Total
Portadoras de títulos	06	24	47	37	47	161
Não portadoras de títulos	03	05	19	09	05	41
Não resposta	01	--	--	02	03	06
Total	10	29	66	48	55	208

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

A observação da relação entre o acesso à níveis mais ou menos elevados de recursos escolares e a região eleitoral de origem das mulheres que ingressaram na Câmara revela, por sua vez, que o índice mais geral de 77% varia especialmente para menos na região sudeste (em 52 dos 75 itinerários as agentes detinham a formação no ensino superior e/ou pós-graduação) e para mais em regiões como o sul (16 dos 20 casos), nordeste (33 dos 40 casos) e, principalmente, no centro-oeste, já que 22 das 23 mulheres eleitas para a Câmara detinham recursos escolares mais elevados.

Essas variações regionais, ao que indica, não estão direta ou uniformemente associadas à critérios sociodemográficos de distribuição de vagas no ensino superior e índices de escolarização superior, haja vista que regiões historicamente mais concentradas em termos de instituições e de cursos universitários, como o sudeste, não encontram a mesma correspondência no quesito de mulheres com perfil mais escolarizado; e regiões como o nordeste, mesmo com os seus indicadores sociais de escolarização reduzidos, apresentam o segundo maior número de mulheres ingressantes na Câmara com escolarização mais elevada.

Tabela 5 – Posse de títulos universitários de acordo com a região eleitoral de origem de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Posse de título universitário	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Portadores de diplomas universitários	38	33	22	52	16	161
Não portadores de títulos universitários	12	06	--	19	04	41
Não resposta	--	01	01	04	--	06
Total	50	40	23	75	20	208

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Quando a posse dos diplomas universitários, tomada aqui como um indicador das chances sociais de recursos escolares relativamente elevados passíveis de serem convertidos em fonte de créditos pessoais, é analisada de acordo com as filiações partidárias das deputadas, constata-se que os recursos de escolarização se constituem como um tipo de trunfo social em condições de menor dependência ou relação com determinados grupos partidários e seus processos de recrutamento.

Isso porque, diferentemente dos recursos de ordem familiar, que como visto no tópico anterior, são mais fortemente variáveis a depender dos processos de seleção e de recrutamento no interior de determinados partidos, os trunfos sociais de escolarização “feminina” se apresentam, de outro modo, como uma modalidade predominante de recurso social que pode ser creditada aos percursos de praticamente todos os agrupamentos partidários, em consonância com os estudos que vêm apontando para a associação íntima existente entre a posse de recursos escolares mais elevados e as entradas em cargos parlamentares (BEST E COTTA, 2000, p. 505).

Tabela 6 – Posse de títulos universitários de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados, entre 1980 e 2015, em números absolutos

Posse de títulos universitários	PT	PMDB	PFL/DEM	PSDB	PDS/PP	PSB	PCdoB	PTB	PDT	PSC	O U T R O S	Total
Sim	35	28	16	17	13	09	07	03	04	05	18	155
Não	07	06	06	02	02	01	03	05	04	--	07	43
Total	42	34	22	19	15	10	10	08	08	05	25	198

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Dentre as agentes dotadas de recursos escolares mais elevados estão aquelas vinculadas principalmente a partidos como o PSDB, o PP e o PSB, cujos índices de posse de diplomas universitários giram em torno de 87% e 90%, ou ao PT e ao PMDB, cujos índices são ligeiramente inferiores (83% e 82%, respectivamente). Tanto dentre as eleitas pelo PFL/DEM quanto pelo PCdoB, cerca de 70% possuem credenciais desse tipo. Já no polo menos próximo dos investimentos em títulos universitários previamente aos mandatos ou mais diversificado do ponto de vista da distribuição dos recursos escolares, apenas quando são considerados os percursos das filiadas ao PTB é possível encontrar uma maioria de não portadoras de trunfos desse tipo, haja vista que três dentre oito eleitas pela sigla detinham diplomas de nível superior. De forma intermediária, metade das eleitas pelo PDT declararam ter o ensino superior (quatro dentre os oito casos).

Os itinerários de formação escolar marcados pela posse de diplomas universitários obtidos por intermédio de instituições escolares situadas em regiões de capitais são os mais recorrentes (68%). A especificação dos cursos de nível superior frequentados em instituições situadas em regiões centrais ou interioranas de acordo com o período de ingresso das ocupantes de mandatos na Câmara mostra que apesar de um movimento de incremento dos cursos de ensino superior frequentados em instituições e regiões de interior, principalmente a partir da década de 1990, as formações escolares em capitais são predominantes ao longo de todo o período: até os anos 1980, por exemplo, dentre as 30 mulheres eleitas, apenas uma detinha título universitário obtido em cidade interiorana; já nas décadas seguintes, oscila entre 23% nos anos 1990, 32% na década de 2000 e 26% nos anos 2010.

O principal movimento de mudança nas condições de aquisição de diplomas universitários, entretanto, diz respeito ao caráter público ou privado das instituições

escolares frequentadas. Se, de forma geral, a proporção de títulos de nível superior obtidos em instituições públicas e privadas²⁰ é bastante próxima (respectivamente 47% e 45%), a especificação dessa diferenciação ao longo das décadas indica para uma queda brusca dos índices de detentoras de diplomas universitários obtidos em instituições de caráter público: se nos anos 1980 esse índice é de 79% e nas décadas de 1990 e de 2000 oscila entre 49% e 51%, nos anos 2010 atinge o patamar de 26%, o que parece guardar relação com os processos de ampliação da oferta de instituições e de cursos superiores no setor privado.

Quanto aos cursos mais frequentados dentre o universo de mulheres eleitas, há uma forte concentração em áreas como “sociais aplicadas” (43%), “ciências humanas” (22%), “saúde” (14%) e “letras e artes” (12%) – que juntas correspondem a 90% dos títulos universitários detidos – e em outro extremo, a raridade relativa de títulos em áreas como “engenharias”, “exatas” e “agrárias”, que correspondem a apenas 5% ou nove casos dentre as 170 formações escolares identificadas para os 161 itinerários marcados pela posse de títulos de nível superior.

O mapeamento dos cursos de nível superior frequentados é bastante sugestivo acerca das divisões de gênero e das especificidades associadas as formações escolares dos itinerários escolares daquelas que passam a ocupar cargos parlamentares. Isso porque dentre os principais cursos frequentados estão tanto as formações escolares tradicionalmente associadas ao universo de competências sociais masculinas, expressas em cursos como o direito (38 casos) e a medicina (12 casos), como aqueles que remetem de forma específica a domínios de intervenção “social” e ao universo das vocações profissionais tidas como femininas, incluindo cursos como letras (18 casos), pedagogia (14), psicologia (11), comunicação social (11) e serviço social (10), ligeiramente predominantes em relação ao conjunto das formações escolares operacionalizadas nos percursos analisados.

Essa distribuição desigual e persistente de determinados domínios de formação escolar e de atuação “profissional” de acordo com as divisões de gênero tem sido igualmente apontada para outros contextos educacionais como o da França, por exemplo, cujos cursos universitários relacionados a áreas como letras, ciências humanas, da natureza e, em menor medida, da saúde, continuam sendo majoritariamente tidos como

²⁰ - Para 7,5% dos casos que compõem o universo e mobilizam títulos universitários como formas de apresentação individual não foi possível identificar a instituição do curso de nível superior frequentada.

femininos, enquanto aos homens são reservadas socialmente as formações em áreas como engenharias, técnicas e exatas (GUIONNET E NEVEU, 2005, p. 55).

3.3 Recursos “profissionais”

O problema da relação entre os recursos escolares detidos e as atividades profissionais desempenhadas ao longo dos percursos individuais está longe de ser facilmente operacionalizado do ponto de vista da análise, haja vista que as modalidades práticas de combinação entre as credenciais escolares detidas e as atividades ocupacionais desempenhadas engendram uma trama bastante variada de possibilidades de inserções sociais e de concepções implícitas a respeito delas, verificáveis apenas do ponto de vista de trajetos concretos e específicos. Como apontou Coradini (2001, p. 30), a variedade dos usos e das concepções de atuação profissional só pode ser compreendida integralmente a depender das vinculações e dos pertencimentos elaborados em termos de origem e de trajetória social.

Cabe a consideração ainda de que as ocupações utilizadas como trunfos de apresentação pelas agentes podem dizer tanto respeito ao exercício de atividades já desenvolvidas em algum momento remoto ou atual de seus trajetos, como podem remeter exclusivamente a posse de títulos universitários, ou seja, que não tenham sido necessariamente desempenhadas enquanto atuações profissionais. De toda forma, os acionamentos de determinadas ocupações servem aqui como indicadores que remetem tanto a diferentes condições e posições sociais em termos da posse de atributos mais ou menos valorizados socialmente, quanto a diferentes pertencimentos que podem ser tomados como credenciais de legitimação das investidas em disputas por cargos de prestígio político.

A desconsideração sistemática a respeito do problema dos recursos relacionados a atividades profissionais mais facilmente convertidos ou transportáveis para o *métier* político em função do sexo dos/as agentes sociais têm sido questionada em estudos recentes como o de Achin (2005), que contribui no sentido de evidenciar as singularidades implicadas nos padrões de recrutamento socio-profissional de mulheres que ocupam posições políticas em países como França e Alemanha, seja sob o ponto de vista de sua sub-representação em atividades profissionais tradicionalmente associados à profissionalização política masculina, como a advocacia, a medicina e os altos funcionários, seja sob o ponto de vista da sua sobre representação em outras categorias,

tais como as profissões científicas e, principalmente, o professorado, até então tida como circunscrita aos processos de recrutamento de grupos partidários mais à esquerda, entre os socialistas e comunistas em especial (DOGAN, 1999).

Não está aqui em questão a consideração *a priori* de determinadas afinidades sociais existentes entre determinadas profissões e os investimentos em cargos de natureza política, mas sobretudo os usos de ocupações como formas de créditos que, em conjunto com outras esferas de atuação, são utilizados como fontes de liderança prévia e cujos significados não podem ser dissociados de condições históricas e sociais mais gerais. No caso em pauta, essas condições históricas remetem sobretudo aos processos de transferência de determinadas atividades profissionais tradicionalmente associadas com o “feminino” como o “magistério” para o espaço político, que correspondem a mais de um terço das ocupações acionadas como formas de apresentação profissional no universo das mulheres eleitas deputadas federais (80 percursos dentre os 208 considerados, o equivalente a 40%).

Os nichos de inserções associados a atividades profissionais mais masculinas, como a advocacia ou a medicina, por exemplo, aparecem por sua vez com um peso social relativamente reduzido diante da categoria do professorado (15% e 7%, respectivamente). Ainda assim, a variedade das concepções e dos significados relacionados as atividades exercidas comportam inúmeros itinerários de exercício de “medicina pediátrica”, “obstétrica” e “social”, filões de atuação possivelmente femininos no interior das segmentações atualizadas no interior das divisões sociais da profissão.

De outro lado, dentre as profissões de nível superior declaradas em seguida estão aquelas tradicionalmente relacionadas ao universo das competências sociais e escolares tidas como femininas, como a psicologia e a assistência social (ambas em torno de 5%). Quando são agregadas as ocupações de acordo com os diplomas universitários detidos, que como visto no tópico anterior correspondem a praticamente 80% do universo, as atividades profissionais de nível superior – sem a inclusão do professorado, que não necessariamente possui títulos universitários – correspondem a maior parte das apresentações e reforçam o peso social dos recursos escolares mais elevados detidos.

Em um polo menos próximo do universo das agentes dotadas de diplomas universitários, as classificações de atuação profissional mais recorrentes são aquelas que remetem para os segmentos tradicionalmente masculinos associados a ocupação de cargos político-parlamentares, tais como o funcionalismo público (10%), o empresariado (9,6%) e o jornalismo (8,6%). Na outra ponta, dentre o universo das ocupações mais

próximas das atividades manuais e potencialmente menos valorizadas do ponto de vista social, os acionamentos de credenciais sem nenhum tipo de formação técnica, ligadas a ao trabalho doméstico não remunerado economicamente, expresso sob a categoria “do lar”, ou a condição de quem não apresenta trunfos profissionais correspondem a aproximadamente 20 casos (menos de 10%). A tabela a seguir apresenta essas informações.

Tabela 7 – Ocupações autodeclaradas por mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais

Ocupação autodeclarada	N	%
Professora	80	38,5
Advogada	32	15,4
Servidora pública	21	10,1
Empresária	20	9,6
Jornalista	18	8,6
Médica	15	7,2
Psicóloga	11	5,3
Assistente social	10	4,8
Outras profissões de nível superior	43	20,7
Trabalhadoras com formação técnica	09	4,3
Classe artística	08	3,8
Trabalhadoras sem formação técnica	07	3,4
Administradora/comerciante	06	2,9
Radialista	05	2,4
Agricultora	02	1,0
Do lar	02	1,0
Estudante	01	0,5
Não resposta	10	4,8
Total*	300	100**

Fonte: Fichas biográficas parlamentares, Câmara de Deputados. *Foram identificadas 300 classificações profissionais declaradas pelas 208 mulheres ocupantes de mandatos na Câmara de Deputados no período considerado. **Respostas múltiplas que ultrapassam o total de 100%.

Quando as ocupações são examinadas em função dos diferentes momentos históricos, o predomínio da categoria do professorado se mantém ao longo do tempo e apenas na última década deixa de ser aquela que corresponde ao principal meio de atuação profissional declarado pelas mulheres ocupantes de mandatos parlamentares: na primeira geração dos anos 1950-1970, dentre as 10 agentes, seis delas se apresentam como professoras. Nas décadas seguintes, entre os anos 1980 e 2000, a proporção de professoras oscila entre 43%, na década de 1980, e 47%, nos anos 2000. A diminuição do peso social desta categoria ocorre apenas ao longo dos anos 2010, quando menos de 20% das agentes

passam a declarar esse tipo de identificação profissional e a diversificação dos domínios de atuação profissional, para além da categoria do professorado, é ampliada.

Os usos destas apresentações profissionais também guardam relação com as filiações partidárias que estão na origem dos percursos analisados. Esse predomínio da categoria do professorado, por exemplo, é mais evidente nos itinerários das agentes vinculadas ao PT e menos presente nos itinerários das agentes vinculadas ao PP. No PP, por exemplo, as agentes se classificam na mesma proporção como professoras, servidoras públicas ou empresárias (quatro casos cada, dentre os 15 no total). No caso do PT, as categorias mais acionadas depois do professorado (27 casos) são aquelas que dizem respeito ao funcionalismo público (seis casos) e ao exercício da advocacia (cinco casos).

A categoria do funcionalismo público, de outro lado, é relativamente rara quando são considerados os percursos das agentes filiadas a partidos como o PMDB e o PSDB, cujas ocupações estão mais próximas de categorias como o professorado e a advocacia, no caso das filiadas ao PSDB, ou ainda do jornalismo e do empresariado, no caso do PMDB. Nos dois casos, porém, a categoria do professorado ainda é aquela que corresponde ao maior número das ocupações declaradas (10 dentre os 34 percursos no PMDB e nove dentre os 19 percursos do PSDB).

3.4 Modalidades de vínculos associativos nas apresentações de mulheres

Como já apontado pela literatura pertinente, as relações entre os usos de vínculos associativos e as disputas político-eleitorais não decorrem de alguma regra geral, mas de configurações específicas (GAXIE E OFFERLÉ, 1985; CORADINI, 2001, 2005, 2007) nas quais estão em jogo formas sociais de retribuição intimamente associadas com os distintos recursos sociais (CORADINI, 2010), as esferas de atuação e os circuitos interpessoais pelas quais os/as agentes transitam, assim como com os momentos biográficos sucessivamente atualizados ao longo dos itinerários (FILLIEULE, 2001; JUHEM, 2001).

Se, como também já apontado, os usos de vínculos associativos acionados como credenciais de apresentação em disputas político-eleitorais são intensificados no caso brasileiro especialmente entre a década de 1980 e o início dos anos 2000 (CORADINI, 2007), cabe em um primeiro momento o problema de possíveis dinâmicas sexuadas de mobilização desse tipo de credencial, ou seja, analisar se esses processos de incremento nos usos de vínculos associativos guardam relação também com o universo feminino ou

se se apresentam como fontes de “liderança” mais próximas e válidas para o universo masculino e predominante.

Quando os usos de vínculos associativos são tomados de acordo com os períodos de ingresso de mulheres na Câmara, da mesma forma como apontado para o universo daqueles que conseguiram galgar posições como deputados, senadores e ministros entre os anos 1980 e início dos anos 2000, os percursos analisados no contexto em pauta também apontam para um crescimento importante desse tipo de recurso. De modo geral, considerando o conjunto dos itinerários que compõem o universo da pesquisa, para 59% deles (122 dos 208 casos) foi possível identificar algum tipo de vínculo associativo que foi tomado como forma de apresentação pessoal.

O principal movimento no sentido do aumento dos usos de recursos associativos acontece quando são tomados os percursos de mulheres ocupantes de mandatos entre as décadas de 1980 e 2000. De forma mais específica, entre os anos 1950 e 1970, dentre os 10 trajetos analisados, dois deles se valem desse tipo de credencial. Nos anos 1980, 1990 e 2000, cresce progressivamente (61%, 65% e 71%, respectivamente). Na década de 2010, porém, há um movimento de diminuição significativa nos acionamentos desse tipo de inserção social (46%). A tabela a seguir apresenta a evolução dos usos de vínculos associativos de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara.

Tabela 8 – Vínculos associativos de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Vínculos associativos	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	Total
Sim	02	17	39	37	27	122
Não	08	11	21	15	31	86
Total	10	28	60	52	58	208

Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro e fichas biográficas parlamentares, Câmara de Deputados.

Significa dizer, voltando ao problema de possíveis distinções de gênero quanto a mobilização desse tipo de credencial, que dentre os percursos que compõem o universo feminino também há um movimento de incremento nos usos de vínculos associativos. A variação nos usos de vínculos associativos também está relacionada com as regiões eleitorais de origem das mulheres que ingressaram em postos parlamentares na Câmara. Enquanto os usos são mais intensificados quando são focalizados os trajetos vinculados a região sul (15 dos 20 casos) e reduzidos quando são considerados os trajetos vinculados a região norte (20 dos 50 casos); a proporção dos acionamentos de credenciais de

“participação social” em percursos de atuação associados as regiões nordeste, sudeste e centro-oeste são relativamente semelhantes.

Tabela 9 – Vínculos associativos de acordo com as regiões de origem eleitoral dos itinerários de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Vínculos associativos	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Sim	20	24	16	43	15	122
Não	30	16	07	32	05	86
Total	50	40	23	75	20	208

Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro e fichas biográficas parlamentares, Câmara de Deputados.

A diferenciação acentuada entre os recursos sociais das agentes oriundas das regiões norte e sul é novamente confirmada quando são mapeados os usos de vínculos associativos –, assim como quando anteriormente foi constatado que os usos de credenciais de tipo familiar também são praticamente invertidos quando consideradas as propriedades sociais dos trajetos das oriundas dessas mesmas regiões. A situação é assim praticamente invertida: enquanto nos itinerários das agentes oriundas da região sul são menos recorrentes as credenciais de herança política familiar e mais comuns as apresentações com base em formas de crédito fundadas em vínculos associativos; nos trajetos das agentes oriundas da região norte são mais presentes os recursos de ordem familiar e menos acionados os trunfos de “participação social”.

Quando são tomadas as relações entre os usos de vínculos associativos e os pertencimentos partidários, é possível novamente identificar polos mais ou menos marcados pela mobilização deste tipo de recurso. Em um primeiro grupo estão os percursos vinculados a partidos como PT, PCdoB e PSB, majoritariamente caracterizados pelo acionamento generalizado de trunfos de “participação social”. No polo inverso, ou seja, no grupo das agentes cujos usos de vínculos associativos como formas de apresentação são minoritários, estão aquelas mais filiadas a partidos como o PSDB e o PMDB, dentre os maiores, e de forma mais intermediária, filiadas a siglas como o PTB, o PDT e PP.

Tabela 10 – Usos de vínculos associativos de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1980 e 2015, em números absolutos

Usos de vínculos associativos	PT	PMDB	PFL/DEM	PSDB	PDS/PP	PSB	PCdoB	PTB	PDT	PSC	Outros**	Total
Sim	41	15	13	07	08	08	10	04	04	--	08	118
Não	01	19	09	12	07	02	--	04	04	05	17	80
Total	42	34	22	19	15	10	10	08	08	05	25	198

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Quando são especificados os tipos dos vínculos associativos acionados, combinados e atualizados ao longo dos itinerários, ainda que a variedade das concepções e dos significados subjacentes a essas inserções sociais só possa ser compreendida adequadamente à luz de um exame minucioso em termos dos percursos individuais em questão, é possível identificar modelos de “participação social” distintos, que podem ser relacionados com diferentes períodos históricos, pertencimentos partidários e outros tipos de recursos sociais.

Desde os anos 1960, os envolvimento em atividades de caráter filantrópico e voluntariado têm sido acionados como trunfos de apresentação nas disputas por cargos políticos, principalmente em percursos mais fortemente marcados por recursos de ordem familiar (dentre as 11 agentes que se valem desse tipo de crédito, nove delas possuem percursos de socialização e de herança política familiar). Raramente combinadas com outros tipos de engajamentos²¹, os investimentos em atividades filantrópicas e voluntárias estão geralmente associados a determinados pertencimentos partidários: são mais recorrentes²² em agentes filiadas ao MDB/PMDB (seis dos 11 casos) e ao PDS/PP (três casos).

Já nos anos 1980, são acionadas formas de apresentação com base em itinerários de engajamento forjados pela via das inserções em grupos e causas militantes estudantis (19 casos), bem menos próximas das esferas de socialização e de recursos de herança

²¹ - Solange Amaral, eleita pelo DEM do estado do Rio de Janeiro para o mandato 2007-2011, se apresenta simultaneamente como “Presidente da Associação dos Servidores da Legião Brasileira de Assistência” e como “Dirigente Sindical do SENALBA”, Sindicato dos empregados em entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional do estado do Rio de Janeiro (FICHA BIOGRÁFICA PARLAMENTAR). Ângela Amin, eleita pelo PP do estado de Santa Catarina para os mandatos 1991-1995 e 2007-2011, inclui em sua apresentação os cargos de “Presidente da AFLOV”, Associação florianopolitana de voluntários de Florianópolis e “Presidente da Fundação Vida”, criada por ela para “promoção social” (FICHA BIOGRÁFICA PARLAMENTAR).

²² - As outras filiações estão no PSDB e no PFL.

política familiar – para 12 dos 19 trajetos, não há trunfos dessa ordem. Os casos mais frequentes aqui são vinculados a partidos como²³ o PT e o PCdoB (13 dos 19 casos) e remetem a entradas relativamente precoces em carreiras eletivas: em oito casos a idade é inferior aos 30 anos e se forem consideradas as entradas efetuadas até os 40 anos, essa proporção sobe para 18 dos 19 casos). A maior parte dessas entradas pela via das inserções em grupos estudantis são atualizadas com inserções de tipo sindical (sete casos) e/ou relacionadas com participações em “conselhos públicos” (sete casos).

As inserções em “movimentos” de tipo “popular” ou “comunitário” também são mobilizadas como credenciais de apresentação (13 casos), sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, novamente mais concentradas em percursos vinculados ao PT (8 casos) e depois distribuídas em uma variedade de agrupamentos partidários (PSB, PCdoB, PMDB e PFL). Estão incluídas nesta modalidade de vínculos associativos os usos de trunfos relacionados a participações em movimentos como “associação de moradores”, “comunitárias” ou de “favelas” em regiões urbanas específicas (nove casos), mas também um pequeno grupo de mulheres que reivindicam trunfos de legitimação forjados via militância católica em “comunidades eclesiais de base” (três casos) e em regiões rurais e de “assentamentos” (um caso).

Assim como na modalidade anterior, tais usos de trunfos costumam ser combinados com outras credenciais de engajamentos, principalmente aquelas de tipo sindical (cinco casos), de participação em conselhos públicos (três casos) e de grupos de mulheres (dois casos). De outro lado, esses usos específicos estão menos associados com recursos de ordem familiar, no sentido dos pertencimentos a “famílias” com tradição política (cinco dos 13 casos), também de modo semelhante as inserções e aos trunfos relacionados às estreias em grupos de política estudantil, onde o peso social dos recursos familiares para os investimentos em cargos parlamentares é menor.

Também a partir dos anos 1980 começam a ser acionados pelo público feminino trunfos associativos-sindicais (39 casos), e assim como no caso das entradas na política processadas pela via das inserções em grupos estudantis, os investimentos em formas de organização sindical são fortemente circunscritos a determinados partidos, especialmente ao PT (23 casos), ao PCdoB (cinco casos) e ao PSB (quatro casos)²⁴. Quanto as relações existentes com outros tipos de credenciais, especialmente aquelas que dizem respeito a

²³ - As outras deputadas são filiadas ao PFL e PDT (dois casos cada), PSB e PRB (um caso cada).

²⁴ - Os outros usos de credenciais desse tipo são acionados em percursos de agentes vinculadas a partidos como o PMDB e o PFL (dois casos cada), e o PL, PSDB e PST (um caso cada).

trunfos de herança política familiar, é possível dizer que tratam-se de bases de recursos mais distantes do que próximas entre si, na medida em que sete das 39 agentes que mobilizam trunfos sindicais possuem membro(s) familiares detentor(es) de cargo(s) eletivo(s) – de forma semelhante aquelas que reivindicam inserções relacionadas a política estudantil ou movimentos comunitários, por exemplo.

Essa modalidade de engajamentos contempla categorias mais ou menos próximas do universo escolar e/ou das atividades profissionais relacionadas a posse de diplomas universitários. No polo mais próximo do universo escolar, os usos de inserções sindicais em organizações de professores correspondem a pouco menos da metade dos percursos (16 dos 39 casos), em consonância com o número elevado de agentes que declaram ocupações desse tipo. De modo menos recorrente, mas ainda próximos do universo de agentes com recursos escolares mais elevados, aparecem as inserções em associações ou entidades profissionais ligadas ao funcionalismo público (sete casos), a advocacia (cinco casos), a atividade médica (quatro casos) ou outras atividades profissionais de ensino superior (cinco casos). No polo minoritário e menos próximo das formações escolares de nível superior, há usos de credenciais sindicais relacionadas a atividades profissionais como bancários, radialistas e trabalhadores de tecelagem (três casos).

De forma semelhante, porém menos próxima da esfera de inserções e de apresentações calcadas em atividades de organizações sindicais, ao longo dos anos 1990 começam a ser acionados como trunfos os pertencimentos a conselhos profissionais, em geral de categorias fortemente escolarizadas e marcadas pela posse de diplomas de nível superior (10 casos). As ênfases aqui recaem sobre itinerários profissionais ligados em especial a áreas como a saúde (medicina, odontologia, enfermagem), a educação ou a psicanálise; e as filiações partidárias associadas com esse tipo de apresentação são também mais presentes em siglas como²⁵ o PT (cinco casos) e o PMDB (dois casos). Esses usos de pertencimentos a conselhos profissionais estão igualmente relacionados com trajetos marcados ou não por recursos de herança política familiar (cinco casos cada).

Para um conjunto amplo e principal de agentes eleitas a partir dos anos 1990, a “participação em conselhos” direcionados ao tratamento de causas “públicas”, sobretudo nas esferas de cargos municipais e/ou estaduais, passa a ser mobilizada como um tipo específico de crédito social convertido para as lutas políticas (47 casos). Os usos desses trunfos de participação, diferentemente dos descritos até então, apresentam-se de forma

²⁵ - Os outros trajetos marcados pela mobilização de credenciais com base em pertencimentos a entidades ou conselhos profissionais estão distribuídos entre: PEN (1), PMDB (1), PSDB (1) e PCdoB (1).

mais difusa e generalizada quando são considerados tanto os pertencimentos partidários – ainda que as agentes filiadas ao PT sejam maioria também nesse caso (11 casos), há um conjunto diversificado de filiações partidárias que estão na origem dessas apresentações (PFL/DEM, PMDB, PCdoB, PSDB, PDT, PP, entre outros) – como os recursos relacionados a familiares detentores de postos ou carreiras eletivas, haja vista que em 22 dos 47 percursos há recursos dessa ordem.

Cabe observar ainda que os acionamentos de competências sociais tidas como femininas estão fortemente inscritos nessa modalidade de engajamento, haja vista que dentre as formas privilegiadas²⁶ de intervenção estão aqueles direcionados a temas como “mulheres”, “criança e adolescente”, “assistência social”, “saúde” e “educação”, nichos de atuação tradicionalmente destinados ao feminino em função dos processos de divisão sexual do trabalho e que passam a ganhar novos canais de propagação a partir dos anos 1990 com a criação e a disseminação de espaços como os conselhos municipais e estaduais destinados a participação de membros e grupos da “sociedade civil”.

Essas competências relacionadas a esfera do cuidado e das tarefas correspondentes tidas como femininas também são reforçadas a partir da década de 1990 pela via das investidas de ordem mais pessoal na “criação” de “entidades” de caráter “social” tais como “organizações não-governamentais”, “institutos” e “fundações” (sete casos), operacionalizadas por agentes dotadas em sua maioria de recursos familiares (quatro dos seis casos) oriundos de alianças matrimoniais e filiadas a siglas como PP, PMDB, PSDB e DEM. A especialização “no social” é reforçada do ponto de vista das “bandeiras” que são construídas como “lemas” de atuação dessas investidas – a “defesa da vida”, dos “deficientes físicos”, as “lutas” pela “paz no trânsito”, a “defesa das crianças e da família” ou das “mulheres”, e assim por diante.

Recentemente, a partir dos anos 2000, aparecem os usos de vínculos associativos operados por agentes que mobilizam identificações profissionais de caráter “empresarial” e que integram associações de tipo “comercial”, de “empresários” ou de “produtores” (cinco casos), até então relacionados fortemente com inscrições do universo masculino e convertidas no espaço das disputas político-eleitorais (CORADINI, 2001). Estes usos são relacionados a filiações partidárias variadas (PMDB, PTB, PSB, PST e DEM) e

²⁶ - Os usos menos recorrentes de participação em conselhos estão ligados a temas como: cultura (1), pessoa idosa (1), pessoas deficientes (1), entorpecentes (1), comunitário (1), segurança alimentar (1), ciência e tecnologia (1), desenvolvimento industrial (1), desenvolvimento urbano (1) e desenvolvimento econômico (1). Fonte: Câmara de Deputados.

ligeiramente mais associados com entradas operacionalizadas pela via das instâncias de socialização e dos recursos de ordem familiar (três dos cinco casos).

Em suma, os usos de recursos associativos, forjados pela via de inserções e de sentidos de pertencimento a grupos e causas as mais variadas, foram intensificados e diversificados ao longo das últimas décadas também quando são considerados de forma específica os trajetos das mulheres que ingressaram em cargos parlamentares na Câmara, em parte capitaneados pelo crescimento eleitoral de grupos partidários que tendem a valorizar essas lógicas de seleção em seus processos internos de recrutamento.

Quanto aos vínculos associativos, se dentre a primeira geração de deputadas eleitas entre os anos 1950 e 1970, os recursos de ordem familiar eram raramente combinados com itinerários de engajamento e quando existentes, remetiam principalmente aos modelos de participação feminina em atividades de caráter voluntariado “no social”, a partir dos anos 1980 há um movimento de intensificação destes usos e de diversificação dos tipos de engajamentos que passam a ser mobilizados, agora também associados a esferas de atuação como o sindicalismo, a política estudantil e os movimentos populares, em percursos menos marcados por credenciais de herança política familiar.

Ao longo dos anos 1990, outras formas de engajamento “no social” passam a ser mobilizadas nas apresentações das deputadas, seja pela via de iniciativas como a criação de ongs e de institutos voltados para determinados “problemas” geralmente relacionados às “minorias”, seja pela via das participações em “conselhos públicos”. No início dos anos 2000, ainda que de forma relativamente rara, começam a ser mobilizados pertencimentos a categorias que remetem tradicionalmente para categorias de vínculos associativos exclusivamente masculinos até então, especialmente aqueles relacionados a inserções em associações e sindicatos de empresários e de produtores rurais.

As duas modalidades de vínculos associativos mais recorrentes no universo das estratégias de legitimação das mulheres eleitas se diferenciam entre si em função não apenas dos pertencimentos partidários que estão na origem dos percursos individuais, como também em função dos recursos de herança política familiar. Se, de um lado, as apresentações que remetem para a esfera dos grupos e das inserções sindicais estão fortemente concentradas em partidos como o PT, o PCdoB e o PSB; as apresentações centradas em créditos como as experiências de participação em conselhos, principal modalidade de engajamentos do público feminino no período analisado, são bastante difusas em termos das filiações partidárias.

Nos percursos de agentes que contam com recursos associados a presença de membro(s) familiar(es) detentor(es) de cargos políticos, os principais trunfos de participação remetem a inserções sociais forjadas em nome do voluntariado social, desde os anos 1960, e que se renovam ao longo dos anos 1990 pela via dos modelos de participação em conselhos e da criação de entidades como ongs, institutos e fundações. No outro polo, aquele das agentes cujas inserções sociais são menos próximas dos esquemas de transmissão de notabilidades políticas familiares e que ingressam em postos eletivos principalmente a partir do final dos anos 1980, os usos de vínculos associativos remetem antes a inserções sociais forjadas pela via dos grupos de política estudantil, de movimentos populares e de grupos de atuação sindical.

Nesse sentido, as oposições estanques criadas entre legitimidades femininas de “capital familiar” ou de “capital coletivo de movimentos sociais” (PINHEIRO, 2006) não dão conta de captar a natureza compósita das operações de combinações dos trunfos tecidas pelas agentes ao longo de seus percursos – seja porque recursos de herança política familiar e recursos galgados a partir de inserções militantes não se excluem, como veremos mais adiante, seja porque mesmo quando são tomados os trajetos das “primeiras-damas” e das “herdeiras” mais tradicionais, também há formas de engajamentos “no social” que são acionadas enquanto estratégias de legitimação.

3.5 Conclusão

Em síntese, evidencia-se que os recursos de parentesco e de tradição política familiar no contexto em pauta constituem mais que elementos de socialização no sentido da transmissão de interesses e de aptidões para pensar o mundo “politicamente” (ACHIN, 2005), haja vista que mais da metade das agentes que ingressam em cargos parlamentares na Câmara durante os anos 1950 e 2015 possuem ao menos um membro familiar detentor de mandato(s) eletivo(s), majoritariamente os cônjuges.

Dentre a primeira geração de agentes eleitas entre os anos 1950 e 1970, esses esquemas familiares de socialização e de iniciação em postos políticos estão na origem da maioria dos percursos analisados (sete dos 10 casos), independentemente dos pertencimentos partidários em questão. A partir dos anos 1980, entretanto, outras bases de recursos sociais começam a ser acionadas como trunfos de participação “feminina”, especialmente aqueles relacionados aos recursos de ordem escolar (títulos universitários)

e/ou aos itinerários de pertencimentos e de engajamentos em “grupos” e “causas” as mais variadas (sociais, profissionais, sindicais, conselhos municipais, etc.).

Isso não equivale, porém, a dizer que o peso das relações familiares convertidas em trunfos de apresentação política diminua ao longo do tempo, pelo contrário: apenas durante a década de 2000 elas deixam de estar presentes na maioria dos percursos analisados, mas logo na década seguinte voltam ao seu patamar majoritário das décadas anteriores. Se, em outros contextos, o afastamento relativo das mulheres diante do domínio de atividades e dos papéis tidos como domésticos-familiares, assim como os processos de escolarização e de entrada crescente no mercado das atividades remuneradas economicamente estariam na origem dos investimentos crescentes em percursos de engajamento e de profissionalização política (GUIONNET E NEVEU, 2005), na configuração em pauta, a esfera de relações e dos papéis familiares tende a ser conciliada com as investidas em circuitos de ocupação de cargos político-eleitorais.

Essas formas de articulação entre o “familiar” e o “político” variam conforme são verificadas as regiões eleitorais de atuação das agentes, sendo mais recorrentes nos percursos daquelas que são oriundas de regiões como o norte e o centro-oeste, e menos recorrentes nos trajetos de oriundas dos estados situados mais ao sul e sudeste. As principais variações nesse quesito, entretanto, estão relacionadas com os pertencimentos partidários operacionalizados pelas agentes. Os casos “extremos” aqui são constituídos, de um lado, pelas agentes vinculadas a partidos como o PT e o PCdoB, cujos itinerários estão mais distantes das lógicas de usos de recursos familiares, e de outro lado, pelas filiadas a siglas como o PMDB, cujos percursos são fortemente marcados por credenciais desse tipo.

O forte grau de escolarização e a posse elevada dos diplomas universitários, por sua vez e diferentemente, aparecem como um tipo de recurso social menos dependente das lógicas de recrutamento e de seleção partidária²⁷. A especificação das áreas de formação escolar e dos cursos de nível superior frequentados servem como uma variável de análise que remete ao problema da relação entre as divisões sociais de gênero e as competências “profissionais” mais associadas ao universo do “feminino”. Ao considerar que a maioria absoluta das formações estão circunscritas a áreas como sociais aplicadas, ciências humanas, saúde e letras e artes, é possível constatar que as lógicas de divisão sexual do trabalho social também estão reproduzidas no espaço das posições políticas.

²⁷ - Apenas dentre as eleitas pelo PTB, o número de mulheres que assumiram mandatos na Câmara que não possuem diplomas universitários é superior ao número daquelas que possuem (cinco dentre os nove casos).

Os cursos geralmente frequentados incluem desde aqueles tradicionalmente associados ao universo das competências masculinas, como direito e medicina, como também – e principalmente – aqueles que remetem de forma específica a domínios de atuação tidos como das vocações femininas, o que inclui cursos como letras, pedagogia, psicologia, serviço social e comunicação social. Não por acaso, a ocupação mais acessada é aquela que remete ao exercício das atividades do magistério e da educação, equivalente a um terço das agentes em questão.

Se forem consideradas de modo agregado, as ocupações que guardam relação com a posse de títulos universitários correspondem a maioria das atividades profissionais declaradas, o que corrobora o peso social dos recursos escolares mais elevados que compõem o universo das agentes. No polo oposto, ou seja, daquele menos marcado por credenciais desse tipo, uma proporção inferior a 10% dos percursos analisados diz respeito a funções relativamente menos próximas do universo escolar²⁸.

Os usos de vínculos associativos, relacionados a formas de inserção em uma diversidade de grupos, de causas e de esferas de atuação, também se constituem como uma fonte de trunfos de apresentação mobilizados pelas mulheres em seus investimentos em postos eletivos. Se inicialmente pouco recorrentes e inscritos em esferas de atuação como as atividades e as frentes de voluntariado social, especialmente durante os anos 1950 e 1970, os usos de vínculos associativos são ampliados e diversificados ao longo dos anos 1980 para esferas de atuação como o sindicalismo, a política estudantil e os movimentos populares, sobretudo diante do crescimento do peso social e eleitoral de bancadas compostas por grupos partidários que privilegiam essas formas de intervenção.

As modalidades de vínculos associativos acionadas estão relacionadas também com determinados grupos partidários. Enquanto os acionamentos de inserções em conselhos de participação social, que se difundem e crescem a partir dos anos 1990, sobretudo nas esferas dos municípios, são relacionados com filiações partidárias bastante difusas, as formas de inserções sociais relacionadas ao sindicalismo, ao movimento estudantil e aos movimentos populares são antes circunscritos aos percursos das agentes filiadas ao PT, ao PCdoB e ao PSB.

²⁸ - Trabalhadoras menos escolarizadas ou sem atividades econômicas remuneradas, que em outros contextos como França e Alemanha aparecem fortemente inscritas em determinados partidos mais à esquerda, no caso de deputadas com menos recursos escolares na França, ou de centro-direita, que a partir dos anos 1950 entram em cena reivindicando auto apresentações como “donas de casa”, na Alemanha (ACHIN, 2005), no universo em pauta são praticamente inexistentes (dois casos).

Em suma, tanto as bases de entrada centradas em recursos de ordem familiar como aquelas centradas em credenciais de tipo associativo estão mais diretamente relacionadas com os padrões de recrutamento e de seleção partidária, na medida em que as principais variações quanto aos usos de trunfos familiares e associativos são verificadas de acordo com os pertencimentos partidários das agentes. De outro lado, os recursos escolares aparecem como um tipo de crédito social menos dependente dos agrupamentos partidários e de seus critérios de recrutamento, que tendem a se impor como uma condição relativamente difusa tendo em vista o conjunto do universo de mulheres eleitas como deputadas federais.

4 ENTRE O PARENTESCO E AS FORMAS DE ASSOCIATIVISMO: COMBINAÇÃO DE RECURSOS EM TRAJETOS SOCIAIS

Se no capítulo anterior foi possível observar as variações dos recursos sociais que estão na origem dos recrutamentos de acordo principalmente com os diferentes períodos históricos e com as filiações partidárias, o objetivo desse capítulo está em demonstrar como as principais bases de recursos sociais são combinadas com outros tipos de inserções convertidas em fontes de créditos “pessoais” e “políticos”. Do ponto de vista analítico, este esforço está amparado em perspectivas que compartilham o entendimento de que em se tratando das condições sociais e históricas de constituição e de reprodução de determinados grupos e/ou elites dirigentes nos espaços do poder político em contextos periféricos, a inexistência ou a fragilidade das fronteiras existentes entre as esferas sociais e seus respectivos códigos de funcionamento e princípios de hierarquização implica a consideração de múltiplas lógicas sociais que atravessam “o político” (SEIDL e GRILL, 2013, p. 13).

Neste capítulo, em especial, são consideradas as lógicas e as concepções implicadas nos usos de recursos associados ao parentesco, os investimentos em recursos de tipo escolar, sob a forma de títulos universitários, assim como as credenciais relativas aos trunfos oriundos de itinerários de “participação” e de militância em sua diversidade de possibilidades. Na primeira parte do capítulo, são abordados os usos específicos do parentesco mobilizados pelas agentes em suas apresentações biográficas cujos significados estão intimamente relacionados com as noções de pertencimento e de sucessão familiar, ou mais especificamente, com as representações que cercam os usos do “primeiro-damismo” como um recurso de legitimação do “feminino” no acesso a mandatos parlamentares. Estes usos do parentesco em suas atribuições de “herdeiras” e de “primeiras-damas” são mobilizados desde os anos 1950 e como visto no primeiro capítulo, são mais presentes nos trajetos de agentes vinculadas a determinados agrupamentos partidários.

Na segunda parte do capítulo, são abordados os recursos mais presentes nos trajetos das agentes que ingressam em cargos parlamentares cujas bases sociais de entrada não implicam em recursos de parentesco, mas sobretudo os itinerários de engajamento, os pertencimentos e as identificações forjadas ao longo de seus percursos em grupos e “causas” as mais variadas, principalmente a partir dos anos 1990. Como visto no capítulo anterior, estas entradas baseadas em vínculos associativos estão fortemente associadas

com determinados grupos de partidos, e suas modalidades e concepções variam de forma significativa a depender das filiações partidárias das agentes em questão. Enquanto inserções e concepções de militância associadas com sindicalismo e atuação em entidades profissionais são predominantes nos percursos das agentes recrutadas pelos partidos mais à esquerda no espectro político-ideológico, as modalidades de vínculos associativos mobilizadas como constitutivas dos históricos pessoais das agentes recrutadas por partidos como o PMDB, o PFL-DEM e o PSDB remetem menos para inserções militantes e duradouras em determinados grupos ou espaços de atuação, e antes para itinerários de constituição de um trabalho de constituição de demandas da “sociedade civil” articuladas em espaços de atuação como “conselhos”, “entidades sociais”, e “voluntariado”.

As concepções e os significados que revestem os vínculos de parentesco e aqueles de caráter associativo presentes ao longo destes percursos, no entanto, só podem ser elucidados na medida em que estes são relacionados com as disposições e com os demais atributos ou inserções sociais que são convertidas pelos/as agentes – individual e coletivamente – em fontes de autorização para o ingresso e a permanência nas competições políticas. A questão que está colocada aqui, por este ângulo, diz respeito ao entendimento de como esses recursos podem ganhar sentidos distintos a depender das condições a partir dos quais são gerados pelos/as agentes.

4.1. Parentesco e recursos sociais em trajetos de herdeiras

Quando comparados com o conjunto dos trajetos das agentes que passaram a ocupar mandatos na Câmara, os percursos das agentes que possuem membro(s) familiar(es) detentor(es) de cargo(s) público(s) são ligeiramente menos marcados pela posse de títulos escolares – 74% em relação a 77% no geral – ainda que a grande maioria deles seja caracterizado por investimentos escolares mais elevados, em consonância com os elevados índices de recrutamento de mulheres deputadas detentoras de títulos universitários ao longo do período analisado, sobretudo nas décadas de 1980 e de 1990. A distinção entre as detentoras de recursos familiares oriundos das famílias de origem ou relacionados com as alianças matrimoniais revela investimentos mais elevados em títulos universitários por parte das primeiras em relação às segundas – 84% dentre as “filhas herdeiras” em relação a 71% dentre as “esposas” de detentores de cargos públicos.

A combinação principal entre recursos de parentesco com detentores de carreiras políticas e recursos associados aos investimentos em títulos universitários está presente em um conjunto de trajetórias de mulheres que ingressam na Câmara desde os anos 1950 e ao longo das décadas seguintes. Nestas trajetórias típicas de “herdeiras escolarizadas”, as entradas na política são operacionalizadas diretamente pela via das disputas eleitorais e das estreias em cargos eletivos no legislativo nacional, sem usos de vínculos associativos e/ou carreiras prévias, no sentido da ocupação de cargos públicos ou eletivos. Os pertencimentos partidários mais comuns estão concentrados²⁹ em partidos como o MDB/PMDB e o PSDB.

O trajeto de Ivete Vargas pode ser tomado como um primeiro exemplar a respeito dessa combinação principal entre recursos de notabilidade política familiar e recursos escolares convertidos em fontes de entrada em cargos parlamentares. Na década de 1950, a sobrinha-neta do então presidente pela segunda vez Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954), filiada ao mesmo partido do tio-avô, o PTB, é a única mulher ocupante de mandatos na Câmara federal. Nascida em um núcleo familiar com tradição em itinerários de ocupação de cargos políticos do interior do Rio Grande do Sul, Ivete é escolarizada no Rio de Janeiro, e depois de ingressar “no jornalismo” através do veículo de imprensa de seu avô e de cursar Filosofia, Ciências e Letras na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do mesmo estado, é eleita aos 24 anos para o seu primeiro mandato na Câmara federal, pelo estado de São Paulo. Sua carreira é destoante em função do tempo de permanência em mandatos eletivos, foi eleita ininterruptamente entre 1951 e 1969 e depois no início dos anos 1980 – algo incomum nos trajetos de mulheres até os anos 1970.

Essa combinação principal entre recurso de notabilidade política familiar e recurso escolar (título universitário) continua a estar na origem dos processos de entrada de mulheres na política nas décadas seguintes, como no caso do trajeto da herdeira Iracema Portella Lima, nascida e eleita deputada federal pelo estado do Piauí no início dos anos 2010. Os laços de parentesco com detentores de cargos políticos são triplamente presentes: filha de pai e de mãe “políticos” – Lucídio Portella, ex-governador e senador pelo Piauí, e Myriam Nogueira, ex-deputada – Iracema casou-se também com Ciro Nogueira, também oriundo de uma tradicional família de políticos do estado do Piauí, advogado eleito deputado federal entre 1995 e 2011, e eleito senador em 2011, mesmo ano da primeira eleição de Iracema. Além disso, a formação universitária na área de letras

²⁹ - Os demais casos estão concentrados nos seguintes partidos: PTB, PFL, PDS/PP (dois casos cada) e PSC e PMN (um caso cada).

na Universidade Estadual do Piauí e a ocupação de professora são acionadas como constitutivas de seu “histórico pessoal”.

Estes são apenas dois dos percursos das agentes que contam com recursos de ordem familiar que são combinados exclusivamente com diplomas universitários (17 dentre 111 casos). Na maioria dos trajetos das agentes que contam com trunfos de notabilidade política familiar, diferentemente, há outros tipos de credenciais que vão além daqueles de tipo escolar, seja relacionados com as inserções e os usos de formas variadas de associativismo seja relacionados com a ocupação de cargos públicos e/ou eletivos, o que começa a acontecer em especial a partir dos anos 1980 e 1990.

Os usos dos trunfos de “participação social” são menos recorrentes nos trajetos marcados pela herança de tradição política familiar – 46% em relação a 54% do conjunto das eleitas para a Câmara no período, mas ainda assim estão presentes e são acionados como formas de justificação das investidas femininas em carreiras políticas. Dentre as agentes cujos trunfos de herança política estão relacionados com as famílias de origem, os investimentos em inserções desse tipo são ligeiramente mais acentuados se comparados com aqueles dos itinerários das esposas de detentores de cargos eletivos (52% em relação a 46%).

Se dentre as eleitas no período compreendido entre os anos 1950 e 1970, os usos de vínculos associativos são praticamente raros nos trajetos das agentes que contam com trunfos de parentesco (dois dos sete casos), a partir dos anos 1980 eles são intensificados e combinados com outros “atributos” e fontes de “liderança”. A “participação em conselhos” é o tipo de credencial social mais acionada nos trajetos das herdeiras de patrimônios políticos familiares (25 dentre os 44 casos), seguida pelas investidas em organizações de voluntariado (seis casos) ou na fundação de “institutos” e “ongs” (três casos).

A combinação entre recursos políticos de ordem familiar, escolares (posse de diplomas universitários) e associados a algum tipo de vínculo associativo é a segunda mais presente (35 dentre 111 casos). Estes trunfos de “participação”, na maior parte das vezes, remetem para concepções em torno do feminino associadas com as noções de “vocação” para o “social”, em atividades de “voluntariado” ou, mais recentemente, sob a forma de “participação em conselhos” e iniciativas de “empreendedorismo social”, direcionadas sobretudo ao “atendimento” de “mulheres”, “crianças”, “idosos”, “deficientes” e outros tipos de “públicos” e “minorias”.

O trajeto de Maria Lúcia de Melo Araújo, eleita pelo MDB na década de 1960 (1967-1969), pode ser tomado como um primeiro exemplar a respeito das bases sociais de iniciação política de mulheres que envolvem simultaneamente laços de parentesco, escolarização, “primeiro-damismo”, investidas no “social” e acesso a cargos parlamentares. Com o ensino secundário e professora, Maria Lucia cresceu em uma família de políticos do estado de João Pessoa e casou-se com José Augusto de Araújo, deputado federal no início dos anos 1960 e depois governador do então criado estado do Acre. Com a ascensão do marido ao cargo de governador, Maria Lucia tornou-se presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA³⁰) no estado, e após a cassação dos direitos políticos de José Araújo, Maria Lucia concorreu e foi eleita deputada federal – sendo logo depois afastada, em função do “ato institucional 5” de 1968.

A entrada de Miriam Portela em cargos eletivos, eleita deputada federal no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (1987-1991) pelo PDS do estado do Piauí, esposa de Lucídio Portela, ex-governador e senador pelo mesmo estado e partido, e mãe de Iracema Portela, eleita deputada federal nos anos 2010 como visto anteriormente, comporta também recursos de origem familiar-matrimonial, escolares e aqueles referentes aos investimentos no papel de “primeira-dama” e em formas de “participação social”.

Natural da cidade de Rio de Janeiro, nos anos 1960 ingressa como servidora pública no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Depois de formar-se em direito no final dos anos 1970, quando seu marido é eleito governador do estado, Miriam assume a função de “Presidente da Comissão de Ação Comunitária”, entre 1979 e 1983, e de “Presidente da Comissão Estadual do Ano Internacional das Pessoas Deficientes” da Secretaria Estadual de Educação. Em 1986, no mesmo ano em que Lucídio é eleito como vice-governador, Miriam é eleita como deputada federal aos 55 anos de idade.

No percurso de Elcione Barbalho, ingressante em mandatos na Câmara na década de 1990, os recursos de aliança matrimonial com detentor de carreira política também estão presentes e são conjugados simultaneamente com credenciais escolares,

³⁰ - A Legião Brasileira de Assistência foi o movimento inaugurado na década de 1940 pela então esposa do presidente Getúlio Vargas, Darcy Vargas, como forma de “amparar os soldados brasileiros e seus familiares” através dos “brasileiros de boa vontade” no contexto da participação de soldados brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, que reivindicava simultaneamente as marcas de “voluntariado feminino” e de “desenvolvimento social” através de programas de “assistência” (Barbosa, 2017). Passou a ter sucursais estaduais presididas pelas “primeiras-damas”, em geral esposas de governadores, e foi desativada em 1995, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

profissionais, e aquelas relativas a inserções em atividades “assistenciais” e aos usos da tradição – neste caso convertida em cargos – do primeiro-damismo. Formada em pedagogia no final dos anos 1960 em uma universidade pública do estado do Pará, e com itinerários profissionais na área da educação sobretudo no setor privado, quando da eleição de seu esposo Jáder Barbalho como governador do Pará, no início dos anos 1980 e depois no início dos anos 1990 (1983-1987 e 1991-1994), Elcione passa a investir em atividades a partir da condição de “primeira-dama” – “Coordenadora estadual da Legião Brasileira de Assistência”; “Presidente da Ação Social Integrada Governo Estadual”; “Presidente do Conselho Estadual de Pessoas Deficientes” e “Prevenção de Entorpecentes”. Em 1994, é eleita deputada federal pelo PMDB, mesmo ano em que Jáder Barbalho é eleito como senador.

Mais recentemente, o trajeto de Suely Campos é bastante semelhante no sentido da combinação entre recursos de notabilidade política familiar, títulos escolares, e trunfos de participação relacionados aos usos do “primeiro-damismo” como forma de ingresso na política eleitoral. Natural de Roraima e professora formada em letras com título universitário obtido mais tardiamente, aos 40 anos de idade, Suely Campos é eleita aos 50 anos como deputada federal pelo PFL em 2003. Com a eleição de seu marido Neudo Campos como governador de Roraima por dois mandatos, entre 1995 e 2002, Suely inicia a sua trajetória política como secretária do trabalho e bem-estar social do governo de Roraima, cargo ocupado até 2002, e passa a reivindicar a sua participação no conselho da defesa e direitos da mulher da cidade de Boa Vista. Depois de se eleger deputada federal em 2003, Suely foi eleita como vice-prefeita de Boa Vista em 2009 e em 2014 foi eleita governadora.

Dentre as filhas herdeiras, também há trunfos de engajamento que são reivindicados e que remetem para concepções de voluntariado e de assistência social. No percurso da paulista Bruna Furlan, por exemplo, a formação universitária e a “dedicação” ao “voluntariado” se constituem como credenciais entrelaçadas de apresentação pessoal. Eleita deputada federal aos 28 anos de idade pelo PSDB de São Paulo, a filha de Rubens Furlan – eleito cinco vezes prefeito de Barueri entre os anos 1980 e 2017, cidade da região metropolitana de São Paulo, além de ser deputado estadual e federal nos anos 1990 – mescla o seu título universitário em direito com investimentos em “experiências” de “participação voluntária” em entidades direcionadas para o “atendimento de crianças deficientes”, se apresenta como “diretora voluntária” da Associação de Assistência para

Crianças Deficientes (AACD), e cursos no exterior de “desenvolvimento da primeira infância”.

A diferença é que, nos itinerários anteriores, para além dos investimentos em formas de “participação” social, as concepções e os usos do primeiro-damismo também dizem respeito as posições de “gestão do social” que são ocupadas e reivindicadas. Esta combinação de aliança matrimonial com detentores de mandatos eletivos executivos e os trunfos relativos a ocupação de cargos associados com a tradição do primeiro-damismo está presente em praticamente a metade dos percursos das agentes que dispõem simultaneamente de recursos de parentesco e relativos a algum tipo de posto político ocupado previamente aos mandatos parlamentares (27 dentre os 60 casos).

Na tabela a seguir, estas modalidades de vínculos associativos são especificadas de acordo com os trajetos das portadoras de recursos de parentesco e de tradição política familiar. As formas de participação no âmbito dos conselhos municipais e/ou regionais direcionados “ao social” são as mais recorrentes, conjuntamente com as inserções em grupos e/ou atividades relacionadas a modelos e concepções de “voluntariado”. Como será demonstrado no próximo item, estas modalidades de engajamento são bastante distintas daquelas que estão na origem dos itinerários de entrada em cargos parlamentares das agentes cujos recursos são mais exclusivamente dependentes das investidas em formas variadas de militância (estudantil, sindical e/ou partidário) e de inserções em entidades profissionais, em especial.

Tabela 11 - Modalidades de vínculos associativos nos trajetos das agentes dotadas de recursos de parentesco com detentor(es) de carreiras políticas que ingressaram na Câmara entre 1950 e 2015

Tipo de associação/entidade/movimento/conselho	N
Conselho assistência social	07
Conselho combate aos entorpecentes	01
Conselho criança e adolescente	08
Conselho deficientes físicos	02
Conselho educação	01
Conselho pessoa idosa	01
Conselho saúde	01
Empresarial/comercial	02
Entidade assistencial	02
Entidade estudantil	02
Entidade profissional	02
Entidade sindical	01
Frente de prefeitos(as)/municípios	01
Moradores/comunitárias	01
Mulheres	04
Voluntariado	09
Total	45

Fontes: Fichas biográficas parlamentares; Verbetes biográficos do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. *Dentre as 31 mulheres eleitas que possuem recursos de parentesco e acionam credenciais de participação social em seus históricos pessoais.

Para além destes créditos de “participação social”, a ocupação de cargos públicos se constitui como o recurso mais reivindicado pelas portadoras de notabilidades políticas familiares – 55% em relação a 45% no conjunto do universo de mulheres eleitas. Estes itinerários de estreia em cargos públicos previamente aos mandatos na Câmara federal são mais elevados quando são tomados de modo específico os trajetos das esposas de detentores de mandatos políticos (63%) e se apresentam de forma mais recorrente nos trajetos das herdeiras que são eleitas como deputadas federais a partir dos anos 1980.

Dentre os perfis de herdeiras predominantemente associados com o trunfo da ocupação de cargos públicos estão portanto as que possuem itinerários de iniciação política marcados pelos usos do primeiro-damismo como concepção que autoriza e reforça as entradas do feminino na concorrência político-eleitoral e aquelas cujos processos de entrada poderiam ser mais facilmente comparáveis aos itinerários de agentes masculinos, aonde os pertencimentos familiares são convertidos em trânsitos interpessoais, nomeações e acessos a posições de maior ou menor prestígio político não necessariamente relacionados com papéis exclusivamente tidos como femininos.

Os usos de vínculos associativos e relativos à ocupação de cargos mais raros e destoantes dessas modalidades de participação social feminina dentre as portadoras de heranças políticas familiares são feitos pelas agentes cujas credenciais escolares e

profissionais e também os patrimônios de recursos familiares são mais diretamente relacionados com investimentos em atividades econômicas nos setores agrícolas e/ou industriais. O trajeto de Tereza Cristina Dias, oriunda de uma tradicional família de pecuaristas e políticos do estado de Mato Grosso do Sul cujo principal “exponente” é o avô paterno, governador e senador entre os anos 1950 e 1970, pode ser tomado como exemplar a esse respeito.

Depois de formar-se em agronomia na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, e de mudar-se para São Paulo para trabalhar em empresas multinacionais do setor alimentício, Tereza retorna para o Mato Grosso para “administrar os negócios da família”, com o “legado” de ter “segmentado os investimentos” e “profissionalizado a gestão”. Tereza apresenta um longo histórico de inserções em federações e associações de tipo empresarial-rural do estado de Mato Grosso do Sul, tais como Federação de Agricultura e Pecuária; Associação dos Produtores de Sementes; Associação dos Criadores; entre outros. Essas inserções em entidades empresariais-rurais são combinadas com um histórico de participações em uma quase dezena de conselhos desse tipo (municipais, estaduais e nacionais), além da ocupação de cargos públicos –Tereza atuou como Secretária Estadual de Desenvolvimento Agrário entre 2007 e 2014 e como Diretora da Empresa de Gestão de Recursos Minerais entre 2011-2014. Em 2015, aos 61 anos de idade, é eleita deputada federal pelo PSB.

O trajeto de Roseana Sarney, eleita deputada federal pelo PFL no início dos anos 1990, é ilustrativo a respeito das formas de entrada baseadas em uma combinação de recursos de herança política, títulos universitários e ocupação de cargos de indicação sem relação com esferas de inserção e concepções ligadas a tipos de associativismo. Filha de José Sarney, político tradicional do estado do Maranhão cuja carreira política inicia nos anos 1950 e inclui uma diversidade de postos mais elevados nas hierarquias de cargos políticos (ex-governador, senador, e presidente da república entre 1985 e 1990), Roseana cursou ciências políticas e sociais na Universidade Federal de Brasília nos anos 1970, período no qual também começou a atuar em cargos de indicação política.

Nos anos 1980, na gestão de seu pai como presidente da república, Roseana foi indicada como assessora parlamentar do gabinete da presidência da república. Depois de estreitar em cargos eletivos na eleição de 1990, quando foi eleita a deputada federal mais votada do estado do Maranhão, aos 38 anos de idade, passou a ocupar postos majoritários de alto prestígio político até então raros em se tratando de itinerários de mulheres – foi

eleita quatro vezes como governadora entre os anos 1990 e 2000 e senadora no início da década de 2000.

Outro trajeto semelhante no que diz respeito a articulação entre os recursos de parentesco associados com os recursos escolares e a iniciação em cargos políticos pela via de postos de indicação é o de Ana Arraes, filha do ex-governador Miguel Arraes, político pernambucano de longa trajetória e histórico de ocupação de postos eletivos que se inicia nos anos 1950 e inclui cargos como prefeito de Recife, deputado federal, senador e governador do estado por três vezes. Ana Arraes, formada em direito nos anos 1990, é indicada como secretária de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, entre 1990 e 1996, e depois como secretária parlamentar na Câmara dos Deputados, entre 1998 e 2006. Após o falecimento de Miguel Arraes, em 2005, Ana Arraes é eleita aos 60 anos de idade para o seu primeiro cargo eletivo como deputada federal pelo PSB em 2006, o mesmo partido de seu pai. Reeleita para mais um mandato nos anos 2010, Ana renunciou para assumir o cargo de ministra do Tribunal de Contas da União. Seus dois filhos, Eduardo e Antônio Campos, também investiram em carreiras políticas, dando sucessão a tradição familiar em cargos desse tipo.

Outro ponto de diferenciação dos trajetos das agentes cujas principais formas de entrada são baseadas em patrimônios políticos familiares diz respeito às herdeiras que, especialmente a partir dos anos 1990, são iniciadas na concorrência política pela via das disputas e dos cargos eletivos locais – antes disso e majoritariamente, as bases de socialização política familiar são relacionadas sobretudo com as entradas em postos legislativos em escala “nacional” (79 em relação aos 111 casos). Significa que a combinação entre os recursos de parentesco e os recursos relativos ao exercício de cargos eletivos locais passa a estar presente nos itinerários das herdeiras tardiamente em relação aos demais trunfos passíveis de serem acionados.

O percurso de Ângela Amin, eleita deputada federal pelo PDS do estado de Santa Catarina nos anos 1990, é ilustrativo a respeito das entradas que incluem simultaneamente trunfos relacionados com as credenciais de tipo familiar e com a ocupação de cargos em escala local. Natural de uma cidade do interior de Santa Catarina e formada em matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1975, Ângela trabalhou como técnica de nível superior da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina até 1979. Entre 1973 e 1977 presidiu a Liga de Apoio ao Desenvolvimento

Social Catarinense e em 1979 tornou-se assessora do gabinete de planejamento da prefeitura de Florianópolis.

Casada com Esperidião Amin, do PDS, prefeito de Florianópolis entre 1975 e 1978 e governador do estado no início dos anos 1980, Ângela atua durante a gestão de seu marido como governador na implementação de “programas sociais” e comunitários”, além de “participar de conferências internacionais promovidas pelo Unicef” e de ser “membra do Conselho Estadual de Educação”. Em 1988, quando Esperidião Amin é eleito prefeito da capital pela segunda vez, Ângela é eleita como a vereadora mais votada da cidade; e dois anos depois, quando Esperidião é eleito pela primeira vez ao senado, Ângela ingressa na Câmara federal. Entre 1997 e 2004 assume a prefeitura de Florianópolis e depois retorna para mais um mandato como deputada federal.

A predominância dos laços matrimoniais em relação aos laços de filiação como modalidade de parentesco mais recorrente nos percursos das agentes em questão pode sinalizar para a dimensão analítica das diferenciações de gênero que estão na origem das estratégias de sucessão e de reprodução familiar no espaço das posições políticas, na medida em que as operações sociais correspondentes a construção de “herdeiros” ou de “herdeiras” implicam o acionamento de concepções e de representações distintas, sobretudo no que se refere, no caso das mulheres, a mobilização do papel social de “esposa colaboradora” (MELLERAY, 2005).

Em contextos como o da sociedade francesa, os repertórios de intervenção de mulheres no campo político e midiático pela via dos investimentos no papel de “esposas colaboradoras” estariam sendo reativados nas últimas décadas no campo das representações midiáticas e dos agentes do campo político sobretudo enquanto estratégias de apresentação e de afirmação dos políticos masculinos, que remetem para as crenças fortemente arraigadas socialmente acerca da divisão e da complementariedade do “feminino” e do “masculino” (MELLERAY, 2005, p. 94).

No contexto em pauta, de outro modo, os usos específicos do papel de “esposa colaboradora” ou de “primeira-dama” estão para além das representações veiculadas em meios midiático-jornalísticos ou das formas de comunicação engendradas pelos próprios agentes políticos masculinos em seus repertórios de apresentações, pois estão intimamente relacionados com as formas de entrada em cargos eletivos de um conjunto significativo de mulheres eleitas como parlamentares. Esses usos do “primeiro-damismo” envolvem mais do que as alianças matrimoniais em si mesmas, mas investimentos ao

mesmo tempo em determinadas inserções e credenciais de tipo associativo e/ou relativas a ocupação de cargos públicos de “especialização” ou de “gestão do social”.

Em síntese, os recursos de parentesco não estão desvinculados de outros tipos de inscrições e de trunfos sociais de apresentação pessoal, indicando assim que as operações de transmissão de notabilidades políticas familiares estão longe de simples automatismos decorrentes de determinados esquemas herdados, pois implicam sucessivas disposições e investimentos por parte daquelas que se dispõem a ingressar nestas posições e dar sucessão aos patrimônios que são herdados e atualizados. Estes investimentos dizem respeito tanto às formações escolares e aos títulos universitários obtidos, quanto às experiências de “participação social” e aos cargos previamente ocupados, tomados como signos múltiplos de autorização para as disputas políticas.

4.2 Para além do parentesco: as formas de associativismo como base de entrada

As bases de entrada relacionadas mais exclusivamente com vínculos e itinerários de associativismo estão presentes nos percursos das parlamentares eleitas especialmente a partir dos anos 1990, concentradas em partidos como o PT e o PCdoB – 40 dos 70 casos – e portadoras de títulos de nível superior. Se comparadas com o universo geral das eleitas ou com as que possuem recursos de parentesco, aquelas que são portadoras de credenciais relacionadas de forma mais ou menos direta com itinerários de engajamento social e político possuem uma relação ainda maior com a posse de recursos escolares – 87% possuem diplomas universitários, proporção esta que é de 77% dentre o conjunto das mulheres eleitas e 74% dentre as portadoras de recursos de ordem familiar.

Diferentemente das que possuem trunfos de tradição política familiar, cujas formas de ingresso em cargos políticos são mais relacionadas com a ocupação de cargos de indicação, as agentes que se valem de recursos associativos, por sua vez, galgam postos desse tipo de forma bem menos recorrente (34% em relação a 45% no geral e 55% dentre as herdeiras). Outro ponto de diferenciação diz respeito ao fato de que nos itinerários das herdeiras as estreias em cargos eletivos se dão “por cima” (67% estreiam já como deputadas federais), nos itinerários das agentes que acionam trunfos de engajamento social, as carreiras políticas são inauguradas majoritariamente pela via de cargos em legislativos locais e/ou estaduais (76%).

Dessa forma, se, de um lado, os recursos de parentesco não necessariamente estão vinculados socialmente a possibilidades de recursos escolares mais elevados quando são

considerados os trajetos das mulheres que conseguem acessar mandatos parlamentares, de outro lado, as redes de relações pessoais-familiares, ao que tudo indica, proporcionam recursos distintos às suas portadoras, mais próximos do universo das nomeações e dos trânsitos que garantem o acesso aos cargos públicos assim como das estreias em cargos eletivos mais valorizados nas disputas entre os grupos de partidos e de políticos.

Dentre as ingressantes em mandatos parlamentares na Câmara federal, os perfis das agentes vinculadas ao PT e o PCdoB se apresentam de forma fortemente imbricada com esferas de atuação como o sindicalismo, as lutas “populares”, estudantis e “categoriais” em geral. Relativamente mais jovens quando do ingresso em cargos de tipo eleitoral em comparação com as demais, os itinerários das mulheres eleitas vinculadas às “esquerdas” se aproximam tipicamente de um padrão de conciliação entre militância partidária em “alas”, “correntes” ou “grupos” integrados às organizações partidárias e inserções em “movimentos sociais” variados. Para além destes pertencimentos forjados em “frentes” de atuação, os trajetos mais próximos do universo do militantismo se diferenciam entre si também com base nos demais recursos e das esferas de atuação.

No caso das dez mulheres eleitas pelo PCdoB, sem exceção, os seus itinerários de engajamento são iniciados através de inserções em grupos de “lutas estudantis” e militâncias partidárias que se desdobram em investidas precoces e bem-sucedidas em mandatos parlamentares – a idade média de entrada na Câmara para as filiadas ao PCdoB é de 33 anos. No grupo das filiadas ao PT, os recursos associados com os itinerários de engajamento são relativamente diversificados.

A combinação entre itinerários de militância estudantil em partidos de esquerda que se desdobram em carreiras eletivas está presente no trajeto de Lídice da Mata, eleita deputada federal pelo PCdoB do estado da Bahia no final dos anos 1980. Estudante do curso de economia na Universidade Federal da Bahia na década de 1970, Lídice adere às “lutas estudantis”, se engaja em um grupo de militância do então PCdoB “clandestino”, e aos 27 anos de idade é eleita vereadora de Salvador pela legenda do PMDB. Nas eleições seguintes, em 1986, é eleita deputada federal pelo PCdoB, que havia novamente sido legalizado, e no início dos anos 1990 é eleita prefeita de Salvador.

Em outros trajetos, os processos de engajamento inaugurados em grupos de militância universitária chegam a se desdobrar em outros tipos de inserções militantes, como o sindicalismo em associações de servidores públicos ou de determinados segmentos de atuação profissional. O percurso de Alice Portugal, eleita deputada federal

pelo PCdoB nos anos 2000, é ilustrativo a esse respeito. Estudante do curso de farmácia também da Universidade Federal da Bahia nos anos 1970, Alice se engaja nas atividades do movimento estudantil e filia-se ao PCdoB. Na década de 1980, torna-se servidora pública da mesma universidade e converte a sua militância universitária em atuação sindical na associação de servidores da UFBA, na Central Única de Trabalhadores (CUT) e na Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). Após o ingresso em mandatos eletivos como deputada estadual, cargo que exerceu entre 1995 e 2003, Alice é eleita deputada federal aos 44 anos de idade – depois reeleita para mais quatro mandatos.

Neste universo de agentes mais próximas do universo dos recursos escolares e/ou de atuação militante-sindical vinculadas aos grupos de esquerda, a maior parte das credenciais de apresentação estão relacionadas com os pertencimentos forjados em “entidades” tais como as associações de professores e de professoras e/ou de trabalhadores da educação, principalmente de servidoras públicas eleitas como deputadas federais nos anos 1990 e 2000. A junção de adesões precoces durante a juventude à grupos de esquerda, de títulos universitários e de inserções militantes em mobilizações de sindicatos de professores estão presentes, por exemplo, no trajeto da gaúcha Maria do Rosário, que ingressa como deputada na Câmara federal nos anos 2000, eleita pelo PT.

De forma semelhante aos trajetos anteriores, Maria do Rosário inaugura seu engajamento em grupos de esquerda durante a juventude, aos 19 anos, quando se filia ao PCdoB e passa a atuar nas “lutas estudantis”. Sua primeira eleição como vereadora na cidade de Porto Alegre ocorre aos 26 anos de idade, quando era estudante do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atuante nas mobilizações e “comandos de greves” do CPERS (Centro de Professores do Rio Grande do Sul).

Neste caso em específico, não estão em jogo maiores itinerários enquanto “sindicalista”, mas as concepções políticas em torno da “defesa da educação pública” que são convertidas em credenciais de identificação como “professora”. Com uma carreira política relativamente longeva, Maria do Rosário adere ao PT em 1994 e desde então é eleita sucessivamente para cargos eletivos – nos anos 1990 se reelege como vereadora, depois é eleita como deputada estadual e a partir de 2003 é eleita (ininterruptamente) como deputada federal. Entre 2011 e 2014, foi nomeada como ministra da Secretaria de Direitos Humanos, durante o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff.

Antes disso, ainda nos anos 1990, o percurso da também gaúcha Ester Grossi, eleita deputada federal pelo PT nos anos 1990, pode ser tomado como um primeiro

exemplar a respeito da associação entre os investimentos de mulheres em recursos escolares mais elevados, as concepções e os sentidos de pertencimento a grupos de professores e às “bandeiras da educação”, e o ingresso em cargos eletivos na Câmara, neste caso específico com o trunfo relativamente raro à época – dentre as recrutadas pelos partidos de esquerda – referente a ocupação de cargos públicos e menos vinculado a estreias de militâncias em grupos de esquerda, como nos trajetos anteriores. Ester Grossi estudou matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em Porto Alegre nos anos 1950 e no final da década de 1960 concluiu o curso de mestrado em matemática pela Universidade de Paris V.

Durante o período da pós-graduação na França, Grossi passou a frequentar eventos internacionais sobre “educação” e na volta ao Brasil, em 1979, tornou-se integrante do CPERS e foi uma das fundadoras do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA). Nos anos 1980, concluiu o doutorado em psicologia na França, filiou-se ao PT e em 1989 assumiu a secretaria municipal da educação de Porto Alegre, durante a gestão do petista Olívio Dutra. Em 1994 foi eleita como deputada federal, e nas eleições seguintes assumiu como suplente novamente. Após este breve período de exercício de cargos eletivos, Ester seguiu a sua carreira de “educadora”, envolvendo-se em inúmeros “projetos sociais”, “pesquisas” e “publicações” sobre o “ensino da matemática”, “alfabetização” e “educação” em geral.

Para além destas identificações forjadas em torno das “bandeiras” e das “lutas” em torno da “educação”, os itinerários de engajamentos em entidades e associações relacionadas com outras categorias profissionais de nível superior são os mais recorrentes dentre o universo de agentes recrutadas pelos grupos e partidos de esquerda, especialmente médicas, advogadas, mas também assistentes sociais, entre outros. O trajeto de Maria Conceição Maninha é ilustrativo a respeito da combinação entre recursos de militância sindical e partidária associados com credenciais de “atuação profissional” de categorias socialmente mais valorizadas, como a medicina, que se tornam signos de engajamento e de “atuação política”.

Natural do Distrito Federal e estudante do curso de medicina na Universidade de Brasília entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, “Maninha” começa a atuar profissionalmente no final da década de 1970, quando se torna servidora pública estadual e vinculada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os itinerários de inserções sindicais são inaugurados no final dos anos 1970, com a presidência do Sindicato dos Médicos de Brasília – que se estende até a década de 1990 – e conciliados com a adesão

e a “fundação” do PT em Brasília e o posto de integrante da “coordenação executiva” da Central Única dos Trabalhadores nos anos 1980. Na década seguinte, Maninha é eleita deputada distrital por duas vezes, além de ser nomeada Secretária da Saúde e presidir o Conselho de Saúde do Distrito federal. Aos 55 anos de idade, Maninha é eleita deputada federal pelo PT, depois adere ao PSOL sem sucesso em suas tentativas de reeleição nas disputas seguintes.

Em outro polo, diferentemente, composto por agentes dotadas de trunfos escolares menos elevados e menos próximos dos meios e das inserções sindicais, o trajeto de Luci Choinacki, eleita deputada federal pelo PT de Santa Catarina nos anos 1990, é exemplar a respeito de origens sociais e de recursos escolares menos elevados que são compensados com as inserções em “movimentos sociais” e os vínculos com as “lutas populares”, no caso específico, forjados via itinerários de participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um repertório de mobilização praticamente raro em se tratando de mulheres com itinerários de ocupação de cargos públicos e eletivos.

Apresentando-se como trabalhadora rural e como dona de casa, Luci inicia seu itinerário de militância no final da década de 1970 quando se engaja nas atividades da Pastoral da Terra, e mais tarde integrando-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de uma cidade do interior de Santa Catarina. No início dos anos 1980, Luci filia-se ao PT e assume a coordenação do MST no estado, além de atuar na fundação do Movimento de Mulheres Agricultoras. Vinculada à tendência Convergência Socialista, Luci é eleita deputada estadual em 1986 e deputada federal em 1990.

De forma semelhante, no sentido da relação entre as origens sociais mais baixas e as modalidades de engajamento em “lutas populares”, a origem social desfavorecida de Benedita da Silva, nascida na cidade do Rio de Janeiro, filha de pai pedreiro e de mãe lavadeira, eleita deputada federal pelo PT nos anos 1980, é convertida em trunfo de apresentação política ao longo de seu trajeto de ocupação de cargos públicos. Benedita começa a trabalhar ainda durante a infância e cresce em uma família de pais que eram simpatizantes do PTB – sua mãe trabalhava como lavadeira para o Juscelino Kubitschek –, contexto familiar que teria contribuído para a sua socialização política. Nos anos 1970, Benedita se converte e integra a Igreja Universal do Reino de Deus, além de se engajar nas atividades da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira (região empobrecida do Rio de Janeiro), do departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferia.

A formação universitária no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a adesão de Benedita ao PT ocorrem no início dos anos 1980, assim como o seu primeiro cargo político eletivo, quando foi eleita vereadora em 1982. Logo nas eleições seguintes, em 1986, Benedita integra o primeiro grupo de mulheres eleitas pelo PT na Câmara federal. Sua carreira política inclui ainda os postos de senadora nos anos 1990; governadora, ministra de Assistência Social durante o primeiro governo Lula, nos anos 2000; e deputada federal nos anos 2010.

Para além destes percursos marcados por itinerários de engajamento em organizações partidárias e militâncias associadas aos grupos e posições mais à esquerda no campo político-ideológico, os trunfos relacionados ao “associativismo” podem ser genericamente agrupados em dois tipos principais: aqueles que remetem às participações em associações que guardam uma relação mais direta com as ocupações profissionais; e os que dizem respeito às defesas de “minorias” e do “social”. Na maior parte destes trajetos – das agentes eleitas principalmente por partidos como PFL-DEM, PMDB e PSDB –, as formas de associativismo são frequentemente combinadas com os recursos relativos à ocupação de cargos públicos em comparação com as modalidades mais ligadas aos engajamentos em grupos e organizações de esquerda.

O trajeto de Abigail Feitosa, médica baiana formada na década de 1950 e eleita deputada federal pelo PMDB nos anos 1980, é sugestivo a respeito de como estas credenciais de participação social podem ser acumuladas, que neste caso específico, incluem ao mesmo tempo inserções em entidades profissionais e em grupos de mulheres. Além de integrar a Associação Baiana de Medicina, entidade a qual Abigail foi coordenadora entre os anos de 1980 e 1982, seu histórico pessoal e apresentação biográfica incluem a militância em grupos de mulheres e feministas tais como o Movimento Brasil Mulher, uma organização não governamental atuante no estado ao longo das décadas de 1980 e 1990. Sem itinerários de ocupação de cargos públicos, Abigail é eleita deputada estadual e logo a seguir ingressa na Câmara de Deputados.

Esta combinação de pertencimentos e itinerários de participação também está presente em trajetos como o da professora Nilmar Ruiz, eleita deputada federal pelo PFL de Tocantins no final dos anos 1990. Seus trunfos de engajamento são ligados simultaneamente com a sua atuação no Sindicato dos Professores de Brasília (1985-1992), suas inserções em Conselhos estaduais de Defesa das Crianças e dos Adolescentes no Distrito Federal e em Tocantins, e com os cargos públicos que Nilmar passou a ocupar

na década de 1990, primeiro como Secretária de Educação de Palmas (1993-1994) e depois como Secretária de Educação de Tocantins (1995-1998).

A “defesa de minorias” aparece construída como nicho de atuação política de forma mais específica em percursos como o de Roseane Cavalcante de Freitas, eleita deputada federal em 2010 pelo PTdoB. “Rosinha da ADEFAL” inicia seu itinerário de engajamento no início da década de 1990, quando adere e se torna uma liderança da Associação dos Deficientes Físicos do estado de Alagoas e depois da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), a partir dos anos 2000. Formada em direito e servidora pública federal, Rosinha é eleita vereadora em Maceió nas eleições de 2008 e nas duas eleições seguintes como deputada federal.

De forma bastante distinta, o trajeto de Kátia Abreu é um exemplar típico raro dentre as demais mulheres eleitas que se utilizam credenciais associativas, dado que as suas bases de entrada na política estão fortemente relacionadas com elevado patrimônio econômico oriundo de investimentos no setor do agronegócio e inserções em entidades ligadas ao associativismo rural, recursos até então convertidos tradicionalmente pelos homens para as disputas político-eleitorais. Natural do estado de Goiás e formada em psicologia pela Universidade Católica de Goiânia, Kátia Abreu chegou a atuar por breve período como professora, mas após a morte de seu marido, Irajá Silvestre, pecuarista do estado do Tocantins, Kátia assume os “negócios da família” e inicia assim o seu trajeto como empresária rural.

Nos anos 1990, Kátia inaugura seus itinerários associativos em entidades de classe ligadas ao ruralismo: primeiro como presidente do Sindicato Rural de Gurupi (1994-1996), depois como presidente da Federação da Agricultura do estado do Tocantins, entre 1996 e 2002. A estreia em cargos eletivos, por sua vez, se dá de maneira mais próxima das entradas operacionalizadas pelas agentes que contam com recursos de parentesco do que aquelas das que contam com itinerários ligados mais diretamente às formas de associativismo – Kátia assume como deputada federal (2000-2007) e como senadora (2007-). Simultaneamente a ocupação dos cargos eletivos, Kátia assume a presidência da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) entre 2008 e 2017, atualizando seus itinerários de inserção em cargos públicos em consonância com as “demandas” ligadas a “agricultura”, ao “desenvolvimento econômico”, ao “agronegócio” e ao “rural”.

A tabela a seguir apresenta as modalidades de credenciais associativas que estão presentes nos trajetos das agentes cujas entradas em mandatos parlamentares na Câmara não guardam relação com recursos de parentesco com detentor(es) de carreiras políticas.

Devido às especificidades dos itinerários de engajamento em se tratando das filiações partidárias mais recorrentes das mulheres eleitas, as modalidades são divididas de acordo com as principais clivagens partidárias e os seus padrões sociais de recrutamento.

Dentre as agentes recrutadas por partidos como o PT, o PCdoB e o PSB, os vínculos de engajamento mais recorrentes são aqueles que remetem para as inserções em entidades e movimentos de estudantes que tendem a se desdobrar ao longo dos percursos em outros tipos de atuações, especialmente em formas de sindicalismo relacionadas a categorias como professores/as e servidores/as públicos, além de entidades profissionais (médicos/as, advogados/as, entre outros) e grupos ou “conselhos de mulheres”. De outro lado, dentre as recrutadas pelos demais partidos, os itinerários de engajamento são menos imbricados com as formas de atuação sindical em movimentos de professores/as ou de servidores públicos, e mais fortemente relacionados com as inserções em conselhos de participação social direcionados para os “direitos das crianças e adolescentes”, “de mulheres”, ou ainda na “área da saúde”.

Tabela 12 - Modalidades de vínculos associativos de acordo com as filiações partidárias das agentes sem recursos de parentesco que ingressaram na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015

Modalidades de vínculos associativos PT-PCdoB-PSB*		Modalidades de vínculos associativos Demais partidos**		Modalidades de vínculos associativos Geral***	
Associação/entidade/ movimento/conselho	N	Associação/entidade/ movimento/conselho	N	Associação/entidade/ movimento/conselho	N
Conselho assistência social	02	Conselho assistência social	--	Conselho assistência social	02
Conselho criança e adolescente	01	Conselho criança e adolescente	03	Conselho criança e adolescente	04
Conselho direitos humanos	02	Conselho direitos humanos	01	Conselho direitos humanos	03
Conselho educação	02	Conselho educação	02	Conselho Educação	04
Conselho meio ambiente	01	Conselho meio ambiente	--	Conselho meio ambiente	01
Conselho saúde	02	Conselho saúde	04	Conselho Saúde	06
Deficientes físicos	--	Deficientes físicos	02	Deficientes físicos	02
Empresarial/comercial	--	Empresarial/comercial	03	Empresarial/comercial	03
Entidade assistencial	--	Entidade assistencial	01	Entidade Assistencial	01
Entidade profissional	10	Entidade profissional	04	Entidade Profissional	14
Frente de prefeitos	02	Frente de prefeitos	--	Frente de prefeitos	02
Militância católica	04	Militância católica	--	Militância católica	04
Moradores/comunitárias	04	Moradores/comunitárias	01	Moradores/comunitárias	05
Entidade estudantil	11	Entidade estudantil	01	Entidade estudantil	12
MST	02	MST	--	MST	02
Mulheres	11	Mulheres	07	Mulheres	18
Professores	11	Professores	03	Professores	14
Servidores públicos	07	Servidores públicos	03	Servidores públicos	10
Sindicato categorias urbanas	03	Sindicato categorias urbanas	--	Sindicato categorias urbanas	03
Total	75	Total	35	Total	110

Fontes: Fichas biográficas parlamentares; Verbetes biográficos do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. *Dentre as 41 mulheres eleitas por estes partidos. **Dentre as 24 mulheres eleitas pelos seguintes partidos: PFL/DEM, PMDB, PSDB, PDT, PTB, PV, PL, PST, PTdoB. ***Dentre os processos de entrada de mulheres em cargos na Câmara cujas bases principais de recursos remetem às formas variadas de associativismo.

4.3 Quando o parentesco e o militantismo se encontram

A oposição *a priori* e do ponto de vista analítico entre, de um lado, os recursos de parentesco relacionados aos pertencimentos à “famílias de políticos”, e de outro lado, os recursos associados com as inserções em grupos militantes, não é linear nem ajustada ao contexto prático de um conjunto de trajetos de agentes cujas inserções e fontes de créditos pessoais são simultaneamente ancorados em determinados “históricos familiares” e processos de engajamento social e político. A imbricação entre estes dois princípios de legitimação dá origem a estratégias híbridas de apresentação, onde vínculos pessoais-familiares e os reconhecimentos gerados via inserções em grupos e/ou “causas” se reforçam. Mais fortemente dotadas de recursos escolares, compõem esse grupo especialmente as filiadas ao PT e ao PSB eleitas para a Câmara a partir dos anos 2000.

O percurso de Janete Capiberibe é exemplar a respeito de como os trunfos de militantismo podem estar combinados com aqueles que remetem aos vínculos de ordem pessoal-familiar e serem convertidos em acesso a postos políticos. No caso específico de Janete, o ingresso em atividades políticas acontece quando ainda era estudante secundarista, aos 16 anos de idade, quando adere às “lutas estudantis” e se filia ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Junto com o seu “companheiro de luta” e marido, João Cabiberibe, durante o período da ditadura militar, Janete é presa no ano de 1970 após atuação em uma “missão” ligada a ALN (Ação Libertadora Nacional) em Belém a fim de arregimentar militantes para as atividades de guerrilha.

O casal embarca para o “exílio político” no exterior (Bolívia, Peru, Chile, Canadá) e retorna ao Brasil após a aprovação da Lei da Anistia, em 1979. Ambos aderem ao PMDB no início dos anos 1980 e se filiam anos depois ao PSB, legenda pela qual igualmente iniciam seus itinerários de ocupação de cargos eletivos. Nas eleições de 1988, Janete é eleita vereadora na capital Macapá enquanto João se elege como prefeito; durante os anos 1990, enquanto Janete ocupa mandatos na Assembleia Legislativa, João é eleito governador do estado; e nos anos 2000, João se elege como senador e Janete ingressa na Câmara de Deputados (2002, 2006, 2010 e 2014).

Estas relações de militância na juventude compartilhadas “em casal” que se desdobram posteriormente em estratégias compartilhadas de apresentação eleitoral também estão na origem dos processos de entrada de outras mulheres em mandatos parlamentares. É o caso, por exemplo, de trajetos como os de Ana Corso e de Janete

Rocha Pietá, ambas eleitas deputadas federais pelo PT nos anos 1990 e 2000, respectivamente.

Ana Corso, natural de Caxias do Sul e estudante universitária do curso de educação artística na Universidade de Caxias do Sul nos anos 1980, se engaja em um grupo de atuação estudantil e adere ao PT neste período, quando conhece Gilberto Vargas, mais conhecido como “Pepe” Vargas, eleito vereador em Caxias do Sul nas eleições de 1988. O engajamento estudantil de Ana Corso se desdobra em ativismo sindical na década de 1990, com a sua atuação como presidente do Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Caxias do Sul e como integrante da direção estadual da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Quanto ao itinerário de ocupação de cargos eletivos, nas eleições de 1996, quando Pepe Vargas é eleito prefeito de Caxias do Sul, Ana Corso é eleita vereadora; depois assume como suplente na Câmara dos Deputados (2001-2002) e retorna para os mandatos no legislativo local em Caxias do Sul (2004, 2008, 2017) e para a ocupação de postos partidários, também em esfera local.

Janete Rocha Pietá, ingressante em mandatos na Câmara de Deputados também nos anos 2000, possui um trajeto semelhante aos dois anteriores no sentido dos recursos associados simultaneamente aos vínculos forjados em itinerários de engajamento partidário e aos laços de parentesco-matrimoniais. Nascida no Rio de Janeiro, Janete Pietá conclui o curso de licenciatura em história em uma faculdade privada e atua como professora no início dos anos 1970. Depois do casamento com Elói Pietá, em 1975, Janete muda-se para São Paulo e inicia seus itinerários profissionais de atuação em empresas do ramo da metalurgia e de atuação com os “movimentos sindicais” na cidade de Garulhos.

No início dos anos 1980, o casal adere ao PT e Elói Pietá é eleito vereador nas eleições de 1982, dando início a uma longa sequência de cargos eletivos ocupados. A militância partidária de Janete se atualiza em uma sequência de postos partidários locais, e durante as gestões de seu marido como prefeito de Garulhos, Janete passa a ocupar cargos públicos, primeiro como secretária de Ação Social e Solidariedade (2001-2005) e depois como Secretária de Saúde (2005-2006). Nas eleições de 2006 e de 2011 é eleita deputada federal, e em 2016, se elege como vereadora na cidade de Garulhos.

Há também trajetos de agentes marcados por recursos de parentesco associados aos laços de filiação e de socialização política inscritos em tradições de “famílias de esquerda”. A reprodução de determinadas disposições para a continuidade das inscrições nas “lutas” e a reivindicação destes laços e “legados” familiares pelas filhas de militantes vinculados a grupos de esquerda e detentores de carreiras político-eleitorais estão

presentes em trajetos como o de Telma de Souza e Luciana Genro, ambas eleitas deputadas federais pelo PT nos anos 1990 e 2000.

Telma de Souza é filha de pai e de mãe ocupantes de cargos eletivos locais na cidade de Santos, São Paulo. Depois da cassação, em 1964, do mandato de vereador de seu pai, João Inácio de Souza, vereador ao longo dos anos 1950 e 1960, a mãe de Telma, Hilda de Souza, ocupa o mandato de vereadora por breve período (1969-1973). Estudante de pedagogia nos anos 1960 e bacharel em ciências jurídicas e sociais formada no início da década de 1970, Telma fez estágios na Inglaterra e na Alemanha antes de tornar-se professora universitária e concluir o curso de pós-graduação em psicologia da educação na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo.

Para além da socialização política familiar e dos investimentos em recursos escolares mais elevados, os itinerários de engajamento partidário e sindical de Telma são do final dos anos 1970, quando Telma integra o “Comitê de Anistia de Santos” e participa da fundação do PT – credenciais constitutivas de seu “histórico político” reivindicadas em sua página de apresentação biográfica. Na década de 1980, Telma passa a ocupar postos partidários locais, além de integrar e “dirigir” a Associação dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo (APEOSP) e ser eleita como vereadora (1982-1992). O acesso a postos políticos parlamentares de maior prestígio são antecidos assim por uma combinação de recursos de socialização familiar e de parentesco com detentores de mandatos políticos, recursos escolares mais elevados e inserções em entidades de professores, além de postos partidários locais.

Luciana Genro é oriunda de uma família de advogados engajados em movimentos e partidos de esquerda do interior do Rio Grande do Sul. O avô paterno, Adelmo Genro, professor e advogado, era vinculado ao PTB, chegou a ser vice-prefeito da cidade de Santa Maria; o pai, Tarso Genro, se engajou ainda jovem em uma organização clandestina de esquerda, o PRC (Partido Revolucionário Comunista), depois ingressou no PT, partido pelo qual foi eleito prefeito de Porto Alegre na década de 1990, além de nos anos 2000 ter ocupado cargos ministeriais de elevado prestígio político e ter sido eleito governador. A socialização política familiar de Luciana é reforçada com um itinerário de engajamento em organizações estudantis e com a vinculação a uma organização de esquerda que à época integrava o PT, denominada Convergência Socialista.

Luciana inicia suas investidas em cargos parlamentares nos anos 1990, quando se elege deputada estadual aos 24 anos de idade, durante a gestão de seu pai como prefeito de Porto Alegre – depois é reeleita em 1998 e ingressa na Câmara de Deputados em 2003.

Expulsa do PT em função de divergências internas, Luciana é uma das fundadoras do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em síntese, o “legado” do compromisso com as “lutas políticas” se constitui como recurso de parentesco, herdado através de relações familiares, e como disposição convertida em inserções militantes, partidárias e ocupação de cargos político-eleitorais.

Ainda que os recursos de parentesco sejam relativamente raros nos processos de entrada de agentes eleitas especialmente por partidos como PT e PCdoB – no caso do PSB são bem mais presentes –, os trajetos brevemente descritos acima são ilustrativos, em suma, a respeito de como estes trunfos de parentesco e os itinerários de inserções em grupos militantes não se excluem e estão na origem de um conjunto de entradas de mulheres em postos parlamentares na Câmara de Deputados. As concepções e os significados que esse conjunto de recursos assumem nas estratégias de apresentação das agentes em questão, entretanto, remetem para simbologias mais híbridas do que aquelas presentes nos itinerários das herdeiras tradicionais, que tendem a reivindicar de forma mais central e direta os seus “legados familiares” e a disposição de “vocação familiar” para os postos políticos.

4.4 Conclusão

Para além do componente das credenciais familiares que são convertidas em trunfos de apresentação pessoal, em cada um dos trajetos das agentes os recursos de parentesco são associados com outras fontes de “qualidades” e de “experiências” prévias que antecedem as carreiras políticas. As formações escolares e os títulos universitários adquiridos, assim como a ocupação de cargos públicos anteriores, são frequentemente mobilizadas como recursos de apresentação “pública”. As agentes que dispõem de recursos de tradição política de cunho familiar são relativamente menos dotadas de recursos escolares (títulos universitários) e investem menos em vínculos de caráter associativo, porém são aquelas que possuem uma relação mais próxima com os trunfos relacionados com a ocupação de cargos públicos.

Na maior parte destes casos, os usos femininos relativamente singulares dos laços de parentesco no acesso a carreiras políticas consistem nos acionamentos não apenas das alianças matrimoniais em si, mas nos usos de tradições, de papéis e de cargos que remetem para o imaginário social das “esposas colaboradoras” com as formas de “gestão do social”. Do ponto de vista das modalidades de vínculos associativos que são

mobilizadas pelas agentes dotadas de recursos de parentesco com detentores de carreiras políticas, as especificidades consistem novamente nesta associação entre o “feminino” e o “social”, haja vista que os itinerários de inserção no âmbito dos conselhos municipais e/ou regionais direcionados para a “participação” da “sociedade civil” são os mais recorrentes, conjuntamente com as inserções em grupos e/ou atividades relacionadas a modelos e concepções de “voluntariado”.

O exame dos recursos sociais acumulados pelas agentes eleitas deputadas federais cujas principais bases de entrada em cargos políticos estão relacionadas mais diretamente com as formas variadas de associativismo, por sua vez, mostra que estas possuem em geral recursos escolares ligeiramente mais elevados e aqueles relativos à entrada em postos legislativos no âmbito das disputas municipais e/ou regionais. Os itinerários de engajamento e as modalidades de vínculos associativos que estão na origem das investidas destas mulheres em cargos parlamentares podem ser mais facilmente decodificadas a partir das suas filiações partidárias.

Enquanto dentre as recrutadas pelo PT, PCdoB e PSB os percursos são em sua maioria inaugurados durante os períodos escolares e desdobrados em inserções sindicais, sobretudo em formas de atuação sindical de categorias como professores/as e servidores/as públicos/as ou em entidades profissionais; dentre as mulheres recrutadas e eleitas por partidos como PMDB, PSDB, PFL-DEM, entre outros, os itinerários de participação são relativamente mais próximos daqueles descritos anteriormente para as herdeiras de recursos de notabilidade política familiar, porque estão em geral mais distantes do polo de atuações sindicais e em entidades profissionais, e mais próximas dos roteiros de participação em conselhos do social.

De toda forma, assim como no caso dos usos dos laços de parentesco pelas mulheres no acesso a carreiras políticas, as modalidades de associativismo mais recorrentes nos percursos das mulheres eleitas evidenciam outros tipos de trunfos de engajamento que estão em jogo, que dizem respeito, sobretudo, a determinados lócus de atuação “feminina”, bem menos próximos de universos como as associações empresariais, os sindicatos de categorias urbanas em geral, ou até mesmo no sentido das “lutas populares” e “camponesas” encampadas por setores de esquerda. No âmbito das inserções sindicais, a concentração em entidades ligadas ao professorado é sugestiva a respeito das diferenciações de gênero que marcam os percursos e os trunfos associativos, assim como as especialidades de atuação “no social” que acompanham as estratégias de apresentação de mulheres no acesso aos cargos políticos.

5 CARREIRAS POLÍTICAS “NO FEMININO”

Parte dos estudos que têm se dedicado ao tema das estratégias de profissionalização e das carreiras femininas apontam não apenas para as diferenciações de gênero que estão na origem dos tipos de capitais e de experiências que servem como trunfos de legitimação nas disputas político-eleitorais (ACHIN E LÉVÊQUE, 2006; SINEAU, 2011; NAVARRE, 2014), como também para as diferenciações que estão na origem das possibilidades sociais de carreiras nesse domínio específico de concorrência.

Estas diferenciações têm sido dimensionadas tanto no sentido dos indicadores que guardam relação com o tempo de permanência nesse circuito de posições (SINEAU, 2011), seja no sentido dos indicadores que remetem aos tipos de carreiras mais recorrentes, sobretudo centradas em postos de ênfase local, os “mandatos de proximidade”, e/ou relacionados com as formas de intervenção socialmente consagradas como aquelas do público feminino, de especialização “no social” (ACHIN, 2005; SINEAU, 2011).

A partir de Bourdieu (2014), é possível pensar em uma associação entre as posições dominadas no interior das lutas políticas e as classificações e as hierarquizações sociais de gênero, ou seja, há uma indicação da existência de lógicas de oposição entre domínios de competências específicas no interior das instituições de governo divididas de acordo com o masculino e o feminino, “(...) ficando as mulheres com a parte ligada ao estado social, não só como responsáveis por, como enquanto destinatárias privilegiadas de seus cuidados e de seus serviços” (Idem, p. 106).

Recentemente, trabalhos como o de Sineau (2011) retomam essa discussão e sugerem que as posições ocupadas por mulheres no interior das hierarquias governamentais tendem a aproximar as práticas de recrutamento de partidos tidos como mais à direita ou à esquerda no espectro das disputas ideológicas, na medida em que desde os anos 1990, quando começam a ser nomeadas para funções governamentais, as mulheres têm sido sistematicamente dirigidas para os domínios considerados como aqueles que remetem ao espaço de construções e de competências associadas com o universo feminino, independentemente de suas filiações ou convicções sociais e políticas.

Para Achin e Lévêque (2006), parte destas dificuldades estruturais que explicam as carreiras políticas distintas a depender do gênero podem ser associadas ao fato de que as posições mais altas no interior das hierarquias de órgãos e das “tarefas” implicam redes mais densas e atualizadas de informações, de contatos e de solidariedades, o que

continuará colaborando para as posições subalternas ocupadas por mulheres nos espaços da política. Guionnet e Neveu (2005) destacam nesse sentido que a posição de profanas herdada de um longo processo histórico de exclusão das disputas pelo poder político implica uma condição desigual de recursos tais como apoios partidários, em termos de notabilidades pessoais e de acesso a redes interpessoais que estruturam as possibilidades de ascensão nesse meio particular de disputas.

A especificidade dos recursos partidários detidos pelas mulheres, no sentido da construção social de itinerários de engajamentos que raramente se reconvertem em posições de poder no interior das organizações partidárias (ACHIN, 2004), assim como as experiências distintas que marcam os percursos de profissionalização política de homens e de mulheres, sendo estes últimos mais associados a ocupação de cargos locais de menor prestígio político (SINEAU, 2011), contribuem para reforçar a hipótese das lógicas específicas que marcam as carreiras políticas de homens e de mulheres no contexto francês.

Nesse capítulo, em especial, o objetivo está em contextualizar e demonstrar as variações em termos das estratégias de carreira de acordo com os recursos sociais detidos pelas agentes que passam a investir em cargos parlamentares. Além de serem relacionadas com as bases de recursos implícitas nos percursos das agentes, estas dimensões das carreiras parlamentares são avaliadas também em função dos diferentes contextos e dos pertencimentos partidários, com o objetivo de demonstrar certas formas de correspondência entre os trunfos detidos, de um lado, e as estruturas de oportunidades que estão implicadas nas modalidades de investidas e de posições passíveis de serem conquistadas.

São utilizadas como variáveis para dimensionar as diferenciações no sentido das estratégias de carreira: a idade de entrada em postos eletivos; a forma de ingresso em posições tidas como políticas, pela via da ocupação de cargos de indicação ou de caráter eleitoral; o primeiro cargo eletivo ocupado, no sentido das escalas de competição implicadas, mais ou menos locais e personalizadas; o tempo de duração das carreiras eletivas; e os tipos de carreiras eletivas de acordo com os cargos mais elevados galgados.

Como espera-se demonstrar, as distintas modalidades de carreiras não podem ser dissociadas dos recursos que estão na origem dos trajetos individuais das agentes, pois eles estão relacionados com as distintas possibilidades de estreias em cargos político-eleitorais, assim como do sequenciamento e da hierarquia das posições galgadas. Essas variações também são mais visíveis a partir das décadas de 1980 e 1990, quando as

carreiras femininas adquirem contornos relativamente mais diversificados, no sentido de novos trunfos que passam a ser mobilizados, tais como a ocupação prévia de cargos públicos, por exemplo. De outro lado, quando a natureza dos postos de indicação ocupados é analisada, as carreiras tendem a se aproximar novamente, independentemente das bases dos recursos detidos ou dos pertencimentos partidários que estão em jogo, pois as lógicas de divisão sexual do trabalho político tendem a se sobrepor diante de possíveis variações em termos de recrutamento e de seleção partidária.

5.1 Idade de entrada em cargos eletivos

A idade de entrada em cargos eletivos pode ser tomada como um indicador que está relacionado tanto com os diferentes momentos biográficos nos quais estão situados os investimentos em cargos político-eleitorais, mais ou menos precoces ou tardios do ponto de vista dos trajetos individuais, assim como guarda relação com as diferentes condições em termos das bases de recursos sociais que estão na origem dessas entradas. No contexto da França e da Alemanha, por exemplo, esse tipo de relação se apresenta como válida na medida em que a idade de entrada no parlamento apresenta uma relação direta com as fileiras de acesso aos postos, e as entradas tidas como precoces são viabilizadas principalmente pela via do militância, partidário em primeiro lugar, depois sindical e por último de caráter associativo (ACHIN, 2005, p. 174-175).

Nesse sentido, as idades de entrada em cargos políticos podem ser tomadas como indicadores a respeito dos processos de socialização em grupos e/ou “causas” variadas também destrinchados, por sua vez, em momentos biográficos mais precoces, diferentemente de itinerários nos quais, por exemplo, as investidas em posições desse tipo acontecem após anos de atuação profissional ou de inserções em diferentes domínios sociais que podem ser reconvertidos como trunfos de legitimação nas disputas político-eleitorais.

A concentração maior de entradas, com base no contexto analisado, está na faixa compreendida entre os 30 e 40 anos de idade (37%) e depois na faixa seguinte, entre os 41 e 50 anos (31,7%), o que indica uma relação de similitude com os processos de recrutamento parlamentar em geral – no sentido da consideração do público

predominantemente masculino – no contexto em pauta³¹ e descritos em outros trabalhos (MARENCO DOS SANTOS, 2000). As entradas precoces ou aquelas processadas em momentos relativamente mais tardios dos trajetos, têm um peso social igualmente reduzido – 13,5% dos casos até os 30 anos de idade; o mesmo índice para as iniciações entre os 51 e 60 anos; e apenas 4,3% para as entradas situadas numa faixa igual ou superior aos 61 anos.

A proposição anterior de Achin (2005), segundo a qual as carreiras políticas de mulheres se diferenciam não apenas daquelas do universo dos homens eleitos, mas entre si e de acordo com as bases dos capitais detidos, é importante também no contexto analisado porque ajuda a compreender as variações de carreiras encontradas no universo das mulheres eleitas, no sentido de que para as portadoras de credenciais relacionadas com a presença de parentes ascendentes com mandatos e/ou carreiras político-eleitorais, as entradas acontecem ligeiramente mais tarde em comparação com aquelas que possuem algum tipo de vínculo associativo.

A concentração das iniciações em cargos eletivos realizadas nas faixas de idade compreendidas até os 40 anos é maior dentre aquelas que não detêm recursos familiares e cujas apresentações envolvem os usos de formas variadas de ativismo. Já as entradas ocorridas em idades relativamente avançadas - entre os 51 e 60 anos, ou ainda igual ou superior aos 61 anos -, são antes associadas com os percursos das portadoras de trunfos de tradição política familiar.

³¹ - Em seu estudo sobre padrões de recrutamento parlamentar e preocupações normativas associadas a índices de coesão das bancadas partidárias, Marengo dos Santos (2000, p. 87) identifica que dentre as legislaturas compreendidas entre os anos 1946 e 1998, a principal idade em que os deputados em geral ocuparam seus primeiros cargos está concentrada na faixa dos 30 e 40 anos.

Tabela 13 – Idade de entrada em posto eletivo de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais

Idade de entrada em posto eletivo	Credenciais familiares		Credenciais associativas	
	N	%	N	%
Até 30 anos	13	11,8	09	12,9
Entre 31 e 40 anos	39	35,5	29	41,4
Entre 41 e 50 anos	34	30,9	24	34,3
Entre 51 e 60 anos	17	15,5	06	8,6
Acima de 60 anos	07	6,4	02	2,9
Total	110	100	70	100

Fonte: Fichas biográficas parlamentares, Câmara de Deputados.

As entradas em cargos eletivos antes dos 40 anos se apresentam como majoritárias ao longo do período: no seletor grupo das ingressantes em mandatos na Câmara entre os anos 1950 e 1970 (sete dos 10 casos), assim como dentre as deputadas federais eleitas nas décadas de 1990 e nos anos 2010 (32 dos 60 casos e 30 dos 58 casos, respectivamente). O perfil das idades mais avançadas de entrada, por sua vez, é identificado em especial dentre as ingressantes em mandatos no legislativo nacional nos anos 2000 (quando 27 dos 52 casos são concentrados nas faixas acima dos 41 anos de idade).

Tabela 14 – Idade de entrada em postos eletivos de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Idade de entrada em posto eletivo	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	Total
Até 30 anos	03	03	06	08	08	28
31 a 40 anos	04	08	26	17	22	77
41 a 50 anos	02	13	17	19	15	66
51 a 60 anos	01	04	08	07	08	28
61 anos ou mais	--	--	03	01	05	09
Total	10	28	60	52	58	208

Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro e fichas biográficas parlamentares, Câmara de Deputados.

As idades mais jovens ou avançadas de entrada em cargos eletivos variam também de acordo com as filiações partidárias das agentes, cujos polos são constituídos pelos grupos de parlamentares eleitas pelo PCdoB (nove dos 10 casos com ingresso antes dos 40 anos) e pelo PFL/DEM (15 dos 22 casos com ingresso acima dos 40 anos). De forma intermediária, filiadas a partidos como o PT e o PTB apresentam idades de entrada ligeiramente inferiores quando comparadas com aquelas vinculadas a partidos como o

PSDB, o PDS/PP e o PMDB, sendo que este último que concentra a maior parte dos casos das entradas tardias, acima dos 50 anos de idade.

Tabela 15 – Idade de entrada em posto eletivo de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2015, em números absolutos

Idade de entrada em posto eletivo	P T	P M D B	PFL/ D E M	P S D B	PDS/ P P	P S B	P C do B	P T B	P D T	P S C	O U T R O	T O T A L
Até 30 anos	06	03	02	04	01	--	03	--	01	--	05	25
31 a 40 anos	18	12	05	07	07	03	06	05	03	01	06	73
41 a 50 anos	13	11	10	05	05	03	--	03	03	03	08	64
51 a 60 anos	02	07	04	03	01	03	01	--	01	02	03	27
61 anos ou mais	03	01	01	--	01	01	--	--	--	--	02	09
Total	42	34	22	19	15	10	10	08	08	06	24	198

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

As principais diferenciações nos padrões de entrada de acordo com as filiações partidárias coincidem assim em parte com as modalidades de recrutamento mais ou menos associadas com determinados usos de vínculos associativos, especificamente aqueles ligados a inserções militantes mais precoces e duradouras. As idades de entrada são especialmente jovens em partidos como o PCdoB e o PT, cujas agentes apresentam itinerários fortemente imbricados com formas de associativismo relacionadas a grupos de política estudantil, aos movimentos de causas populares e sindicais.

A exceção aqui, nesse polo de agrupamentos partidários marcados fortemente pelos usos de vínculos associativos desses tipos, está nos trajetos das agentes filiadas ao PSB, que estão simultaneamente próximas tanto de esquemas de transmissão de notabilidades políticas de ordem familiar quanto de usos de credenciais de tipo associativo, e cujas entradas são relativamente tardias se comparadas a de partidos como o PCdoB e o PT.

De outro lado, os trajetos cujas bases sociais de entrada são antes relacionadas com vínculos familiares e com os usos de outros tipos de vínculos associativos, tais como as atividades de voluntariado, a criação de ongs ou ainda a participação em conselhos de “participação social”, sobretudo na esfera dos municípios, apresentam entradas mais tardias e são concentrados principalmente em partidos como o PFL/DEM, o PDS/PP e o PMDB, indicando assim que as bases de recursos sociais podem ser consideradas como

o principal fator de variação no quesito idade de entrada, ainda que não haja necessariamente uma inversão no sentido das faixas de idade predominantes nas quais estão situadas as iniciações em postos eletivos.

5.2 Entrada pela via dos cargos de indicação ou eletivos

A consideração das formas de ingresso em postos políticos – seja pela via dos cargos eleitorais ou pela via da ocupação prévia de cargos públicos de indicação – remete para a discussão em torno das bases sociais utilizadas como credenciais de legitimação para as posições e as carreiras galgadas ao longo dos trajetos individuais. Como apontou Coradini (2001, p. 153), os usos eleitorais dessas ocupações prévias de cargos públicos tendem a se constituir como uma forma de apresentação mobilizada por praticamente todos aqueles ou aquelas que possuem alguma passagem por cargos políticos.

De toda forma, diferentemente dos usos de recursos que remetem para as condições sociais de pertencimento a determinadas categorias em específico (profissional, associativas, religiosas, étnicas, etc.), as possibilidades de utilização da ocupação prévia de cargos públicos apontam antes para outras concepções e competências que podem ser associadas “ao político”, mais diretamente relacionadas a essa esfera de posições e de prestígios em disputa (CORADINI, 2001), o que reforça a importância de mapear as possibilidades sociais concretas desse tipo de recurso em particular.

Para uma ligeira maioria de agentes, ou em 55% dos percursos, as entradas acontecem pela via direta da ocupação de cargos eletivos, ou seja, sem a ocupação de cargos como aqueles relacionados a “assessorias” ou “públicos”, em secretarias de órgãos municipais ou estaduais, por exemplo. Nos demais casos (45% do universo), as estreias acontecem pela via dos cargos de indicação política. Como ver-se-á em seguida, esses trunfos relacionados com a ocupação de cargos políticos não eleitorais estão presentes nos itinerários de mulheres eleitas para a Câmara de Deputados, especialmente a partir dos anos 1980 – antes disso são praticamente raros – e sobretudo marcados por recursos de ordem familiar.

A ligação entre as bases de recursos sociais e as formas distintas de estreias em postos políticos³² aparece de forma acentuada em relação ao item anterior, haja vista que

³² - Esse mesmo tipo de relação entre as bases de recursos sociais e os padrões de ingresso em carreiras políticas já foi identificado em outros trabalhos cujos esforços estão direcionados ao entendimento das

estas últimas são praticamente invertidas tendo em vista as detentoras de credenciais relativas à herança e tradição política familiar, de um lado, e aquelas que não são portadoras desses trunfos e cujas apresentações são antes ancoradas em trunfos de caráter associativo. Enquanto dentre as primeiras os padrões comuns de ingresso são os referentes aos cargos de nomeação e “públicos”, dentre as segundas, as formas de entrada em cargos políticos ocorrem principalmente pela via das disputas eleitorais.

Tabela 16 – Forma de entrada em cargo político de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais

Forma de entrada	Credenciais familiares		Credenciais associativas	
	N	%	N	%
Cargo de tipo eleitoral	50	45,5	46	65,7
Cargo não eleitoral	60	54,5	24	34,3
Total	110	100	70	100

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Para as agentes que possuem recursos de parentesco, os cargos não eletivos de estreia mais recorrentes são respectivamente aqueles que remetem aos papéis sociais desempenhados pelas “primeiras-damas” em secretarias direcionadas para “o social” (“assistência” social, “ação” social, “desenvolvimento” social, e assim por diante), em praticamente metade dos casos; de assessorias parlamentares; cargos em empresas e fundações públicas; ou, em menor medida, aos postos em secretarias municipais e estaduais em áreas de atuação como educação e saúde, principalmente.

De outro modo, dentre as portadoras de trunfos exclusivamente associativos, os cargos de assessoria parlamentar são menos recorrentes (três casos) e os relativos a postos em secretarias municipais e/ou estaduais³³ são majoritários (20 dos 24 casos) e relativamente diversificados quando comparados no sentido das “áreas de atuação” privilegiadas – os postos ligados a pastas como educação e “ao social” são igualmente ocupados pelas mulheres eleitas deputadas federais.

diferentes modalidades de reprodução e de consagração das posições políticas associadas com os recursos de parentesco e no contexto de determinadas configurações regionais de poder (Grill, 2008; Reis e Grill, 2017).

³³ - A exceção aqui pode ser representada pelo percurso atípico de Maria da Conceição Tavares, filiada ao PT e eleita para um único mandato (1995-1999), que aciona um tipo de recurso praticamente raro dentro o universo de mulheres eleitas deputadas federais, qual seja, aquele de ocupação de cargo em ministério, ainda que por um curto período: a deputada mobiliza sua passagem pelo Ministério do Planejamento em 1986 como credencial política de apresentação (Fonte: Câmara de Deputados).

De toda forma, a identificação dos principais domínios de intervenção que antecedem os investimentos bem-sucedidos eleitoralmente em mandatos no legislativo nacional remete para as discussões em torno dos papéis sociais ao mesmo tempo dirigidos e procurados pelas mulheres em seus itinerários de adesões a posições tidas como políticas (DULONG, 2003). Nesse sentido, as lógicas de divisão do trabalho político de acordo com o gênero estão na origem das diferenciações que se estabelecem no interior das disputas e das estratégias de especialização em determinados “temas” de atuação levadas a cabo pelos agentes no interior dos mandatos parlamentares (ACHIN, 2005; SINEAU, 2011).

Isso porque as áreas consideradas como “femininas” ao longo dos cargos públicos ocupados previamente aos postos eletivos também remetem para os domínios tidos como femininos. O “social” contempla mais de 60% dos cargos ocupados, enquanto aqueles em secretarias municipais e/ou estaduais em áreas como saúde ou outras são minoritários. Os outros casos praticamente raros envolvem a ocupação de postos em áreas como administração, planejamento ou desenvolvimento agrário (um caso cada), tradicionalmente mais associados com domínios de atividades masculinas.

Em termos históricos, esses trunfos relacionados com a ocupação de cargos não eletivos estão presentes em três dos 10 percursos das agentes que ingressam no legislativo nacional entre os anos 1950 e 1970. Dentre as que ingressam nos anos 1980 e depois na década de 2000, atingem a sua maior marca (de 50%), porém não chegam a ser majoritárias em nenhum período ao longo do tempo analisado. Significa que, quando consideradas em conjunto, as estreias em disputas eletivas se apresentam como o principal modo de entrada associado ao universo de mulheres eleitas para a Câmara.

Tabela 17 – Forma de entrada em cargo político de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Forma de entrada	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	Total
Cargo de tipo eleitoral	07	14	35	26	33	115
Cargo não eleitoral	03	14	25	26	25	93
Total	10	28	60	52	58	208

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Quando as diferentes formas de entrada nos postos políticos são analisadas em função das filiações partidárias, há um pequeno grupo de partidos que concentram a maior parte dos ingressos realizados pela via direta da ocupação de cargos eletivos - PT, PCdoB,

PSDB e PDT. De outro lado, nas demais agremiações, o modo de entrada predominante envolve diferentemente a ocupação de cargos de indicação, com ênfase para as agentes filiadas a partidos como o PMDB, o PFL/DEM, o PDS/PP e o PSB, que concentram a maior parte das eleitas no período dos anos 1980 em diante que contam com esse tipo de trunfo particular.

Tabela 18 – Forma de entrada em cargo político de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2015, em números absolutos

Forma de entrada	P T	P M D B	PFL/ D E M	P S D B	PDS/ P P	P S B	P C do B	P T B	P D T	P S C	O U T R O	T O T A L
Cargo de tipo eleitoral	30	14	08	13	07	04	09	03	06	03	11	108
Cargo não eleitoral	12	20	14	06	08	06	01	05	02	03	13	90
Total	42	34	22	19	15	10	10	08	08	06	24	198

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Como visto, essa concentração das formas de entrada em cargo político pela via das disputas eleitorais está associada com determinados padrões de recrutamento mais em voga em determinadas agremiações partidárias. Além disso, os cargos de estreia de tipo eleitoral mais recorrentes como formas de ingresso em carreiras políticas também variam consideravelmente de acordo com as bases de recursos que estão presentes ao longo dos itinerários, assim como das filiações partidárias e dos períodos em voga.

5.3 Cargos eletivos de entrada

Os estudos recentes sobre os processos de recrutamento e de profissionalização política que incorporam a questão das condições e dos usos estratégicos do “gênero” ou do “feminino” em meio às disputas políticas no contexto da França (ACHIN E PAOLETTI, 2002; ACHIN E LÉVÊQUE, 2006; SINEAU, 2011; NAVARRE; 2014) têm demonstrado que as entradas ocorridas pela via da ocupação de cargos de tipo majoritário em esferas locais são relativamente raras quando são considerados os trajetos de mulheres ocupantes de mandatos parlamentares, cujos processos de iniciação tendem a remeter antes para outros tipos de esferas e de inserções que não aquelas tradicionalmente relacionadas com os percursos dos “notáveis locais” (GAXIE, 1993).

No estudo de Achin (2005), quando são comparados os trajetos das deputadas francesas e alemãs eleitas no período compreendido entre 1945 e os anos 2000, por exemplo, a principal diferença identificada entre os padrões de entrada nos dois países reside na maior ocupação de postos legislativos locais pelas deputadas francesas, enquanto dentre os percursos das deputadas alemãs, as entradas pela via dos mandatos parlamentares locais e nacionais apresentam o mesmo peso histórico e social (ACHIN, 2005, p. 169), indicando assim maiores possibilidades em termos de oportunidades de carreira e de cargos mais valorizados às deputadas alemãs.

No caso em pauta, as entradas em mandatos eletivos de tipo majoritário são igualmente raras (5% do universo) e as duas modalidades de itinerários mais comuns são aquelas onde os ingressos em cargos parlamentares na Câmara não são precedidos pela ocupação de cargos de tipo eletivo (48,5% dos casos) ou aqueles onde as carreiras são inauguradas pela via de ocupação de postos legislativos locais/municipais ou regionais/estaduais (31% e 14%, de forma respectiva). Essas duas possibilidades de entradas, por sua vez, estão relacionadas com as principais bases de recursos sociais que estão na origem dos percursos individuais analisados.

As principais variações nas formas de entrada dependem especialmente dos principais recursos detidos, sejam eles de ordem familiar ou relativos aos usos de vínculos associativos em geral. Inicialmente, porque dentre as que possuem recursos de herança política familiar, os primeiros cargos eletivos ocupados são predominantemente associados ao mandato de deputada federal (67%), enquanto as que mobilizam exclusivamente trunfos relacionados ao associativismo tendem a estrear em cargos eletivos no âmbito das disputas dos legislativos locais e regionais (69%).

Tabela 19 – Primeiro cargo eletivo de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos e percentuais

Primeiro cargo eletivo	Credenciais familiares		Credenciais associativas	
	N	%	N	%
Deputada federal	74	67,3	17	24,3
Vereadora	17	15,4	32	45,8
Deputada estadual	12	10,9	15	21,4
Prefeita ou vice-prefeita	06	5,5	05	7,1
Senadora	01	0,9	--	--
Vice-governadora	--	--	01	1,4
Total	110	100	70	100

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Quando as formas de entrada são observadas de acordo com as diferentes conjunturas e os períodos históricos, é possível constatar que até os anos 1980, a maioria das mulheres que ingressavam em mandatos na Câmara não detinham recursos relacionados a ocupação prévia de cargos político-eleitorais. Esse quadro começa a mudar a partir dos anos 1990 e se mantém ao longo das décadas seguintes, quando as entradas pela via da ocupação de cargos principalmente nos legislativos locais e regionais são ligeiramente superiores em relação àquelas feitas diretamente pelo acesso a cargos em nível federal.

Tabela 20 – Primeiro cargo eletivo de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015, em números absolutos

Primeiro cargo eletivo	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Anos 2010	Total
Dep. federal	08	18	29	19	27	101
Dep. estadual	--	04	07	09	10	30
Vereadora	02	05	20	17	20	64
Prefeita/Vice	--	01	04	05	01	11
Outros	--	--	--	02	--	02
Total	10	28	60	52	58	208

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

A relativa raridade dos percursos de mulheres que iniciam suas carreiras pela ocupação de cargos majoritários³⁴ – algo que não encontra correspondência no universo das carreiras políticas masculinas (ACHIN E LÉVÊQUE, 2006; SINEAU, 2011) –, e as carreiras circunscritas historicamente aos mandatos proporcionais locais e/ou regionais, estariam relacionadas, para Lévêque (2005), com os diferentes níveis de competição e os recursos de poder passíveis de serem acionados, seja em meio as disputas internas as organizações partidárias em seus processos internos de recrutamento, seja em meio as disputas frente as adesões do eleitorado, que nas esferas locais tendem a se apresentar como mais abertas aos “profanos” diante daqueles que já desfrutam de notabilidades e de recursos relacionados à ocupação de cargos de prestígio político.

³⁴ - Dentre os casos de agentes que ingressam em postos político-eleitorais pela via da ocupação de cargos majoritários locais, seis dentre onze delas foram eleitas prefeitas em cidades de interior, uma delas é eleita em capital, e outras quatro são eleitas como vice-prefeitas (duas em regiões de interior, e duas em regiões de capitais). A relação destes percursos com os recursos detidos não permite uma associação com apenas uma base de recursos, especialmente porque para seis casos há trunfos relacionados com herança política familiar e para os demais, os vínculos de ordem associativa se constituem como os mais utilizados enquanto formas de apresentação.

Essas estratégias de iniciação pela via dos cargos legislativos locais e/ou regionais, especialmente para as agentes menos dotadas de recursos de tradição política familiar e que passam a investir em carreiras desse tipo a partir dos anos 1990, também tendem a ser mais recorrentes nos percursos das agentes de determinados grupos partidários, em especial naqueles vinculados ao PT e ao PCdoB, e em menor medida, ao PSDB e ao PTB. Nos demais casos, as principais estratégias de carreira incluem predominantemente formas de iniciação no legislativo nacional e, portanto, não guardam relação com recursos relacionados a ocupação de mandatos ou carreiras eletivas prévias em outros níveis.

Tabela 21 – Primeiro cargo eletivo de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2015, em números absolutos

Primeiro cargo eletivo	PT	P M D B	PFL/ DEM	P S D B	PDS/ PP	P S B	P C do B	P T B	P D T	P S C	O U T R O	T O T A L
Dep. federal	12	20	12	09	09	05	--	03	04	06	13	93
Dep. estadual	09	04	03	01	02	01	03	02	02	--	03	30
Vereadora	17	05	05	09	03	03	07	03	02	--	08	62
Prefeita/Vice	03	04	02	--	01	01	--	--	--	--	--	11
Outros	01	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	02
Total	42	34	22	19	15	10	10	08	08	06	24	198

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

5.4 Duração das carreiras eletivas

Para além dos tipos de disputas e dos cargos mais recorrentes nas estratégias de carreira política das mulheres nesse domínio de concorrência predominantemente masculino, a duração das carreiras pode ser considerada como um indicador das inserções relativamente mais breves ou duradouras galgadas e acumuladas pelo público feminino quando comparadas às de seus homólogos masculinos (SINEAU, 2011) e, ao mesmo tempo, como um indicador dos fatores que diferenciam as carreiras parlamentares de mulheres entre si, sejam eles relacionados as principais fileiras sociais de acesso, as conjunturas políticas ou ainda os pertencimentos partidários (ACHIN, 2005).

O período de duração dos mandatos eletivos ocupados pelas agentes ao longo dos trajetos, sob esse ponto de vista, funciona também aqui como um indicador que aponta para a relativa raridade de carreiras longevas diante de inserções breves ou medianas em posições desse tipo. Aproximadamente um terço das agentes exerceram um ou dois

mandatos eletivos; a maior parte das carreiras é composta pelo exercício de três a cinco cargos (quase 50%); e de forma minoritária, carreiras compostas por um número igual ou superior a seis mandatos correspondem a uma parcela restrita do universo (pouco mais de 10%).

Quando a duração dos mandatos é analisado de acordo com os recursos sociais que estão na origem dos trajetos individuais, a principal diferenciação está no fato de que dentre as detentoras de recursos de herança política familiar, as carreiras tendem a ser ligeiramente mais breves do que aquelas levadas a cabo pelas portadoras de outras fontes de credenciais (36%) e, de forma relacionada, menos medianas ou longevas em comparação com os demais (50% e 14%, de modo respectivo). Os trajetos das agentes que se apresentam exclusivamente com base em itinerários de vínculos associativos, por sua vez, no sentido de não contarem com recursos de parentesco, são aqueles que estão associados com as carreiras mais marcadamente medianas e longevas (58% e 22%), como pode ser visto a seguir.

Tabela 22 – Duração das carreiras eletivas de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000, em números absolutos e percentuais

Duração das carreiras eletivas	Credenciais familiares		Credenciais associativas	
	N	%	N	%
Breve	25	35,7	11	20,0
Mediana	35	50,0	32	58,2
Longeva	10	14,3	12	21,8
Total	70	100	55	100

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Se dentre as ingressantes em mandatos na Câmara durante os anos 1950 e 1970 a maioria das carreiras pode ser considerada como marcada por passagens breves em cargos desse tipo (cinco dos 10 casos), quando são considerados os percursos das ocupantes de mandatos a partir dos anos 1980, as carreiras começam a ganhar contornos de investimentos e de posições galgadas relativamente mais duradouras. A proporção de ocupantes de três a cinco mandatos passa a ser majoritária e oscila entre 46%, ao longo dos anos 1980, e 54% na década de 2000. As carreiras longevas de especialização político-eleitoral, de outro modo, são sistematicamente minoritárias durante todo o período analisado e não ultrapassam a proporção de 18% tendo em vista os postos galgados pelas ingressantes em mandatos na década de 1990.

Tabela 23 – Duração das carreiras eletivas de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000*, em números absolutos

Duração das carreiras eletivas	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Total
Breves	05	11	18	16	50
Medianas	02	13	31	28	74
Longevas	03	04	11	08	26
Total	10	28	60	52	150

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Se forem consideradas de acordo com as filiações partidárias das agentes, a duração das carreiras eletivas indica que as diferenciações estão associadas principalmente com as permanências mais duradouras em mandatos eletivos daquelas que são vinculadas a partidos como o PCdoB e o PT, cujos percursos apresentam relações de maior proximidade com as inserções em organizações estudantis, sindicais e partidárias.

Tabela 24 – Duração das carreiras eletivas de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2000, em números absolutos

Duração das carreiras eletivas	PT	P M D B	PFL/ D E M	P S D B	PDS/ PP	P C do B	P D T	P S B	P T B	O U T R O	T O T A L
Breves (um ou dois mandatos)	07	11	03	06	06	--	03	01	--	08	45
Medianas (três a cinco mandatos)	20	12	17	06	03	03	03	03	04	01	72
Longevas (seis ou mais mandatos)	05	04	--	01	03	06	01	02	--	01	23
Total	32	27	20	13	12	09	07	06	04	10	140

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Dentre as filiadas ao PCdoB, as carreiras tidas como longevas são excepcionalmente as que predominam (seis dos nove casos dentre as ocupantes de mandatos na Câmara até os anos 2000). No caso das filiadas ao PT, a proporção de eleitas cujas carreiras podem ser tidas como medianas é significativamente maior do que aquela identificada para os percursos de filiadas a partidos como o PMDB e o PFL/DEM, que também são associados principalmente a carreiras medianas. No polo oposto, ou seja, dos itinerários marcados por períodos breves de exercício de mandatos eletivos, estão as vinculadas ao PDS/PP, em primeiro lugar, ou ao PDT e ao PSDB, onde as carreiras breves e medianas são igualmente recorrentes.

5.5 Tipos de carreiras em função dos cargos mais altos ocupados

A maior parte das carreiras³⁵ corresponde, em primeiro lugar, aos itinerários que combinam a ocupação de postos legislativos locais e/ou regionais com o(s) mandato(s) no legislativo federal (40,7%) e, em segundo plano, aos itinerários centrados exclusivamente na ocupação de mandatos na Câmara (34,7%), indicando assim que cerca de 75% das agentes apresentam carreiras centradas em cargos de tipo proporcional, menos competitivos e exigentes do ponto de vista dos recursos detidos comparativamente aos níveis de competição mais individualizados e personalizados das disputas que envolvem os postos majoritários.

As estratégias de carreiras eletivas baseadas, por sua vez, na combinação de mandatos legislativos e majoritários, podem ser subdivididas novamente em função dos níveis de competição mais ou menos acentuados do ponto de vista das hierarquias dos cargos e dos recursos implicados, seja no sentido das disputas locais entre grupos e alianças que envolvem os cargos majoritários no âmbito das esferas municipais, seja no sentido das disputas mais acirradas que envolvem as formas de confronto no acesso para os cargos majoritários e masculinos de maior prestígio.

No caso em pauta, a proporção de agentes que conseguem galgar cargos majoritários em esferas locais ou de maior prestígio político é bastante próxima: enquanto 13% ocupam cargos majoritários no âmbito dos municípios, 12% apresentam carreiras cujos postos mais elevados atingidos são aqueles de senadora e/ou de governadora. Mesmo de forma conjunta, quando comparadas com as carreiras baseadas na ocupação de mandatos legislativos, ambas as modalidades de itinerários que envolvem as disputas eleitoralmente bem-sucedidas por cargos majoritários, independentemente dos níveis de competição implicados, apresentam-se como minoritárias.

Dentre as detentoras de recursos associados com heranças políticas familiares, os tipos de carreiras políticas geralmente remetem para a ocupação exclusiva de mandatos no legislativo federal (41,5%) e depois para aquelas que dizem respeito a combinação de postos legislativos municipais e/ou estaduais com cargos na Câmara (27%). Essa relação aparece invertida nos percursos das agentes dotadas de recursos de tipo associativo. Em

³⁵ - Os índices não incluíram as 58 ingressantes em postos na Câmara dos mandatos 2011-2015 e 2015-2019.

primeiro lugar estão as carreiras compostas pela atuação em legislativos locais (60%) e em segundo aquelas relacionadas com a ocupação de mandatos na Câmara (20%).

Outra diferenciação entre as carreiras eletivas de acordo com as bases dos recursos detidos diz respeito a proporção ligeiramente acentuada de agentes que galgaram cargos de tipo majoritário dentre aquelas que possuem recursos de tradição política familiar (31%) quando comparadas com as que se valem de vínculos associativos (20%). Significa, em suma, que as bases de recursos que estão na origem dos percursos também guardam relação com diferentes carreiras, ora mais próximas dos cargos legislativos nacionais e majoritários (locais ou não), ora em carreiras legislativas que combinam postos municipais e no âmbito nacional.

Tabela 25 – Tipo de carreira eletiva de acordo com os itinerários de mulheres ingressantes na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000, em números absolutos e percentuais

Tipo de carreira eletiva	Credenciais familiares		Credenciais associativas	
	N	%	N	%
Com legislativo local e/ou regional	19	27,1	33	60,0
Apenas no legislativo nacional	29	41,5	11	20,0
Com postos majoritários locais	12	17,1	06	10,9
Com majoritários não locais	10	14,3	05	9,1
Total	70	100	55	100

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Quando os itinerários de ocupação de mandatos eletivos por mulheres são analisados de acordo com o período de ingresso na Câmara, é possível identificar uma certa temporalidade dos tipos de postos que vão sendo galgados em diferentes períodos. Enquanto as carreiras centradas exclusivamente em cargos no legislativo nacional são predominantes dentre os percursos das agentes eleitas deputadas federais durante os anos 1950 e 1970; as carreiras daquelas que ingressam na Câmara nos anos 1980 passam a incluir de forma mais recorrente a ocupação de cargos proporcionais e majoritários nas esferas municipais, o que se acentua nas décadas seguintes.

Os percursos das ingressantes no legislativo nacional das décadas de 1990 e de 2000, por sua vez, apresentam trunfos relativamente novos relacionados com as disputas majoritárias eleitoralmente bem-sucedidas não mais circunscritas aos municípios. São relativamente novas porque eram até então inexistentes no universo das mulheres eleitas deputadas federais nas décadas anteriores.

Tabela 26 – Tipos de carreiras eletivas de acordo com o período de ingresso de mulheres na Câmara de Deputados entre 1950 e 2000, em números absolutos

Tipos de carreiras eletivas	1950-70	Anos 1980	Anos 1990	Anos 2000	Total
Com legislativo local e/ou regional	02	10	25	24	61
Apenas no legislativo nacional	07	11	20	14	52
Com postos majoritários locais	--	07	10	09	26
Com majoritários não locais	01	--	05	05	11
Total	10	28	60	52	150

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

As diferenciações entre os tipos de carreiras eletivas também estão associadas com as filiações partidárias das agentes. As estratégias de valorização de cargos proporcionais em esferas municipais e estaduais são concentradas em especial nos trajetos das filiadas a partidos como o PT e o PCdoB, e em menor intensidade das filiadas ao PFL/DEM, PSDB, PDT ou PSB. De outro lado e de forma menos recorrente, as estratégias de carreiras eletivas centradas em postos no legislativo nacional marcam mais os trajetos das agentes filiadas ao PDS/PP e ao PMDB, sigla esta que reúne também o maior número de agentes cujas carreiras passam pela experiência relativamente rara dentre o universo de mulheres de ocupação de cargos majoritários no âmbito dos municípios (seis dos 19 casos).

Tabela 27 – Tipos de carreiras eletivas de acordo com as filiações partidárias de mulheres com mandato na Câmara de Deputados entre 1979 e 2000, em números absolutos

Tipos de carreiras eletivas	PT	P M D B	PFL/ D E M	P S D B	PDS/ PP	P C do B	P D T	P S B	P T B	O U T R O	T O T A L
Com legislativo local e/ou regional	17	06	08	06	03	07	04	03	02	03	59
Apenas no legislativo nacional	08	12	05	05	06	--	03	01	--	05	45
Com postos majoritários locais	03	06	03	01	02	--	--	02	01	01	19
Com majoritários não locais	04	03	04	01	01	02	--	--	01	01	17
Total	32	27	20	13	12	09	07	06	04	10	140

Fontes: Fichas biográficas parlamentares, dicionário histórico-biográfico brasileiro e páginas/sites de apresentação pessoal.

Para além dos cargos eletivos, a ocupação de cargos de indicação política em hierarquias mais elevadas, como o de ministra, por exemplo, é praticamente rara e está presente como trunfo de atuação em apenas sete dos 208 percursos analisados. Com a exceção das pastas de Agricultura e Turismo, as demais dizem respeito a pastas em áreas como Assistência Social, Mulheres, Direitos Humanos e Cultura, igualmente apontadas como as mais identificadas com as competências sociais tidas como femininas,

relacionadas igualmente com os processos de socialização de gênero que são atualizados em várias esferas do social.

5.6 Conclusão

Em termos gerais, as idades de entrada em cargos eletivos das mulheres são bastante semelhantes às aquelas identificadas para o público masculino (MARENCO DOS SANTOS, 2000; MESSEMBERG, 2002; PINHEIRO, 2006). Na maior parte das vezes, os ingressos em postos eletivos se dão diretamente pela própria Câmara de Deputados, indicando a fragilidade dos recursos relacionados à ocupação prévia de “cargos públicos” em geral. Quanto ao tempo de duração das carreiras, há uma ampla maioria de passagens curtas por estes cargos de natureza político-eleitoral, predominantemente de tipo proporcional, menos competitivos e exigentes do ponto de vista dos recursos detidos em comparação aos níveis de competição mais individualizados e personalizados das disputas que envolvem os cargos majoritários. Essa forte especialização em mandatos legislativos tende a contemplar, na maior parte dos percursos, a passagem pelo “legislativo nacional” com o exercício de cargos de tipo proporcional no âmbito dos municípios e dos estados.

Quando as carreiras políticas de mulheres são consideradas sob o ponto de vista das principais mudanças que vão sendo processadas ao longo do período analisado, as décadas de 1980 e de 1990 funcionam como marcos de novas posições ou de trunfos que vão sendo sucessivamente galgados pelas agentes, o que inclui um incremento dos cargos públicos ocupados previamente aos mandatos eletivos, assim como das iniciações pela via da ocupação de postos eletivos locais e/ou estaduais, sobretudo de tipo proporcional; e ainda a viabilidade de carreiras que começam a ganhar contornos de posições mais duradouras em relação aos períodos anteriores.

Esse processo de diversificação das carreiras políticas de mulheres guarda uma relação importante com as bases dos recursos sociais detidos pelas agentes, tal como sugerido por Achin (2005). Dentre as portadoras de credenciais fundamentadas em recursos de tradição política familiar, os trunfos relacionados a ocupação de postos de indicação são mais frequentes, e as entradas em cargos eletivos tendem a ocorrer em idades relativamente avançadas e em escalas de competição mais nacionalizadas. De outro lado, dentre as agentes que não contam com recursos de ordem familiar e mobilizam fundamentalmente credenciais de tipo associativo, as entradas em carreiras políticas

tendem a acontecer comparativamente mais precocemente pela via dos cargos eletivos nos legislativos municipais.

Os tipos de carreiras mais recorrentes também estão relacionados com as distintas bases sociais de entrada. Enquanto dentre as detentoras de recursos de ordem familiar, as carreiras tendem a ser principalmente breves e medianas; as agentes que acionam recursos relacionados com formas variadas de associativismo apresentam um tempo maior de ocupação de postos eletivos e suas carreiras são respectivamente medianas, longevas e breves. Para além do tempo de duração das carreiras, quando estas são consideradas sob o ponto de vista dos postos frequentemente ocupados, há diferenças significativas entre uma maioria de agentes cujas carreiras contemplam predominantemente cargos no legislativo federal e aquelas cujos itinerários de especialização eleitoral são marcados antes pela combinação de postos em legislativos locais com ingressos na Câmara em algum momento dos percursos. O quadro a seguir sintetiza essas modalidades distintas de carreiras.

Quadro 2 – Carreiras políticas de acordo com os recursos sociais relativos aos itinerários de mulheres ocupantes de mandatos na Câmara de Deputados entre 1950 e 2015

		BASES DE RECURSOS SOCIAIS	
		Recursos de herança política familiar	Recursos Associativos
C A R R E I R A S	Formas de ingresso em cargos políticos	Ocupação prévia de cargos públicos	Estreias pela via dos postos eletivos
	Idade de entrada em postos eletivos	Ligeiramente mais tarde, após os 41 anos de idade	Ligeiramente mais cedo, antes dos 41 anos de idade
	Primeiro cargo eletivo ocupado	Deputada federal	Vereadora
	Tempo de duração das carreiras	Carreiras medianas e breves	Carreiras medianas e longevas
	Carreiras eletivas de acordo com os principais postos	Cargos legislativos exclusivamente na esfera federal	Cargos legislativos em esferas locais e/ou regionais e na Câmara

Fonte: Elaboração da autora.

Por fim, a natureza dos cargos de indicação ocupados previamente aos de tipo eleitoral e também aqueles ocupados ao longo das carreiras indica que as discussões em torno da construção social de uma especialidade “no social” tida como feminina (DULONG E LÉVÊUQUE, 2002; DULONG, 2003) também se apresentam como um

parâmetro de análise que encontra correspondência em contextos históricos e sociais como o que está em pauta nesse estudo. No caso dos trajetos das agentes dotadas de recursos de tradição política familiar, as apresentações políticas são mais imbricadas com a ocupação prévia de cargos de “gestão feminina do social”. Dentre as agentes com apresentações centradas em recursos de militâncias, tanto o “social” quanto a “educação” aparecem como as principais áreas “políticas” de atuação, áreas estas que tradicionalmente remetem para a construção de competências sociais tidas como “femininas” e relacionadas com os processos de socialização de gênero atualizados em várias esferas do social. A reprodução dos esquemas de divisão sexual do trabalho social tendo em vista as posições associadas ao poder político implica, por sua vez, que os papéis construídos e associados historicamente ao “feminino” sejam mobilizados como forma de competência social frente às disputas políticas.

6 CONCLUSÃO

A análise das bases sociais de entrada das mulheres com passagem pela Câmara dos Deputados durante o período analisado é reveladora de um processo de diversificação dos recursos detidos pelas agentes, especialmente a partir dos anos 1980 e início dos anos 1990, no contexto de “abertura” e de “redemocratização” do país, quando o padrão predominante das agentes dotadas de trunfos relativos à herança política familiar entra em concorrência com outros tipos de recursos, principalmente aqueles oriundos de inserções em organizações militantes e/ou partidárias situadas mais à esquerda no espectro político e ideológico.

Este movimento de diversificação dos recursos, entretanto, não significa que os laços de parentesco tenham historicamente deixado de incidir sobre as entradas de mulheres em cargos parlamentares. Ainda que tenha havido uma diminuição do peso do familismo como base social entre as décadas de 1950 e de 1990, as conversões dos laços de parentesco com familiar(es) “políticos” voltam a crescer de modo significativo nas últimas décadas. Diferentemente da perspectiva dos trabalhos nacionais que têm se dedicado à temática das “mulheres na política” e que frequentemente tendem a subestimar o peso dos recursos familiares na análise dos processos de entrada em cargos parlamentares (PINHEIRO, 2006; PINTO E SILVEIRA, 2018), a tese auxilia no entendimento da persistência dos lastros sociais dessa modalidade particular de legitimação política.

Em outros contextos sociais e políticos, como apontado pela bibliografia pertinente, as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX em países centrais parecem ter convergido para uma diversificação das atividades, das concepções e dos papéis desempenhados pelas mulheres em domínios variados – principalmente em função do aumento dos níveis de escolarização, das inserções em atividades remuneradas e dos afastamentos (relativos) das obrigações e das tarefas domésticas –, e este conjunto de mudanças ajudaria a explicar em parte o fenômeno dos investimentos crescentes das mulheres em itinerários de engajamento social e de profissionalização política (GUIONNET E NEVEU, 2005).

Se estudos como o de Achin (2005) evidenciam justamente o peso reduzido das heranças políticas familiares nas entradas de mulheres em carreiras parlamentares em países como França e Alemanha e também a importância crescente dos recursos escolares,

das atividades profissionais e dos itinerários de engajamento no acesso aos postos políticos, no contexto histórico e social em pauta, a esfera das relações e dos papéis familiares se constitui como uma das principais portas de entrada às competições e às carreiras políticas ao longo do tempo.

As lógicas sociais de reprodução de grupos familiares nos espaços da política têm sido debatidas em uma série de estudos que tratam dos processos históricos de seleção e de afirmação de frações de elites em condições periféricas (BADIE E HERMET, 2001; GRILL, 2013), e portanto estão longe de constituírem-se como algum tipo de atributo excepcional do público “feminino” e das suas entradas nas competições por cargos parlamentares. Entretanto, as modalidades de parentesco acionadas predominantemente pelas mulheres são outras, haja vista a centralidade das relações de conjugalidade e do papel social de esposa mobilizados como formas de apresentação política – em especial em partidos cujos critérios de seleção são mais assentados em redes de relações pessoais e vínculos de parentesco, no caso específico do universo analisado, tais como PDS/PP, PMDB, PFL/DEM ou ainda PSB.

Na dimensão referente aos recursos escolares detidos, a posse elevada de diplomas universitários, por sua vez e diferentemente, aparece como um tipo de trunfo social menos dependente dos processos de recrutamento e de seleção partidária. O perfil majoritário de mulheres cujas origens e trajetórias sociais permitiram o acesso aos níveis mais elevados de recursos escolares está distribuído de forma relativamente equilibrada entre os grupos de partidos e ao longo das décadas. As mudanças nas condições de aquisição dos diplomas universitários dizem respeito ao aumento dos cursos de ensino superior frequentados em instituições situadas fora das regiões de capitais e de caráter privado, acompanhando assim em parte as mudanças do próprio mercado escolar nacional.

Mais do que a posse em si de títulos de nível superior, tratou-se de demonstrar que as atividades sociais de atribuição de determinadas competências profissionais tidas como “femininas” também encontram correspondência no espaço da política (GUIONNET E NEVEU, 2005; ACHIN, 2005). A forte concentração em áreas de formação universitária como “sociais aplicadas”, “ciências humanas”, “saúde” e “letras e artes”, de um lado, e a raridade de cursos de nível superior em áreas como “engenharias”, “agrárias” e “exatas”, de outro, são sugestivas a respeito das lógicas de divisão de gênero do trabalho social que são transpostas para a esfera das competições políticas.

As dinâmicas de diferenciação de gênero que atravessam os modos sociais de constituição de determinadas competências “profissionais” e que são reproduzidas para o espaço político também estão expressas no predomínio da categoria do professorado como atividade ocupacional que corresponde a mais de um terço das apresentações das mulheres eleitas deputadas federais a partir da década de 1950, e que apenas nos anos 2010 deixa de ser a mais recorrente nas declarações profissionais mapeadas. Mesmo com as variações encontradas a depender das filiações partidárias das agentes, a atividade profissional relacionada ao exercício do magistério pode ser tomada como a principal na maioria dos partidos.

Quando agregadas, as ocupações relativas ao magistério, à assistência social e à psicologia correspondem a mais da metade do universo investigado. Ainda que as atividades tradicionalmente associadas ao *métier* político masculino também apareçam no universo das apresentações das deputadas eleitas – as mais recorrentes são advocacia, funcionalismo público, empresariado, jornalismo e medicina –, elas possuem um peso reduzido diante da categoria do professorado (ACHIN, 2005). De toda forma, a variedade das concepções e dos significados subjacentes aos percursos de atuação profissional exigiria um esforço de análise mais qualitativo sobre as possíveis relações entre as distinções de gênero no exercício das mesmas atividades profissionais e os impactos disso nas estratégias de apresentação eleitoral e política.

O exame dos trajetos das mulheres eleitas deputadas federais quanto aos seus itinerários de inserção em “organizações”, “causas” e/ou grupos militantes em geral, por sua vez, é sugestivo a respeito dos movimentos de crescimento e de diversificação dos usos de recursos associativos nos acessos aos cargos parlamentares a partir do final dos anos 1980, em um contexto de acirramento da competição eleitoral entre diferentes agentes e grupos políticos – hipótese já formulada e testada para a “classe política” (CORADINI, 2007).

Se durante os anos 1950 e 1970 os recursos associativos eram pouco recorrentes e relacionados com esferas de atuação como o “voluntariado social”, ao longo dos anos 1980 eles são ampliados e diversificados para frentes de atividades como o “sindicalismo”, a “política estudantil” e os “movimentos populares”, sobretudo diante do crescimento eleitoral de bancadas compostas por grupos partidários que promovem e/ou reforçam essas formas de intervenção política. A partir dos anos 1990, crescem nas apresentações políticas das mulheres eleitas os usos de atuações forjadas em nome da

“sociedade civil”, em “organizações não-governamentais” e, principalmente, nos espaços dos “conselhos públicos” dedicados à uma diversidade de “problemas sociais”.

Além disso, há modalidades distintas de recursos associativos que podem ser mais ou menos creditadas a determinados partidos. Com exceção dos acionamentos de inserções em “conselhos” de “participação social”, que aparecem relacionados com filiações partidárias bastante difusas, os recursos militantes ligados ao “sindicalismo”, ao “movimento estudantil” e aos “movimentos populares” são fortemente circunscritos aos trajetos das agentes eleitas por partidos como o PT, o PCdoB e o PSB, cujos perfis parlamentares são frequentemente marcados pela mobilização generalizada de trunfos sociais de engajamento (CORADINI, 2001; CORADINI, 2007).

No polo dos percursos das agentes vinculadas a organizações partidárias que tendem a valorizar menos em seus critérios de seleção os usos de recursos associativos – PDSB e PMDB, dentre os que elegeram um contingente maior de mulheres como deputadas federais, ou PTB, PDT e PP, dentre os que elegeram menos mulheres –, as modalidades de vínculos associativos predominantes estão mais próximas de esferas de atuação como o “voluntariado social” e as “atividades filantrópicas”, ou ainda, da criação de “entidades sociais” tais como “ongs”, “institutos”, “fundações” e assim por diante.

Se em alguns estudos nacionais as oposições entre os atributos sociais das heranças políticas familiares e as formas variadas de militância aparecem como excludentes entre si e dadas *a priori*, a presente tese aponta no sentido de que para um conjunto relevante de percursos das agentes que compõem o universo em questão, é preciso relativizar essas oposições entre “capital familiar” e “capital delegado dos movimentos sociais” (PINHEIRO, 2006) e avançar na compreensão das modalidades de combinação entre eles a partir da análise dos trajetos sociais.

Não significa que estas oposições não sejam válidas para um conjunto relevante dos trajetos analisados, principalmente em se tratando dos perfis das herdeiras políticas ocupantes de cargos parlamentares entre os anos 1950 e 1970. Entretanto, é preciso considerar que o entrecruzamento entre estes dois tipos de recursos tem dado origem também a estratégias híbridas de apresentação, onde os vínculos de tradição política familiar e aqueles gerados via inserções em grupos e/ou “causas” se reforçam e são tomados simultaneamente como formas de apresentação política.

Como demonstrado, os recursos de parentesco não estão desvinculados de outros modos de legitimação social. As operações de transmissão das notabilidades políticas

familiares não consistem em simples automatismos decorrentes de patrimônios herdados, pois implicam disposições e investimentos por parte daqueles/as que se dispõem a dar continuidade aos “legados” herdados. Significa que os recursos de parentesco são associados com outras fontes de “qualidades” e de “experiências” prévias que antecedem as carreiras políticas, tais como a aquisição de títulos universitários e de “qualificações profissionais”, a ocupação de cargos públicos, assim como os itinerários de engajamento em “entidades” e em “obras sociais”.

Mais do que as alianças conjugais em si mesmas – principal modalidade de recurso de parentesco presente nos trajetos das mulheres eleitas deputadas federais no período analisado –, estão em jogo operações de ativação de tradições relativas ao primeiro-damismo e também dos papéis de gênero construídos socialmente como “femininos”. Os usos políticos da tradição do primeiro-damismo, como sinalizado por Melleray (2005), remetem para crenças que reforçam o imaginário social acerca do papel de “esposa colaboradora” a ser desempenhado pelas mulheres.

Contudo, diferentemente das dinâmicas específicas do contexto analisado pela autora, onde as estratégias de apresentação assentadas em trunfos de “jogar como casal” aparecem antes como uma espécie de simbologia explorada pelos agentes masculinos em suas apresentações “públicas” e também pelos veículos midiáticos, no Brasil os usos do papel de “esposa colaboradora” e de “gestora do social” estão na origem de um conjunto significativo de trajetos de mulheres que ingressaram em mandatos parlamentares na Câmara de Deputados, desde os anos 1950 até as últimas décadas.

Na outra ponta, o exame dos trajetos das agentes desprovidas de recursos de herança política familiar e com itinerários de militâncias partidárias e/ou em “frentes de atuação” as mais variadas revela, em primeiro lugar, a conformação de determinados nichos de associativismo marcados por diferenciações de gênero. As inserções em associações empresariais, sindicatos de categorias urbanas em geral e rurais, ou até mesmo nas “lutas populares” e “camponesas”, frequentemente reivindicadas nos percursos de homens militantes vinculados a grupos e partidos de esquerda (CORADINI, 2001; CORADINI, 2007), são relativamente raras dentre o universo das mulheres eleitas.

Ligeiramente dotadas de recursos escolares (títulos universitários) mais elevados que as herdeiras, as portadoras de credenciais associativas mobilizam sobretudo as inserções em “grupos de mulheres”, “de professores”, em “entidades estudantis”, “profissionais” e relacionadas com a categoria do “funcionalismo público”. Estes itinerários de engajamento, como visto anteriormente, guardam alguma relação com as

principais clivagens partidárias e os seus padrões de recrutamento. Nos trajetos das mulheres filiadas a siglas como PT, PCdoB e PSB, os vínculos de engajamento são principalmente associados com inserções múltiplas em sindicatos de professores e de servidores públicos, além de entidades estudantis, profissionais e grupos ou conselhos “de mulheres”. Dentre as filiadas aos demais partidos, os trunfos de “participação social” relacionados com estas categorias também são recorrentes, com exceção das militâncias em entidades estudantis e o acréscimo de inserções em associações empresariais e comerciais.

No polo das agentes cujos trajetos sociais são marcados indissociavelmente por recursos de herança política familiar e aqueles oriundos de militâncias em grupos e/ou partidos de esquerda, de modo mais específico, há dois tipos de percursos mais comuns. No primeiro caso, as relações de militância em entidades estudantis ou “revolucionárias” compartilhadas “em casal” na juventude se desdobram posteriormente em estratégias também “casadas” de apresentação eleitoral e política. No segundo caso, os laços de parentesco e de socialização familiar circunscritos a tradições de “famílias de esquerda” promovem a reprodução de determinadas disposições no sentido da missão de “dar continuidade às lutas” através dos investimentos em atividades políticas.

Os debates da bibliografia sobre os modos de entrada das mulheres nos espaços da política têm apontado, por fim, para as diferenciações de gênero presentes nas condições de permanência e de constituição de carreiras nesse meio de concorrência predominantemente masculino, cabendo às mulheres as posições subalternas e com menor prestígio político. Estas posições subalternas estariam em geral associadas aos itinerários de ocupação de cargos nos legislativos locais, à especialização em nichos de intervenção relativamente menos prestigiadas no interior das hierarquias políticas (“social”, “educação”, “cultura”) e também à carreiras menos longevas que as de seus homólogos masculinos (ACHIN, 2004; ACHIN, 2005; ACHIN E LÉVÊQUE; SINEAU, 2011; NAVARRE, 2014; BOURDIEU, 2014).

Nos estudos nacionais, as sugestões acerca dos lugares subalternos ocupados pelas mulheres nos cargos políticos não vieram acompanhadas de análises com base no tratamento empírico de dados correspondentes ao problema colocado (COSTA, 1998), e por vezes recaíram em discursos marcados por um viés de consagração das formas diferenciais de participação das mulheres nos espaços da política haja vista os “avanços” obtidos nas áreas das “políticas sociais” e dos “direitos humanos” (AVELAR, 2001).

Outros trabalhos avançaram no sentido da hipótese da especialização no social e das posições de menor prestígio associadas às carreiras parlamentares de mulheres, através da análise de indicadores como “tipos de produção legislativa”, “participação em comissões parlamentares” e “cargos de liderança” ocupados no interior das instâncias internas de “direção” na Câmara de Deputados (PINHEIRO, 2006). Ou sugeriram que as carreiras políticas longevas de mulheres estariam associadas aos percursos de “vida pública relevante”, às inserções em “movimentos sociais” e aos itinerários de ocupação de cargos públicos previamente à entrada na Câmara de Deputados (PINTO E SILVEIRA, 2018).

Na presente tese, de modo distinto, a análise das carreiras políticas foi operacionalizada com base em indicadores capazes de oferecer uma visão ampliada sobre os processos de recrutamento e de profissionalização política em geral. O objetivo não estava assim em avaliar apenas as condições de atuação e/ou a conformação de determinados nichos de atuação no interior da Câmara de Deputados, mas em dimensionar as possibilidades de carreiras políticas mais acessíveis ao universo das mulheres que galgaram passagens por este espaço em algum momento de seus respectivos trajetos. Para tanto, foram utilizadas como variáveis a idade de entrada em cargos eletivos, o primeiro mandato eletivo, o número de cargos eletivos ocupados e os tipos de mandatos ocupados.

Em linhas gerais, as idades de entrada em cargos eletivos das mulheres que compuseram o universo da pesquisa são bastante próximas daquelas identificadas para a “classe política” (masculina), o que indica uma relação de semelhança com os processos de recrutamento em geral tendo em vista os estudos centrados no contexto em pauta (MARENCO DOS SANTOS, 2000; MESSENBURG, 2002; PINHEIRO, 2006). Estas estreias em postos políticos na maioria dos trajetos são operacionalizadas diretamente pela via da ocupação de cargos eletivos na própria Câmara de Deputados, ou seja, sem recursos associados com a ocupação de cargos políticos, sejam eles de caráter eletivo em outros níveis de competição política ou “públicos” em geral.

O tempo de duração das carreiras políticas de mulheres tem sido apontado pela bibliografia (ACHIN, 2005; SINEAU, 2011) como um indicador útil na tarefa de dimensionar a raridade de trajetos de profissionalização política que possam ser consideradas como longevos, ainda que com variações significativas a depender do contexto e do sistema político em questão (ACHIN, 2005). No contexto em pauta, a raridade de carreiras políticas longevas aparece de modo bem marcado, haja vista que na

maior parte dos trajetos analisados, os itinerários de ocupação de mandatos eletivos – dimensionado a partir do número de mandatos ocupados, independentemente dos tipos de cargos considerados –, remetem para uma ampla maioria de passagens curtas pelos cargos de natureza política-eleitoral.

O mapeamento dos tipos de cargos eletivos ocupados ao longo dos percursos, por sua vez, é revelador das modalidades de carreiras políticas mais acessíveis às mulheres, centradas em sua ampla maioria no exercício de mandatos de tipo proporcional, menos competitivos e exigentes do ponto de vista dos recursos detidos em comparação aos níveis de competição mais individualizados e personalizados das disputas que envolvem os cargos majoritários, assim como também sugerido pela bibliografia (ACHIN E LÉVÊQUE, 2006). Essa forte especialização em mandatos legislativos tende a contemplar, na maior parte dos percursos, a passagem pelo “legislativo nacional” com o exercício de cargos de tipo proporcional no âmbito dos municípios e dos estados.

Em uma perspectiva histórica acerca dos principais modos de constituição de carreiras de mulheres que ingressaram na Câmara de Deputados entre os anos 1950 e 2015, há mudanças que começam a ser processadas em termos das posições e dos trunfos galgados pelas agentes principalmente a partir dos anos 1990, o que inclui um incremento das iniciações pela via da ocupação de cargos legislativos locais e de cargos públicos, assim como a viabilidade de carreiras que começam a ganhar contornos mais duradouros em relação às décadas anteriores e, em menor medida, a ocupação de cargos majoritários nos níveis municipal e estadual.

Como demonstrado, as diferentes possibilidades de constituição das carreiras políticas no interior do universo composto por mulheres também guardam relação com as diferentes bases de recursos sociais que estão presentes nos trajetos destas agentes. Dentre as portadoras de trunfos relativos à herança política familiar, as entradas em cargos eletivos tendem a ser operacionalizadas em idades ligeiramente mais tardias e “pelo alto”, no sentido de que as estreias tendem a se dar através do acesso aos cargos eletivos mais valorizados nas disputas políticas, na esfera do “legislativo nacional”. As redes de relações pessoais-familiares, além disso, proporcionam às portadoras de recursos de tradição política familiar chances ampliadas de acesso ao universo das nomeações para os “cargos públicos” previamente às suas entradas na Câmara de Deputados.

No universo das agentes cujos trajetos sociais são relacionados com os recursos de base associativa, as entradas em cargos eletivos ocorrem em períodos relativamente precoces do ponto de vista de suas biografias pessoais, o que sinaliza possivelmente para

as formas distintas de socialização política que antecedem às investidas nas disputas político-eleitorais nos períodos “de juventude”. Os ingressos em postos eletivos se dão majoritariamente pela via das disputas nos “legislativos municipais”, e os históricos de ocupação de cargos “públicos” e de nomeação são bastante reduzidos se comparados àqueles das herdeiras de notabilidades políticas de ordem familiar.

O tempo de duração das carreiras e os tipos mais comuns de cargos ocupados também diferem de modo significativo a depender das bases de recursos que estão na origem dos trajetos analisados. Para as detentoras de recursos de parentesco e de tradição política familiar, as carreiras tendem a ser centradas na ocupação de mandatos na Câmara de Deputados e ligeiramente mais breves se comparadas àquelas das deputadas cujas fontes de legitimação são antes associadas com formas variadas de militâncias. Nestes trajetos, diferentemente, as carreiras políticas são de modo frequente compostas por um sequenciamento de mandatos legislativos nos diferentes níveis de competição eleitoral (municipal, estadual e nacional) e tendem a apresentar um tempo de duração ligeiramente estendido quando comparadas às das portadoras de recursos de notabilidade política familiar.

A natureza dos cargos políticos ocupados previamente às entradas na Câmara de Deputados ou aqueles ocupados em algum momento dos trajetos analisados, indica que as discussões em torno da construção social de uma especialidade política “feminina” centrada “no social” (DULONG E LÉVÊUQUE, 2002; DULONG, 2003; ACHIN, 2005; SINEAU, 2011) também encontram correspondência em contextos históricos e sociais como o que está em pauta nesse estudo, seja no sentido dos nichos de “cargos públicos” ocupados de modo prévio aos mandatos parlamentares, seja no sentido das lógicas das indicações políticas “femininas” para as “pastas ministeriais” identificadas.

Se outros estudos afirmaram que estas intervenções políticas construídas com base na defesa de “temas” e de “públicos” sociais são predominantes no espaço de atuação parlamentar (PINHEIRO, 2006), cabe a consideração de que estes repertórios aparecem relacionados com os recursos detidos, tais como as formações escolares, as atividades profissionais, ou ainda, a natureza dos cargos políticos ocupados previamente às entradas na Câmara de Deputados – principalmente nos trajetos das agentes dotadas de recursos de tradição política familiar, cujos trunfos políticos são mais associados com a ocupação prévia de cargos de “gestão do social”. Dentre as agentes com trunfos ligados a formas variadas de militâncias, tanto o “social” quanto a “educação” aparecem como as principais áreas “políticas” de atuação, áreas estas que tradicionalmente remetem para a

construção de competências sociais tidas como “femininas” e relacionadas com os processos de socialização de gênero atualizados em várias esferas do social.

Em síntese, tratou-se de evidenciar as condições “femininas” de acesso às carreiras nesse domínio de competição, marcadas em geral por frágeis recursos relacionados à ocupação de cargos e por estratégias de especialização em postos de “gestão social” e de caráter local, menos valorizados nas disputas político-eleitorais. Estas possibilidades de carreiras, entretanto, variam de acordo com os processos de diversificação dos princípios de legitimação em voga e estão relacionadas, em suma, com as diferentes bases dos recursos sociais detidos pelas agentes.

Como encaminhamentos para pesquisas futuras e relacionadas com a problemática que norteou este trabalho, o avanço na elaboração de estudos comparados que incluam de modo simultâneo a análise dos atributos sociais subjacentes aos trajetos de mulheres e de homens que concorrem pelos cargos políticos aparece como fértil no sentido da possibilidade de compreender as modalidades de recursos sociais construídas histórica e socialmente como “masculinas” e/ou “femininas”. A comparação sistemática dos processos de entrada e das características que diferenciam as carreiras políticas de homens e de mulheres pode se apresentar assim como um desafio de análise fértil acerca das construções sociais de gênero que atravessam e constituem as lutas políticas.

Além disso, investir em análises de caráter mais qualitativo acerca das diferentes concepções e das representações que estão em jogo nas apresentações das mulheres que participam das competições político-eleitorais aparece um passo importante com vistas à não essencialização “do feminino” e da necessária elucidação das diferenciações em termos dos símbolos e dos discursos forjados no interior desse universo a depender das bases dos recursos sociais detidos que podem ser transferidos para as disputas políticas. Em suma, os níveis de diferenciação dos atributos sociais forjados como “femininos” ou “masculinos”, assim como os critérios de diferenciação em disputa no próprio universo composto pelos raros percursos de mulheres que galgam cargos de natureza política, aparecem como problemáticas relevantes para agendas de pesquisas futuras.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

ACHIN, Catherine et LÉVÊQUE, **Sandrine**. **Femmes en politique**. Paris: Éditions La Découverte, 2006.

ACHIN, Catherine *et al.* Capital corporel identitaire et institution présidentielle: réflexions sur les processus d'incarnation des rôles politiques. **Raisons politiques**, Vol. 3, n. 31, p. 5-17, 2008.

ACHIN, Catherine. Les “liaisons paradoxales”: genre, ordre politique et ordre social en France et en Allemagne. **Raisons politiques**, Vol. 3, n. 15, p. 85-96, 2004.

_____. **Le mystère de la chambre basse - Comparaison des processus d'entrée des femmes au Parlement France-Allemagne 1945-2000**. Paris: Dalloz, 2005.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Revista Dados**, Vol. 44, n.1, 2001.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 18, n.2, p.567-584, 2010.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora da UNESP, 2001.

BADIE, Bertrand et HERMET, Guy. Les dynamiques orphelines. IN: BADIE, Bertrand et HERMET, Guy. **La politique comparée**. Éditions Dalloz, Paris: 2001. p. 169-196

BARREIRA, Irllys. Práticas parlamentares, habitus e performances no campo da política: a participação de mulheres no Congresso Nacional. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu. **Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo: ANPOCS, 2006.

_____. **Imagens ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais**. São Paulo: Pontes Editores, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 163-202

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 17-58

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

CORADINI, Odaci L. **Em Nome de quem?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista Sociologia Política**, Vol. 18, n. 36, p. 241-256, 2010.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Vol. 28, p. 181-203, 2007.

_____. Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 26, n. 01, p. 197-220, 2011.

COSTA, Dayana dos S. **Mulheres e especialização política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais no Maranhão**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís.

DOGAN, Mattei. Les profession propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLE, Michael. **La Profession Politique**. Paris: Édition Belin, 1999.

DULONG, Delphine. Des actes d'institution d'un genre particulier: les conditions de légitimation des femmes sur la scène électorale (1945 et 2001). In: LAGROYE, Jacques (Dir.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003.

DULONG, Delphine. LÉVÊQUE, Sandrine. Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre em ressource politique. **Politix**, Vol.15, n. 60, p. 81-111, 2002.

DULONG, Delphine e MATONTI, Frédérique. Reproducción en la revolución: género y mujeres frente a la ley francesa de paridad en política. **Revista Política**, n. 46, p. 83-106, 2006.

FREEDMAN, Jane. **Femmes politiques: mythes et symboles**. Paris: L'Harmattan, 1997.

GAXIE, Daniel. Les logiques du recrutement politique. **Revue Française de Science Politique**, Vol. 30, n. 3, 1980.

GUIONNET, Christine et NEVEU, Erik. Genre, politique et espace public. In: GUIONNET, Christine et NEVEU, Erik. **Féminins/Maculins: Sociologie du genre**. Paris: Armand Colin, 2004. p. 185-218.

LATTÉ, Stéphane. Cuisine et dépendance. Les logiques pratiques du recrutement politique. **Politix**, Vol. 15, n. 60. p. 55-80, 2002.

LÉVÊQUE, Sandrine. L'entrée en politique: bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la réussite politique en France. **Politix**, Vol. 9, n. 35, p. 171-187, 1996.

LÉVÊQUE, Sandrine. La féminité "dépassée"? Usages et non-usages du genre dans les professions de foi des candidat(e)s parisien(ne)s aux élections législatives de 2002. **Revue française de science politique**, Vol. 55, p. 501-520, 2005.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas Fronteiras do Campo Político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, 12 (33), 1997.

_____. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARQUES, Danusa. Gênero e Carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias? In: 34º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. **Anais do Encontro**. São Paulo: ANPOCS, 2010.

MESSEMBERG, Débora. **A Elite Parlamentar do pós-Constituinte: Atores e Práticas**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MIGUEL, Luis F. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Vol, 9, n. 2, p. 253-267, 2001.

MIGUEL, Luis F.; FEITOSA, Fernanda. “O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados”. **Revista Dados**, Vol. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.

MIGUEL, Luis F. *et al.* Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Revista Dados**, Vol. 58, n. 3, p. 721-47, 2015.

MIGUEL, Luis F; QUEIROZ, Cristina M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 14, n. 2, 2006.

MORITZ, Maria L. Familismo e gênero no Congresso Brasileiro (2006 - 2014). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais do Evento**. Florianópolis: UFSC, 2017.

NAVARRÉ, M. De la professionnalisation au désengagement : Les bifurcations dans les carrières politiques des élus en France. **Politique et Sociétés**, Vol. 33, n. 3, p. 79–100, 2014.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Political recruitment. Gender, race and class in the British Parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

OFFERLÉ, Michel. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, Michel. **La profession politique - XIX-XX siècles**. Éditions Belin: Paris, 1999. p. 07-35

ORSATTO, Andréia. “**Como mulher e deputada**”: a presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011). 2013. Tese de Doutorado (Ciência Política – UFRGS, Porto Alegre).

PAOLETTI, Marion. L’usage stratégique du genre em capagne électorale: éléments d’observation participante. **Travail, genre et sociétés**, n. 11, p. 123-141, 2004.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PINHEIRO, Luana S. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Celi R. J.; SHULZ, R.; MORITZ, M. L.; MORAES, T. **Perfis, Trajetórias, desempenhos -uma pesquisa com as vereadoras gaúchas**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

PINTO, Celi R. J.. Donas de Casa, Mães, Feministas, Batalhadoras: Mulheres nas Eleições de 1994 no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Vol. 2, p. 297-313, 1995.

PINTO, Celi R. J.; MORITZ, M. L. ; SCHULZ, R. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Vol. 10, p. 195-224, 2013.

PINTO, Céli R. J. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas nos anos de 1950 no Brasil. **Varia História**, Vol. 33, p.178-208, 2017.

PINTO, Céli R. J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Revista Opinião Pública**, Vol. 24, n. 1, 2018.

REIS, Eliana Tavares dos. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. **Cadernos Pagu**, n.43, p. 233-263, 2014.

RESTIER-MELLERAY, Christiane. “Femme(s) de...”. Jouer en couple en politique: des mises en récit sans importance?. **Questions de communication**, Vol. 7, p. 87-104, 2005.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, jul./dez, 1995.

SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor G. (Orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. São Paulo: FGV, 2013.

SINEAU, Mariette. **Femmes et pouvoir sous la V^a République: de l'exclusion à l'entrée dans la course présidentielle**. Paris: Presses de Sciences Po, 2011.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. Coleção Direito e Sociedade.

8 ANEXOS

Quadro A - Recursos sociais de parentesco, escolares e ocupações declaradas de acordo com os trajetos das mulheres eleitas entre 1950 e 2015 para a Câmara de Deputados

Década de ingresso	Deputada	Partido e estado pelos quais foram eleitas	Parentesco com “políticos”	Tipo de vínculo familiar	Recurso escolar (Nível de escolaridade)	Ocupação declarada (Referentes aos itinerários escolares e/ou profissionais)
1950	Ivete Vargas	PTB-SP	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Jornalista; professora
1960	Júlia Steinbruch	MDB-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Pós-graduação	Advogada
1960	Lígia Doutel de Andrade	MDB-SC	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora
1960	Maria Lúcia	MDB-AC	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Professora
1960	Necy Novaes	ARENA-BA	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Professora
1960	Nysia Carone	MDB-MG	Sim	Família de origem e matrimonial	Secundário	Contadora; escrevente
1970	Cristina Tavares	MDB-PE	Não	--	Nível superior	Jornalista
1970	Junia Marise	MDB-MG	Não	--	Nível superior	Advogada; jornalista; professora
1970	Lúcia Viveiros	MDB-PA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Arquiteta; engenheira civil
1970	Lygia Lessa Bastos	ARENA-RJ	Não	--	Secundário	Professora
1980	Abigail Feitosa	PMDB-RR	Não	--	Nível superior	Médica
1980	Anna Maria Rattes	PMDB-CE	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Advogada
1980	Benedita da Silva	PT-DF	Não	--	Nível superior	Servidora pública, professora, assis. social
1980	Bete Mendes	PT-DF	Não	--	Nível superior	Atriz
1980	Beth Azize	PSB-RO	Sim		Nível superior	Advogada; jornalista; professora
1980	Dirce Tutu Quadros	PSC-PI	Sim	Família de origem	Nível superior	Bióloga
1980	Eunice Michilles	PFL-AM	Não	--	Secundário	Professora; servidora pública
1980	Eurides Brito	PFL-RN	Não	--	Pós-graduação	Professora universitária
1980	Irma Passoni	PT-AP	Não	--	Nível superior	Professora; pedagoga
1980	Lídice da Mata	PCdoB-ES	Não	--	Nível superior	Economista
1980	Lúcia Braga	PFL-ES	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Assistente social
1980	Lúcia Vânia	PMDB-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Jornalista
1980	Lurdinha Savignon	PT-DF	Não	--	Nível médio	Técnica em contabilidade; escriturária
1980	Marcia Cibilis Viana	PDT-SP	Sim	Família de origem	Nível superior	Economista; professora universitária
1980	Márcia Kubitschek	PMDB-RO	Sim	Família de origem	Pós-graduação	Jornalista

1980	Maria Abadia	PFL-RO	Não	--	Nível superior	Professora; assistente social
1980	Marluce Pinto	PTB-AP	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Empresária
1980	Moema São Thiago	PDT-ES	Sim	Família de origem	Nível superior	Advogada
1980	Myriam Portella	PDS-ES	Sim	Família de origem	Nível superior	Advogada; servidora pública
1980	Myrthes Bevilacqua	PMDB-DF	Não	--	Nível superior	Advogada; professora
1980	Raquel Cândido	PFL-ES	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Técnica em saúde
1980	Raquel Capiberibe	PSB-BA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Pedagoga
1980	Rita Camata	PMDB-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Jornalista
1980	Rita Furtado	PDS-ES	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora; radialista
1980	Rose de Freitas	PMDB-SP	Sim	Aliança matrimonial	Nível médio	Jornalista; radialista; professora
1980	Sadie Hauache	PFL-RJ	Não	--	Nível superior	Jornalista; empresária
1980	Sandra Cavalcanti	PFL-AM	Sim	Família de origem	Pós-graduação	Professora
1980	Wilma Maria de Faria	PDS-SP	Sim	Família de origem	Nível superior	Professora
1990	Adelaide Neri	PMDB-AC	Não	--	Secundário	Professora
1990	Alcione Athayde	PP-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Médica
1990	Almerinda de Carvalho	PFL-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Nível médio	Professora; pedagoga
1990	Alzira Ewerton	PSDB-AM	Não	--	Nível superior	Advogada; professora
1990	Ana Catarina	PFL-RN	Sim	Família de origem	Secundário	Empresária
1990	Ana Corso	PT_RS	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Artista plástica
1990	Ana Júlia	PT-PA	Não	--	Nível superior	Bancária; arquiteta
1990	Ângela Amin	PDS-SC	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora; servidora pública
1990	Ângela Guadagnin	PT-SP	Não	--	Nível superior	Médica
1990	Ceci Cunha	PSDB-AL	Não	--	Nível superior	Médica; professora
1990	Celcita Pinheiro	PFL-MT	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora
1990	Célia Mendes	PDS-AC	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Empresária
1990	Cidinha Campos	PDT-RJ	Não	--	Secundário	Jornalista; radialista; atriz
1990	Dalila Figueiredo	PSDB-SP	Não	--	Nível superior	Advogada; professora; assistente social
1990	Dolores Nunes	PP-TO	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Advogada
1990	Elcione Barbalho	PMDB-PA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Pedagoga
1990	Esther Grossi	PT-RS	Não	--	Nível superior	Professora
1990	Etevalda G. de Menezes	PMDB-ES	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Comerciária; advogada
1990	Fátima Pelaes	PFL-AP	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Socióloga
1990	Iara Bernardi	PT-SP	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora
1990	Jandira Feghali	PCdoB-RJ	Não	--	Pós-graduação	Médica; música
1990	Joana D'arc	PT-MG	Não	--	Nível superior	Advogada; servidora pública; professora

1990	Kátia Abreu	PFL-TO	Não	--	Nível superior	Empresária; psicóloga
1990	Laura Carneiro	PP-RJ	Sim	Família de origem	Nível superior	Advogada; servidora pública
1990	Lídia Quinan	PMDB-GO	Sim	Família de origem e matrimonial	Nível superior	Empresária; enfermeira
1990	Luci Choinacki	PT-SC	Não	--	Secundário	Agricultora
1990	Luiza Erundina	PSB-SP	Não	--	Pós-graduação	Assistente social
1990	Marcia Marinho	PSC-MA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Médica
1990	Maria da C. Tavares	PT-RJ	Não	--	Nível superior	Economista; professora universitária
1990	Maria do Carmo Lara	PT-MG	Não	--	Nível superior	Professora; psicóloga
1990	Maria Elvira	PMDB-MG	Não	--	Nível superior	Jornalista; prof. ^a universitária; empresária
1990	Maria Laura	PT-DF	Não	--	Nível superior	Prof. ^a universitária; socióloga; assist. social
1990	Maria Lúcia Cardoso	PMDB-MG	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora; empresária
1990	Maria Luiza Fontenele	PSB-CE	Sim	Família de origem	Pós-graduação	Professora, socióloga, assist. social
1990	Maria Valadão	PDS-GO	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Advogada
1990	Marilu Guimarães	PTB-MS	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Jornalista; professora; produtora cultural
1990	Marinha Raupp	PSDB-RO	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Servidora pública; professora; psicóloga
1990	Marisa Serrano	PMDB-MS	Não	--	Nível superior	Professora; pedagoga
1990	Marta Suplicy	PT-SP	Sim	Aliança matrimonial	Pós-graduação	Psicóloga
1990	Miriam Reid	PDT-RJ	Não	--	Nível superior	Professora; assistente social
1990	Nair Xavier Lobo	PMDB-GO	Não	--	Pós-graduação	Advogada
1990	Nice Lobão	PFL-MA	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Servidora pública
1990	Nilmar Ruiz	PFL-TO	Não	--	Nível superior	Professora
1990	Odaísa Fernandes	PSDB-RO	Não	--	Nível primário	Sem profissão declarada
1990	Regina Gordilho	PDT-RJ	Não	--	Secundário	Empresária
1990	Regina Lino	PMDB-AC	Sim	Família de origem	Nível superior	Socióloga
1990	Roseana Sarney	PFL-MA	Sim	Família de origem	Nível superior	Socióloga; servidora pública
1990	Sandra Starling	PT-MG	Não	--	Pós-graduação	Professora; bancária; servidora pública
1990	Simara Ellery	PMDB-BA	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Professora
1990	Socorro Gomes	PCdoB-PA	Não	--	Nível médio	Professora
1990	Tânia Soares	PCdoB-SE	Não	--	Nível superior	Jornalista; servidora pública
1990	Telma de Souza	PT-SP	Sim	Família de origem	Pós-graduação	Advogada; professora; pedagoga
1990	Teresa Jucá	PDS-RR	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Servidora pública; publicitária
1990	Teté Bezerra	PMDB-MT	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Pecuarista; enfermeira
1990	Vanessa Felipe	PSDB-RJ	Sim	Família de origem e matrimonial	Nível médio	Estudante universitária
1990	Vanessa Grazziotin	PCdoB-AM	Não	--	Nível superior	Professora; farmacêutica
1990	Wanda Reis	PMDB-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Contadora; empresária

1990	Yeda Crusius	PSDB-RS	Não	--	Pós-graduação	Economista; professora universitária
1990	Zila Bezerra	PMDB-AC	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Servidora pública; médica
1990	Zulaiê Cobra	PSDB-SP	Não	--	Nível superior	Advogada
2000	Alice Portugal	PCdoB-BA	Não	--	Nível superior	Química industrial; farmacêutica
2000	Aline Correa	PP-SP	Sim	Família de origem	Sup.incompleto	Empresária
2000	Ana Alencar	PL-TO	Não	--	Nível superior	Dentista; psicóloga
2000	Ana Arraes	PSB-PE	Sim	Família de origem	Nível superior	Advogada
2000	Ana Guerra	PT-MG	Não	--	Nível superior	Psicóloga
2000	Andreia Zito	PSDB-RJ	Sim	Família de origem	Nível superior	Advogada
2000	Ângela Portela	PTC-RR	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora
2000	Ann Pontes	PMDB-PA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Advogada
2000	Bel Mesquita	PMDB-PA	Não	--	Nível superior	Professora; psicóloga
2000	Cida Diogo	PT-RJ	Não	--	Nível superior	Médica; professora
2000	Dalva Figueiredo	PT-AP	Não	--	Nível superior	Servidora pública
2000	Doutora Clair	PT-PR	Não	--	Pós-graduação	Advogada
2000	Edna Macedo	PTB-SP	Não	--	Sup.incompleto	Sem profissão declarada
2000	Elaine Costa	PDT-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Sup.incompleto	Professora; servidora pública
2000	Emília Fernandes	PT-RS	Não	--	Nível superior	Professora
2000	Fátima Bezerra	PT-RN	Não	--	Nível superior	Pedagoga
2000	Francisca Trindade	PT-PI	Não	--	Nível superior	Professora
2000	Gisela Sequeira	PSDB-PA	Não	--	Nível superior	Professora; administradora
2000	Gorete Pereira	PL-CE	Não	--	Pós-graduação	Fisioterapeuta
2000	Iriny Lopes	PT-ES	Não	--	Nível médio	Sem profissão declarada
2000	Íris de Araújo	PMDB-GO	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Administradora
2000	Janete Capiberibe	PSB-AP	Sim	Aliança matrimonial	Nível médio	Professora
2000	Janete Rocha Pietá	PT-SP	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora; arquiteta
2000	Jô Moraes	PCdoB-MG	Não	--	Sup.incompleto	Servidora pública; secretária executiva
2000	Juíza Denise Frossard	PSDB-RJ	Não	--	Nível superior	Advogada; professora; magistrada
2000	Jusmari Oliveira	PFL-BA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Agricultora; professora
2000	Kelly Moraes	PTB-RS	Sim	Aliança matrimonial	Nível primário	Sem profissão declarada
2000	Lucenira Pimentel	PPS-AP	Sim	Aliança matrimonial	Secundário	Técnica em secretariado
2000	Luciana Costa	PRONA-SP	Não	--	Nível superior	Dentista; professora
2000	Luciana Genro	PT-RS	Sim	Família de origem	Sup.incompleto	Professora
2000	Maninha	PT-DF	Não	--	Nível superior	Médica
2000	Manuela D'ávila	PCdoB-RS	Não	--	Nível superior	Jornalista

2000	Maria Do Rosário	PT-RS	Não	--	Pós-graduação	Professora
2000	Maria Helena	PST-RR	Não	--	Nível superior	Advogada; professora
2000	Maria Lucia	PMDB-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Nível primário	Do lar
2000	Mariângela Duarte	PT-SP	Não	--	Pós-graduação	Professora universitária
2000	Marina Maggesi	PPS-RJ	Não	--	Nível superior	Policia civil
2000	Perpétua Almeida	PCdoB-AC	Sim	Aliança matrimonial	Sup.incompleto	Professora; bancária
2000	Prof. ^a Raquel Teixeira	PSDB-GO	Não	--	Pós-graduação	Professora universitária
2000	Rebecca Garcia	PP-AM	Sim	Família de origem	Nível superior	Economista
2000	Sandra Rosado	PMDB-RN	Sim	Família de origem e matrimonial	Nível superior	Advogada; assistente social
2000	Selma Schons	PT-PR	Não	--	Pós-graduação	Professora universitária; assis. social
2000	Solange Almeida	PMDB-RJ	Não	--	Nível superior	Médica veterinária
2000	Solange Amaral	PFL-RJ	Não	--	Nível superior	Psicóloga
2000	Sueli Vidigal	PDT-ES	Sim	Aliança matrimonial	Sup.incompleto	Servidora pública
2000	Suely	PRONA-RJ	Não	--	Sem declaração	Sem profissão declarada
2000	Suely Campos	PFL-RR	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora; empresária
2000	Terezinha Fernandes	PT-MA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora universitária
2000	Thaís Barbosa	PMDB-MT	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Enfermeira; empresária
2000	Thelma de Oliveira	PSDB-MT	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Enfermeira
2000	Tonha Magalhães	PFL-BA	Não	--	Nível médio	Comerciante
2000	Zelinda Novaes	PFL-BA	Não	--	Pós-graduação	Economista; professora
2010	Ana Perugini	PT-SP	Não	--	Pós-graduação	Advogada
2010	Antônia Lúcia	PSC-AC	Não	--	Nível superior	Economista
2010	Bruna Furlan	PSDB-SP	Sim	Família de origem	Pós-graduação	Advogada
2010	Brunny	PTC-MG	Sim		Sup.incompleto	Apresentadora de televisão
2010	Carmen Zanotto	PPS-SC	Não	--	Nível superior	Enfermeira
2010	Celia Rocha	PTB-AL	Não	--	Nível superior	Médica
2010	Christiane de S. Yared	PTN-PR	Sim	Aliança matrimonial	Nível médio	Confeiteira
2010	Cida Borghetti	PP-PR	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Empresária
2010	Clarissa Garotinho	PRB-RJ	Sim	Família de origem	Nível superior	Jornalista
2010	Conceição Sampaio	PP-AM	Não	--	Sup.incompleto	Radialista
2010	Cristiane Brasil	PTB-RJ	Sim	Família de origem	Pós-graduação	Advogada
2010	Dâmina Pereira	PMN-MG	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Filósofa
2010	Dra. Elaine Abissamra	PSB-SP	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Médica
2010	Dulce Miranda	PMDB-TO	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Advogada
2010	Eliane Rolim	PT-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Sup.incompleto	Empresária

2010	Eliziane Gama	PPS-MA	Não	--	Nível superior	Jornalista
2010	Erika Kokay	PT-DF	Não	--	Nível superior	Bancária
2010	Flávia Morais	PDT-GO	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora
2010	Geovania de Sá	PSDB-SC	Não	--	Pós-graduação	Administradora
2010	Goiaciara Cruz	PR-TO	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Professora
2010	Iracema Portella	PP-PI	Sim	Família de origem e matrimonial	Nível superior	Professora; empresária
2010	Jaqueline Roriz	PMN-DF	Sim	Família de origem	Nível superior	Pedagoga
2010	Jéssica Sales	PMDB-AC	Sim	Família de origem	Nível superior	Médica
2010	Josi Nunes	PMDB-TO	Sim	Família de origem	Pós-graduação	Professora universitária; psicóloga
2010	Jozi Araújo	PTB-AP	Sim	Aliança matrimonial	Nível médio	Empresária
2010	Júlia Marinho	PSC-PA	Sim	Aliança matrimonial	Pós-graduação	Administradora
2010	Keiko Ota	PSB-SP	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Empresária; escritora
2010	Lauriete	PSC-ES	Sim	Aliança matrimonial	Nível médio	Empresária
2010	Leandre Dal Ponte	PV-PR	Não	--	Nível superior	Engenheira civil
2010	Liliam Sá	PR-RJ	Não	--	Nível médio	Radialista; apresentadora de televisão
2010	Luana Costa	PSB-MA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Dentista
2010	Luciana Santos	PCdoB-PE	Não	--	Nível superior	Engenheira elétrica
2010	Luizianne Lins	PT-CE	Não	--	Pós-graduação	Jornalista; professora universitária
2010	Magda Mofatto	PTB-GO	Sim	Aliança matrimonial	Sem declaração	Empresária
2010	Mara Gabrielli	PSDB-SP	Não	--	Nível superior	Jornalista; psicóloga
2010	Margarida Salomão	PT-MG	Não	--	Pós-graduação	Professora
2010	Maria Lucia Prandi	PT-SP	Não	--	Pós-graduação	Pedagoga; professora
2010	Mariana Carvalho	PSDB-RO	Sim	Família de origem	Nível superior	Médica; advogada
2010	Marina Santanna	PT-GO	Não	--	Nível superior	Advogada
2010	Moema Gramacho	PT-BA	Não	--	Nível superior	Química industrial; bióloga
2010	Nilda Gondim	PMDB-PB	Sim	Família de origem e matrimonial	Nível médio	Do lar
2010	Norma Ayub	DEM-ES	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Servidora pública
2010	Prof. ^a Dorinha Rezende	DEM-TO	Não	--	Pós-graduação	Professora universitária
2010	Professora Marcivânia	PT-AP	Não	--	Nível superior	Professora; servidora pública
2010	Raquel Muniz	PSC-MG	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Médica
2010	Rejane Dias	PT-PI	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Administradora
2010	Romanna Remor	PMDB-SC	Não	--	Pós-graduação	Professora universitária; administradora
2010	Rosane Ferreira	PV-PR	Não	--	Pós-graduação	Enfermeira
2010	Rosângela Gomes	PRB-RJ	Não	--	Pós-graduação	Advogada
2010	Rosinha da Adefal	PTdoB-AL	Não	--	Nível superior	Servidora pública

2010	Rosy de Sousa	PV-RN	Sim	Família de origem	Sem declaração	Administradora
2010	Sheridan	PSDB-RR	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Psicóloga
2010	Simone Morgado	PMDB-PA	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Economista; servidora pública
2010	Soraya Santos	PMDB-RJ	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Advogada
2010	Telma Pinheiro	PSDB-MA	Não	--	Nível superior	Professora; engenheira civil
2010	Tereza Cristina	PSB-MS	Sim	Família de origem	Nível superior	Engenheira agrônoma
2010	Tia Eron	PRB-BA	Não	--	Nível médio	Técnica em administração
2010	Zenaide Maia	PR-RN	Sim	Aliança matrimonial	Nível superior	Médica

Fonte: Fichas biográficas parlamentares (Câmara de Deputados) e páginas/sites de apresentação pessoal.

Quadro B - Vínculos associativos e ocupação de cargos prévios de acordo com os trajetos das mulheres eleitas entre 1950 e 2015 para a Câmara de Deputados

Década de ingresso	Deputada	Usos de vínculos associativos	Modalidade de associativismo	Cargo público prévio a entrada na Câmara	Tipo de cargo	Cargo eletivo prévio a entrada na Câmara	Tipo de cargo
1950	Ivete Vargas	Não	--	Não	--	Não	--
1960	Júlia Steinbruch	Não	--	Não	--	Não	--
1960	Lígia Doutel de Andrade	Não	--	Não	--	Não	--
1960	Maria Lúcia	Sim	Voluntariado	Sim	Presidente da Fundação de Bem-Estar Social do Acre	Não	--
1960	Necy Novaes	Não	--	Não	--	Não	--
1960	Nysia Carone	Não	--	Não	--	Não	--
1970	Cristina Tavares	Não	--	Não	--	Não	--
1970	Junia Marise	Não	--	Sim	Cargo de assessoria técnica, Governo do Pará	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
1970	Lúcia Viveiros	Sim	Voluntariado	Sim	Cargo de assessoria de imprensa, Governo de Minas Gerais	Não	--
1970	Lygia Lessa Bastos	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
1980	Abigail Feitosa	Sim	Entidade profissional (Medicina); Grupo de mulheres	Não	--	Sim	Deputada estadual
1980	Anna Maria Rattes	Não	--	Sim	Secretária de Apoio Comunitário, Petrópolis, RJ	Não	--
1980	Benedita da Silva	Sim	Associação de moradores; Grupos de mulheres	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1980	Bete Mendes	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Não	--
1980	Beth Azize	Sim	Entidade profissional (advogados/as)	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual

1980	Dirce Tutu Quadros	Não	--	Sim	Assessora do Partido Democrático Social (PDS) em Brasília	Não	--
1980	Eunice Michilles	Não	--	Não	--	Sim	Deputada Estadual; Senadora
1980	Eurides Brito	Sim	Associação de professores/as	Sim	Secretária de Educação e Cultura, PA; Diretora, Departamento de Ensino Fundamental do Ministério de Educação e Cultura; Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal	Não	--
1980	Irma Passoni	Sim	Comunidades Eclesiais de Base; Militância católica	Não	--	Sim	Deputada estadual
1980	Lídice da Mata	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1980	Lúcia Braga	Não	--	Sim	Assessora Administrativa, Câmara dos Deputados, Brasília, DF	Não	--
1980	Lúcia Vânia	Sim	Voluntariado; Conselho de assistência social	Não	--	Não	--
1980	Lurdinha Savignon	Sim	Comunidades Eclesiais de Base; Militância católica	Não	--	Não	--
1980	Marcia Cibilis Viana	Não	--	Não	--	Não	--
1980	Márcia Kubitschek	Não	--	Sim	Diretora da Fundação Cultural do Rio de Janeiro, RJ	Não	--
1980	Maria Abadia	Sim	Movimento estudantil; Grupo de mulheres	Sim	Coordenadora de Serviço Social, Secretaria do Serviço Social do Distrito Federal; Administradora da Ceilândia, Secretaria de Governo do Distrito Federal; Diretora-Executiva, Fundação de Serviço Social, Brasília, DF	Não	--
1980	Marluce Pinto	Não	--	Sim	Administradora do Serviço Social do Estado de Roraima	Não	--
1980	Moema São Thiago	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Não	--
1980	Myriam Portella	Sim	Conselho da criança e adolescente; e dos Deficientes	Não	--	Não	--
1980	Myrthes Bevilacqua	Sim	Associação de professores/as; Servidores/as públicos/as	Sim	Chefe de gabinete da Secretaria de Educação do Espírito; Secretária de Ação Social do Governo, ES	Não	--
1980	Raquel Cândido	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Sim	Vereadora (capital)

1980	Raquel Capiberibe	Sim	Associação de professores/as	Sim	Secretária de Educação, Macapá, AP	Sim	Vice-Prefeita (capital)
1980	Rita Camata	Não	--	Não	--	Não	--
1980	Rita Furtado	Não	--	Sim	Chefe da Superintendência da Amazônia, Radiobrás	Não	--
1980	Rose de Freitas	Sim	Grupo comunitário; Conselho da criança e adolescente	Sim	Assessora, Presidência da República, Brasília, DF	Sim	Deputada estadual
1980	Sadie Hauache	Não	--	Não	--	Não	--
1980	Sandra Cavalcanti	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
1980	Wilma Maria de Faria	Sim	Voluntariado; Conselho de menores	Sim	Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social de Natal, RN	Não	--
1990	Adelaide Neri			Sim	Diretora do Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura, Rio Branco, AC	Não	--
1990	Alcione Athayde	Não	--	Sim	Secretária de Saúde, Campos, RJ	Não	--
1990	Almerinda de Carvalho	Sim	Conselho da mulher	Sim	Secretária de Promoção Social, São João de Meriti, RJ; Assessora Parlamentar, Assembleia Legislativa, RJ	Não	--
1990	Alzira Ewerton	Não	--	Não	--	Não	--
1990	Ana Catarina	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1990	Ana Corso	Sim	Sindicato (trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem); Grupo de mulheres	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
1990	Ana Júlia	Sim	Movimento estudantil; Entidade profissional (Direito); Servidores/as públicos/as	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1990	Ângela Amin	Sim	Conselho da educação; Voluntariado	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1990	Ângela Guadagnin	Não	--	Não	--	Sim	Prefeita (interior)
1990	Ceci Cunha	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
1990	Celcita Pinheiro	Não	--	Sim	Cargo na Secretaria de Educação e Cultura, Cuiabá, MT	Não	--

1990	Célia Mendes	Não	--	Não	--	Não	--
1990	Cidinha Campos	Sim	Entidade cultural	Não	--	Não	--
1990	Dalila Figueiredo	Sim	Entidade inclusiva (surdos/as); Conselho da criança e adolescente	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
1990	Dolores Nunes	Não	--	Sim	Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás	Sim	Deputada estadual
1990	Elcione Barbalho	Sim	Conselho de deficientes; Conselho de entorpecentes	Sim	Presidente da Ação Social do Pará	Não	--
1990	Esther Grossi	Sim	Associação de professores/as	Sim	Secretária de Educação, Porto Alegre, RS	Não	--
1990	Etevalda G. de Menezes	Não	--	Sim	Secretária de Educação, Linhares, ES; Secretária Parlamentar, Assembleia Legislativa, ES; e na Câmara dos Deputados	Não	--
1990	Fátima Pelaes	Não	--	Sim	Secretária de Trabalho e Cidadania do Amapá, AP	Não	--
1990	Iara Bernardi	Sim	Associação de professores/as; Conselho da mulher; Conselho da criança e adolescente	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
1990	Jandira Feghali	Sim	Grupo de mulheres; Entidade profissional (Medicina)	Não	--	Sim	Deputada estadual
1990	Joana D'arc	Sim	Servidores/as públicos/as	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
1990	Kátia Abreu	Sim	Entidades empresariais-rurais	Não	--	Não	--
1990	Laura Carneiro	Sim	Conselho de assistência social	Sim	Assessora legislativa, Assembleia Nacional Constituinte, Brasília, DF; Secretária do Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro, RJ	Sim	Vereadora (capital)
1990	Lídia Quinan	Não	--	Não	--	Não	--
1990	Luci Choinacki	Sim	Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra; Grupo de mulheres	Não	--	Sim	Deputada estadual
1990	Luiza Erundina	Sim	Servidores/as públicos/as; Entidade profissional (Serviço social)	Sim	Secretaria do Bem-Estar Social, São Paulo, SP	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual; Prefeita

1990	Marcia Marinho	Não	--	Sim	Secretária da Criança e Ação Social, Caxias, MA	Não	--
1990	Maria da C. Tavares	Não	--	Sim	Ministério do Planejamento, Brasília, DF	Não	--
1990	Maria do Carmo Lara	Sim	Movimento estudantil; Associação de professores; Conselho de direitos humanos	Não	--	Sim	Prefeita (interior)
1990	Maria Elvira	Sim	Grupo de mulheres; Associação comercial	Não	--	Sim	Deputada estadual
1990	Maria Laura	Sim	Servidores/as públicos/as; Entidade profissional (Ciências sociais)	Não	--	Não	--
1990	Maria Lúcia Cardoso	Sim	Conselho da mulher; Voluntariado	Sim	Assistente Parlamentar, Câmara dos Deputados, Brasília, DF	Não	--
1990	Maria Luiza Fontenele	Não	--	Não	--	Sim	Dep. estadual; Prefeita (capital)
1990	Maria Valadão	Sim	Conselho de desenvolvimento social; Movimento humanitário (Cruz Vermelha)	Sim	Presidente da Ação Social do Palácio do Governo, Goiânia, GO	Sim	Vice-prefeita (capital)
1990	Marilu Guimarães	Não	--	Não	--	Sim	Dep. estadual; Vice-prefeita (capital)
1990	Marinha Raupp	Não	--	Não	--	Não	--
1990	Marisa Serrano	Sim	Grupo de mulheres; Entidade assistencial	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
1990	Marta Suplicy	Não	--	Não	--	Não	--
1990	Miriam Reid	Sim	Conselho de saúde; Entidade profissional (Serviço social)	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual
1990	Nair Xavier Lobo	Sim	Entidade assistencial	Sim	Consultora Jurídica, Assembleia Legislativa, Goiânia, GO	Não	--
1990	Nice Lobão	Sim	Entidade assistencial	Sim	Secretária da Ação Social do Maranhão	Não	--
1990	Nilmar Ruiz	Sim	Entidade de professores/as; Conselho da criança e adolescente	Sim	Coordenadora de Projetos Especiais da Secretaria de Educação, Distrito Federal; Coordenadora de Projetos Especiais de Brasília, DF; Diretora de Planejamento, Palmas, TO; Secretária de Educação, Cultura e Esporte, Palmas, TO; Secretária da Educação do Estado, TO	Sim	Prefeita (capital)

1990	Odaia Fernandes	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
1990	Regina Gordilho	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1990	Regina Lino	Sim	Conselho de assistência social; Conselho de habitação popular	Sim	Secretária Parlamentar, Câmara dos Deputados, Brasília; Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, Rio Branco, AC	Sim	Vereadora (capital); Vice-prefeita (capital)
1990	Roseana Sarney	Não	--	Sim	Chefe de Gabinete do Senador José Sarney, Senado, Brasília, DF; Secretária Extraordinária do Estado do Maranhão, Brasília, DF; Assessora Parlamentar, Gabinete Civil da Presidência, Brasília, DF	Não	--
1990	Sandra Starling	Sim	Associação de professores/as	Não	--	Sim	Deputada estadual
1990	Simara Ellery	Sim	Voluntariado	Não	--	Não	--
1990	Socorro Gomes	Sim	Movimento estudantil; Grupo de mulheres; Conselho da mulher	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1990	Tânia Soares	Sim	Movimento estudantil; Servidores/as públicos/as; Conselho da mulher; Conselho da educação	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1990	Telma de Souza	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual; Prefeita
1990	Teresa Jucá	Não	--	Sim	Coordenadora de Ação Social do Governo do Estado de Roraima	Não	--
1990	Teté Bezerra	Não	--	Sim	Presidente, Fund. de Promoção Social, Cuiabá, MT	Não	--
1990	Vanessa Felipe	Não	--	Não	--	Não	--
1990	Vanessa Grazziotin	Sim	Movimento estudantil; Associação de professores/as	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
1990	Wanda Reis	Não	--	Sim	Chefe de Gabinete, Assembleia Legislativa, Rio de Janeiro, RJ	Não	--
1990	Yeda Crusius	Não	--	Sim	Ministra-Chefe da Secretaria de Planejamento e Orçamento da Presidência da República	Não	--
1990	Zila Bezerra	Não	--	Sim	Coordenadora de Comunicação Social, Rio Branco, AC; Coordenadora de	Não	--

					Desenvolvimento Agrário do Vale do Juruá, AC; Secretária de Estado para Assuntos de Governo do Acre, Brasília, DF		
1990	Zulaiê Cobra	Sim	Grupo de mulheres; Entidade profissional (Direito)	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2000	Alice Portugal	Sim	Movimento estudantil; Servidores/as públicos/as	Não	--	Sim	Deputada estadual
2000	Aline Correa	Sim	Voluntariado	Sim	Assessora, Presidência do Partido Progressista, Brasília, DF	Não	--
2000	Ana Alencar	Sim	Entidade profissional (Odontologia)	Não	--	Não	--
2000	Ana Arraes	Não	--	Sim	Secretária Parlamentar, Câmara dos Deputados, DF	Não	--
2000	Ana Guerra	Sim	Servidores/as públicos/as	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
2000	Andreia Zito	Não	--	Não	--	Sim	Deputada estadual
2000	Ângela Portela	Não	--	Sim	Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social de Roraima; Secretária do Trabalho e Bem Estar Social de Roraima	Não	--
2000	Ann Pontes	Não	--	Sim	Secretária de Administração, Tucuruí, PA	Não	--
2000	Bel Mesquita	Sim	Conselho de saúde	Sim	Secretária de Saúde, Parauapebas, PA	Sim	Prefeita (interior)
2000	Cida Diogo	Sim	Movimento estudantil; Associação de moradores; Entidade profissional (Medicina)	Sim	Secretária de Saúde, Volta Redonda, RJ	Sim	Vice-prefeita (interior); Dep. estadual
2000	Dalva Figueiredo	Sim	Entidade profissional (Direito)	Sim	Diretora, Departamento Técnico Pedagógico da Secretaria de Educação do Estado do Amapá; Assessora Técnica, Secretaria de Educação do Amapá; Diretora de Recursos Humanos, Secretaria de Educação do Amapá	Sim	Vice-governadora
2000	Doutora Clair	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2000	Edna Macedo	Não	--	Sim	Chefe de Gabinete, Câmara Municipal, São Paulo, SP	Sim	Deputada estadual

2000	Elaine Costa	Não	--	Sim	Chefe de Gabinete, Câmara Municipal, São Gonçalo, RJ; Chefe de Gabinete, Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; Chefe de Gabinete, Prefeitura Municipal, São Gonçalo, RJ	Não	--
2000	Emília Fernandes	Sim	Associação de professores/as; Grupo de mulheres	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Senadora
2000	Fátima Bezerra	Sim	Associação de professores/as; Conselho meio ambiente; Conselho direitos humanos	Não	--	Sim	Deputada estadual
2000	Francisca Trindade	Sim	Militância católica, Associação de moradores/as; MST	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2000	Gisela Sequeira	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
2000	Gorete Pereira	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2000	Iriny Lopes	Sim	Associação de mutuários/as; Grupo comunitário	Não	--	Não	--
2000	Íris de Araújo	Não	--	Sim	Presidente Fundação de Bem-Estar Social, Goiânia, GO	Sim	Senadora
2000	Janete Capiberibe	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2000	Janete Rocha Pietá	Sim	Sindicato (Metalúrgicos/as)	Sim	Coordenadora Ação Social e Solidariedade e Secretária de Saúde, Guarulhos, SP	Não	--
2000	Jô Moraes	Sim	Grupo de mulheres; Conselho da saúde; Conselho do trabalho e ação social	Sim	Assessora Parlamentar, Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG; Assessora, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, MG; Assessora Parlamentar, Câmara dos Deputados	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2000	Juíza Denise Frossard	Não	--	Não	--	Não	--
2000	Jusmari Oliveira	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual
2000	Kelly Moraes	Sim	Conselho da criança e adolescente; Grupo de mulheres	Sim	Secretária do Desenvolvimento Social, Santa Cruz do Sul, RS.	Não	--
2000	Lucenira Pimentel	Sim	Conselho da criança e adolescente; Conselho de assistência social	Sim	Coordenadora de Projetos de Mobilização da Agência de Promoção da Cidadania do Amapá; Secretária de Trabalho e Ação Comunitária, Macapá, AP	Não	--

2000	Luciana Costa	Não	--	Não	--	Não	--
2000	Luciana Genro	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Sim	Deputada estadual
2000	Maninha	Sim	Entidade profissional (Medicina)	Não	--	Sim	Deputada estadual
2000	Manuela D'ávila	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2000	Maria Do Rosário	Sim	Associação de professores/as	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2000	Maria Helena	Sim	Entidade profissional (Direito); Entidade comercial	Sim	Secretária Parlamentar, Câmara dos Deputados, Brasília, DF; Secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social, Boa Vista, RR	Não	--
2000	Maria Lucia	Não	--	Não	--	Sim	Prefeita (interior)
2000	Mariângela Duarte	Sim	Associação de professores/as; Conselho de saúde; Conselho da educação	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual
2000	Marina Maggesi	Não	--	Não	--	Não	--
2000	Perpétua Almeida	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2000	Prof. ^a Raquel Teixeira	Sim	Conselho da educação; Conselho da mulher	Sim	Secretária da Educação, Goiânia, GO; Secretária de Ciência e Tecnologia, GO; Secretária de Cidadania, GO	Não	--
2000	Rebecca Garcia	Sim	Entidade assistencial	Não	--	Não	--
2000	Sandra Rosado	Sim	Entidade profissional (Sindicato Radialistas)	Sim	Secretária de Assistência Social, Mossoró, RN	Sim	Vice-prefeita e Prefeita (interior); Dep. estadual
2000	Selma Schons	Sim	Entidade profissional (Serviço social)	Sim	Secretaria de Saúde, Ponta Grossa, PR	Sim	Vereadora (interior)
2000	Solange Almeida	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora e Prefeita (interior)
2000	Solange Amaral	Sim	Entidade cultural; Servidores/as públicos/as	Sim	Secretária de Trabalho e Ação Social, RJ; Subprefeita, Rio de Janeiro, RJ; Secretária de Habitação, RJ	Sim	Dep. estadual
2000	Sueli Vidigal	Não	--	Sim	Secretária de Promoção Social de Serra, ES	Sim	Dep. estadual

2000	Suely	Não	--	Sim	Assessoria parlamentar, PRONA, Câmara de Deputados	Sim	Vereadora (capital)
2000	Suely Campos	Sim	Conselho da mulher	Sim	Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, RR	Não	--
2000	Terezinha Fernandes	Não	--	Sim	Secretária do Desenvolvimento Social, Imperatriz, MA; Secretária do Trabalho e Economia Solidária, MA	Não	--
2000	Thaís Barbosa	Sim	Conselho da saúde	Não	--	Sim	Prefeita (interior); Dep. estadual
2000	Thelma de Oliveira	Sim	Conselho da criança e adolescente	Sim	Secretária de Promoção Social, Cuiabá, MT	Não	--
2000	Tonha Magalhães	Sim	Associação comunitária	Não	--	Sim	Vereadora e Prefeita (interior)
2000	Zelinda Novaes	Sim	Conselho de direitos humanos	Sim	Secretária de Desenvolvimento Social, Camaçari, BA	Sim	Deputada estadual
2010	Ana Perugini	Sim	Comunidades Eclesiais de Base	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual
2010	Antônia Lúcia	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Bruna Furlan	Sim	Voluntariado	Não	--	Não	--
2010	Brunny	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Carmen Zanotto	Não	--	Sim	Secretária de Saúde, Lages, SC; Secretária estadual de Saúde, SC	Sim	Vereadora (interior)
2010	Celia Rocha	Sim	Conselho da mulher; Conselho da saúde	Sim	Secretária de Saúde, Prefeitura Municipal de Arapiraca, AL	Sim	Vereadora e Prefeita (interior)
2010	Christiane de S. Yared	Sim	Entidade social (Paz no Trânsito)	Não	--	Não	--
2010	Cida Borghetti	Não	--	Não	--	Sim	Deputada estadual
2010	Clarissa Garotinho	Sim	Entidade estudantil	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2010	Conceição Sampaio	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2010	Cristiane Brasil	Não	--	Sim	Secretária da Terceira Idade e Secretária de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida. Município do Rio de Janeiro, RJ	Sim	Vereadora (capital)
2010	Dâmina Pereira	Não	--	Sim	Secretária de Assistência Social, Lavras, SP	Não	--

2010	Dra. Elaine Abissamra	Não	--	Sim	Coordenadora da Saúde da Mulher, Prefeitura Municipal de Suzano, Suzano, SP; Secretária da Promoção Social, Ferraz de Vasconcelos, SP	Não	--
2010	Dulce Miranda	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Eliane Rolim	Não	--	Sim	Secretária Municipal, Secretaria de Assistência Social, Belford Roxo, RJ	Não	--
2010	Eliziane Gama	Não	--	Não	--	Sim	Deputada estadual
2010	Erika Kokay	Sim	Sindicato dos bancários/as	Não	--	Sim	Deputada estadual
2010	Flávia Moraes	Sim	Conselho de assistência social; Conselho da criança e adolescente	Sim	Secretária de Assistência Social e Secretária de Assistência Social, Trindade, GO; Secretária estadual de Cidadania e Trabalho, GO	Sim	Deputada estadual
2010	Geovania de Sá	Não	--	Sim	Secretária de Assistência Social e Habitação e Secretária de Saúde, Criciúma, SC	Sim	Vereadora (interior)
2010	Goiaciara Cruz	Não	--	Sim	Secretária Extraordinária da Região de Gurupi do Estado do Tocantins, TO	Não	--
2010	Iracema Portella	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Jaqueline Roriz	Não	--	Não	--	Sim	Deputada estadual
2010	Jéssica Sales	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Josi Nunes	Não	--	Não	--	Sim	Deputada estadual
2010	Jozi Araújo	Sim	Entidade empresarial-industrial	Não	--	Não	--
2010	Júlia Marinho	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Keiko Ota	Sim	Entidade social (Movimento Paz e Justiça Ives Ota)	Não	--	Não	--
2010	Lauriete	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Leandre Dal Ponte	Não	--	Sim	Secretária da Saúde, Saudade do Iguaçú, PR	Não	--
	Liliam Sá	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital)

2010							
2010	Luana Costa	Não	--	Sim	Assessora Especial, Ministério da Integração Nacional, Brasília, DF	Não	--
2010	Luciana Santos	Sim	Movimento estudantil; Frente de prefeitos/as	Não	--	Sim	Dep. estadual; Prefeita (interior)
2010	Luizianne Lins	Sim	Movimento estudantil	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual; Prefeita
2010	Magda Mofatto	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual; Prefeita (interior)
2010	Mara Gabrielli	Sim	Entidade inclusiva (deficientes físicos)	Sim	Secretária da Pessoa com Deficiência de São Paulo, SP	Sim	Vereadora (capital)
2010	Margarida Salomão	Sim	Associação de professores/as	Sim	Secretária de Administração e de Governo, Juiz de Fora, MG	Não	--
2010	Maria Lucia Prandi	Sim	Associação de professores/as	Sim	Diretora da Rede Estadual de Ensino, Secretaria de Educação, SP	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual
2010	Mariana Carvalho	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2010	Marina Santanna	Sim	Militância católica; Movimento estudantil; Grupo de mulheres	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2010	Moema Gramacho	Sim	Sindicato de químicos/as e petroleiros/as	Não	--	Sim	Dep. estadual; Prefeita (interior)
2010	Nilda Gondim	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Norma Ayub	Não	--	Sim	Assessora Especial, Prefeitura Municipal, Cachoeiro de Itapemirim, ES; Secretária de Ação Social Prefeitura Municipal, Cachoeiro de Itapemirim, ES	Sim	Prefeita (interior)
2010	Prof. ^a Dorinha Rezende	Sim	Conselho da educação; Movimento Todos pela Educação	Sim	Coordenadora de Gestão Educacional, Secretaria Estadual da Educação e Cultura do Tocantins Palmas, TO; Secretária Estadual da Educação e Cultura do Tocantins, Palmas, TO	Não	--
2010	Professora Marcivânia	Sim	Associação de professores/as	Sim	Secretária de Assistência Social, Santana, AP	Não	--
2010	Raquel Muniz	Não	--	Sim	Chefe de Gabinete, Prefeitura Municipal, Montes Claros, MG	Não	--
2010	Rejane Dias	Não	--	Sim	Coordenadora estadual para Integração da Pessoa com Deficiência, PI; Secretária, estadual de Assistência Social e Cidadania,	Sim	Deputada estadual

					PI; Secretária para Inclusão da Pessoa com Deficiência, PI		
2010	Romanna Remor	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior)
2010	Rosane Ferreira	Sim	Conselho de saúde	Sim	Diretora do Departamento Municipal de Assistência à Saúde e de Saneamento e Vigilância Sanitária, Araucária, PR	Sim	Deputada estadual
2010	Rosângela Gomes	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual
2010	Rosinha da Adefal	Sim	Entidade inclusiva (deficientes físicos)	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2010	Rosy de Sousa	Não	--	Não	--	Não	--
2010	Sheridan	Não	--	Sim	Secretária da Promoção Humana e Desenvolvimento, RR	Não	--
2010	Simone Morgado	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (interior); Dep. estadual
2010	Soraya Santos	Não	--	Sim	Cargo de assessoria no Ministério da Fazenda; Coordenadora do Centro Nacional de Cidadania Negra, Ministério da Justiça.	Não	--
2010	Telma Pinheiro	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital); Dep. estadual
2010	Tereza Cristina	Sim	Entidade de produtores rurais	Sim	Secretária de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, MS	Não	--
2010	Tia Eron	Não	--	Não	--	Sim	Vereadora (capital)
2010	Zenaide Maia	Não	--	Sim	Secretária de Saúde, São Gonçalo do Amarante, RN	Não	--

Fonte: Fichas biográficas parlamentares (Câmara de Deputados) e páginas/sites de apresentação pessoal.

Quadro C - Formas de entrada e carreiras políticas de acordo com os trajetos das mulheres eleitas entre 1950 e 2015 para a Câmara de Deputados

Década de ingresso	Deputada	Idade de entrada em cargo eletivo	Entrada pela via de cargo de indicação ou eletivo	Cargo eletivo de entrada	Duração da carreira eletiva	Cargo mais alto ocupado
1950	Ivete Vargas	24	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Longeva	Deputada Federal
1960	Júlia Steinbruch	34	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1960	Lígia Doutel de Andrade	33	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1960	Maria Lúcia	32	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1960	Necy Novaes	55	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1960	Nysia Carone	39	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1970	Cristina Tavares	45	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1970	Junia Marise	22	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
1970	Lúcia Viveiros	44	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1970	Lygia Lessa Bastos	28	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
1980	Abigail Feitosa	50	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Anna Maria Rattes	48	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Benedita da Silva	41	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Senadora
1980	Bete Mendes	34	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Beth Azize	37	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Dirce Tutu Quadros	44	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Eunice Michilles	46	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Senadora
1980	Eurides Brito	54	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Irma Passoni	36	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Lídice da Mata	27	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Senadora
1980	Lúcia Braga	53	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Lúcia Vânia	43	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Senadora
1980	Lurdinha Savignon	32	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Marcia Cibilis Viana	40	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Márcia Kubitschek	44	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Vice-Governadora
1980	Maria Abadia	47	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Vice-Governadora
1980	Marluce Pinto	49	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Senadora
1980	Moema São Thiago	39	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Myriam Portella	55	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Myrthes Bevilacqua	48	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Raquel Cândido	32	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Raquel Capiberibe	47	Indicação	Vice-Prefeita (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal

1980	Rita Camata	26	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Rita Furtado	42	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Rose de Freitas	34	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Longeva	Senadora
1980	Sadie Hauache	55	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1980	Sandra Cavalcanti	29	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
1980	Wilma Maria de Faria	42	Indicação	Deputada Federal	Carreira Longeva	Governadora
1990	Adelaide Neri	51	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Alcione Athayde	41	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Almerinda de Carvalho	47	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Alzira Ewerton	43	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Ana Catarina	41	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Ana Corso	39	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Ana Júlia	36	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Senadora
1990	Ângela Amin	36	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Prefeita de Capital/ Deputada Federal
1990	Ângela Guadagnin	45	Eletivo	Prefeita (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Ceci Cunha	40	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Celcita Pinheiro	56	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Célia Mendes	33	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Cidinha Campos	49	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Dalila Figueiredo	44	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Dolores Nunes	50	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Elcione Barbalho	51	Indicação	Deputada Federal	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Esther Grossi	59	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Etevalda G. de Menezes	43	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Fátima Pelaes	32	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Iara Bernardi	31	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Jandira Feghali	30	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Joana D'arc	20	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Kátia Abreu	38	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Média	Senadora
1990	Laura Carneiro	26	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Lídia Quinan	58	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Luci Choinacki	33	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Luiza Erundina	49	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Prefeita de Capital/ Deputada Federal

1990	Marcia Marinho	32	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Maria da C. Tavares	65	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Maria do Carmo Lara	39	Eletivo	Prefeita (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Maria Elvira	37	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Maria Laura	50	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Maria Lúcia Cardoso	41	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Maria Luiza Fontenele	37	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Média	Prefeita de Capital/ Deputada Federal
1990	Maria Valadão	65	Indicação	Vice-Prefeita (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Marilu Guimarães	36	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Marinha Raupp	35	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Marisa Serrano	30	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Marta Suplicy	50	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Média	Senadora
1990	Miriam Reid	30	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Nair Xavier Lobo	39	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Nice Lobão	63	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Nilmar Ruiz	45	Indicação	Prefeita (Capital)	Carreira Média	Prefeita de Capital/ Deputada Federal
1990	Odaisa Fernandes	38	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Regina Gordilho	54	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Regina Lino	36	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Roseana Sarney	38	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Senadora
1990	Sandra Starling	43	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Simara Ellery	52	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Socorro Gomes	37	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Tânia Soares	33	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Telma de Souza	39	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Longeva	Deputada Federal
1990	Teresa Jucá	37	Indicação	Deputada Federal	Carreira Longeva	Prefeita de Capital/ Deputada Federal
1990	Teté Bezerra	38	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
1990	Vanessa Felipe	23	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Vanessa Grazziotin	28	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Senadora
1990	Wanda Reis	38	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
1990	Yeda Crusius	51	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Governadora
1990	Zila Bezerra	46	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal

1990	Zulaiê Cobra	50	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Alice Portugal	36	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Longeva	Deputada Federal
2000	Aline Correa	34	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Ana Alencar	44	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Ana Arraes	60	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Ana Guerra	39	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Andreia Zito	25	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Ângela Portela	45	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Senadora
2000	Ann Pontes	37	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Bel Mesquita	45	Indicação	Prefeita (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Cida Diogo	39	Indicação	Vice-Prefeita (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Dalva Figueiredo	38	Indicação	Vice-Governadora	Carreira Média	Vice-Governadora
2000	Doutora Clair	56	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Edna Macedo	47	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Elaine Costa	44	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Emília Fernandes	33	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Senadora
2000	Fátima Bezerra	40	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Longeva	Senadora
2000	Francisca Trindade	29	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Gisela Sequeira	40	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Gorete Pereira	36	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2000	Iriny Lopes	47	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Íris de Araújo	60	Indicação	Senadora (Suplente)	Carreira Média	Senadora
2000	Janete Capiberibe	40	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2000	Janete Rocha Pietá	61	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Jô Moraes	51	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2000	Juíza Denise Frossard	53	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Jusmari Oliveira	25	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Kelly Moraes	40	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Lucenira Pimentel	50	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Luciana Costa	35	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Luciana Genro	24	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Maninha	47	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Manuela D'ávila	24	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Maria Do Rosário	27	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2000	Maria Helena	54	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal

2000	Maria Lucia	44	Eletivo	Prefeita (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Mariângela Duarte	43	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Marina Maggessi	48	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Perpétua Almeida	37	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Prof.ª Raquel Teixeira	57	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Rebecca Garcia	34	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Sandra Rosado	42	Indicação	Vice-Prefeita (Interior)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2000	Selma Schons	49	Indicação	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Solange Almeida	28	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2000	Solange Amaral	42	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Sueli Vidigal	48	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Suely	29	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Suely Campos	50	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Governadora
2000	Terezinha Fernandes	48	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2000	Thaís Barbosa	37	Eletivo	Prefeita (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Thelma de Oliveira	46	Indicação	Deputada Federal	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Tonha Magalhães	31	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2000	Zelinda Novaes	47	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Ana Perugini	40	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Antônia Lúcia	41	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Bruna Furlan	28	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Brunny	26	Eletivo	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Carmen Zanotto	39	Indicação	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Celia Rocha	37	Indicação	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Christiane de S. Yared	55	Eletivo	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Cida Borghetti	37	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Clarissa Garotinho	27	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Conceição Sampaio	36	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Cristiane Brasil	31	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Dâmina Pereira	63	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Dra. Elaine Abissamra	55	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal

2010	Dulce Miranda	52	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Eliane Rolim	47	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Eliziane Gama	30	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Erika Kokay	46	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Flávia Morais	33	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Geovania de Sá	40	Indicação	Vereadora (Interior)	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Goiaciara Cruz	59	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Iracema Portella	45	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Jaqueline Roriz	45	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Jéssica Sales	35	Eletivo	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Josi Nunes	36	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Jozi Araújo	36	Eletivo	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Júlia Marinho	55	Eletivo	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Keiko Ota	55	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Lauriete	41	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Leandre Dal Ponte	40	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Liliam Sá	41	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Luana Costa	47	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira - Novatas	Não Resposta
2010	Luciana Santos	32	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Luizianne Lins	28	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Prefeita de Capital/ Deputada Federal
2010	Magda Mofatto	45	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2010	Mara Gabrielli	40	Indicação	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Margarida Salomão	63	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Maria Lucia Prandi	49	Indicação	Vereadora (Interior)	Carreira Longeva	Deputada Federal
2010	Mariana Carvalho	23	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Marina Santanna	30	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Moema Gramacho	39	Eletivo	Deputada Estadual	Carreira Longeva	Deputada Federal
2010	Nilda Gondim	65	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal

2010	Norma Ayub	46	Indicação	Prefeita (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Prof.ª Dorinha Rezende	47	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Professora Marcivânia	38	Indicação	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Raquel Muniz	52	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira – Novatas	Não Resposta
2010	Rejane Dias	39	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Romanna Remor	39	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Rosane Ferreira	44	Indicação	Deputada Estadual	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Rosângela Gomes	35	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Rosinha da Adefal	36	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Rosy de Sousa	41	Eletivo	Deputada Federal	Carreira Breve	Deputada Federal
2010	Sheridan	31	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira – Novatas	Não Resposta
2010	Simone Morgado	38	Eletivo	Vereadora (Interior)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Soraya Santos	57	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira – Novatas	Não Resposta
2010	Telma Pinheiro	43	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Tereza Cristina	61	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira – Novatas	Não Resposta
2010	Tia Eron	29	Eletivo	Vereadora (Capital)	Carreira Média	Deputada Federal
2010	Zenaide Maia	61	Indicação	Deputada Federal	Início de carreira – Novatas	Não Resposta

Fonte: Fichas biográficas parlamentares (Câmara de Deputados) e páginas/sites de apresentação pessoal.